



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**



**A MODALIZAÇÃO COMO UM FENÔMENO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO E
PRAGMÁTICO NO GÊNERO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DO ENSINO
SUPERIOR**

VANESSA SANTOS DA SILVA

João Pessoa-PB

2024

VANESSA SANTOS DA SILVA

A MODALIZAÇÃO COMO UM FENÔMENO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO E
PRAGMÁTICO NO GÊNERO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DO ENSINO
SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Linguística - PROLING, da Universidade Federal da
Paraíba, *Campus* I, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Mestra em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística
Linha de Pesquisa: Linguagem, Sentido e Cognição
Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento.

João Pessoa-PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Vanessa Santos da.

A modalização como um fenômeno
semântico-argumentativo e pragmático no gênero projeto
pedagógico de curso do ensino superior / Vanessa Santos
da Silva. - João Pessoa, 2024.
183 f. : il.

Orientação: Erivaldo Pereira do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Argumentação. 2. Modalização. 3. Gênero projeto
pedagógico de curso. I. Nascimento, Erivaldo Pereira
do. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.013:378 (043)

A MODALIZAÇÃO COMO UM FENÔMENO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO E
PRAGMÁTICO NO GÊNERO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DO ENSINO
SUPERIOR

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **ERIVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO**
Data: 18/09/2024 09:47:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
UFPB – Orientador – Presidente

Documento assinado digitalmente
 **ALVARO MAGALHAES PEREIRA DA SILVA**
Data: 13/09/2024 10:59:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Álvaro Magalhães Pereira da Silva
UFPB – Avaliador Interno

Documento assinado digitalmente
 **MARIA VANICE LACERDA DE MELO BARBOSA**
Data: 16/09/2024 09:12:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa
UFCG – Avaliador externo

João Pessoa – PB

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas orações respondidas, como também por me permitir superar todos os obstáculos que surgiram em minha vida. Sou grata a ti, Senhor, pela saúde e pela determinação durante a realização da pesquisa; tu és o meu abrigo e meu Salvador.

Aos meus familiares e amigos, que muito contribuíram para a realização deste trabalho, obrigada por todo o apoio. Vocês são a minha base.

Agradeço ao meu orientador, Erivaldo Nascimento, pelos ensinamentos transmitidos, que me permitiram realizar esta pesquisa. A sua ajuda e seu apoio foram fundamentais desde a graduação até o mestrado; assim, sou grata a ti por todas as suas orientações.

Aos docentes do PROLING agradeço pelos conhecimentos transmitidos, que contribuíram com a minha formação acadêmica. Agradeço também aos amigos com que o Programa de Pós-Graduação me presenteou; as suas parcerias tornaram este processo mais leve. Agradeço à coordenação e à equipe administrativa pela atenção e prontidão em esclarecer as minhas dúvidas.

Agradeço ao professor Álvaro Magalhães e à professora Vanice Lacerda, membros da banca de qualificação e de defesa, pelas contribuições e pelas apreciações teóricas acerca desta dissertação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de pesquisa, a qual foi essencial para a realização das investigações do Mestrado.

RESUMO

O gênero Projeto Pedagógico de Curso possui a função de normatizar e orientar as ações e afazeres pedagógicos, reunindo as informações sobre a concepção do curso, as questões da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, dentre outros aspectos. Considerando que esse documento é essencial para o ensino superior, investigamos como a argumentação é construída no gênero PPC através dos fenômenos linguístico-discursivos, em especial os modalizadores discursivos, e como eles influenciam nas orientações/direcionamentos presentes no PPC. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o funcionamento semântico-argumentativo e enunciativo do fenômeno da Modalização Discursiva, presente no gênero Projeto Pedagógico de Curso do Ensino Superior, em especial da graduação, de diferentes áreas do conhecimento. Como aporte teórico, adotamos os estudos sobre os Gêneros Discursivos propostos por Bakhtin (2002) e por Marcuschi (2008); a Teoria da Argumentação na Língua, proposta por Ducrot (1987); os estudos sobre o fenômeno da Modalização Discursiva, a partir dos estudos propostos por Lyons (1977), Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (2002), Palmer (2009) e Nascimento e Silva (2012). Adotamos, como critério de classificação e análise de dados desta pesquisa, a classificação de modalizadores discursivos apresentada pelos pesquisadores Nascimento e Silva (2012). A investigação possui natureza descritiva e caráter interpretativista, pois descreve e analisa o funcionamento semântico-argumentativo do fenômeno da Modalização no gênero objeto de estudo. A pesquisa é qualitativa, pois trazemos o caráter subjetivo através das nossas análises interpretativas dos modalizadores discursivos, correlacionando-o com a função sociodiscursiva do gênero PPC. Sendo assim, o nosso *corpus* é composto por 06 (seis) projetos pedagógicos de curso de diferentes cursos de graduação, atendendo as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas, Engenharias e Ciências Biológicas. Dentro dessas áreas, foram selecionados os PPC dos cursos da Universidade Federal da Paraíba, a saber: Licenciatura em História, Medicina, Ciência da Computação, Gastronomia, Ciências de Dados para Negócios e Engenharia de Materiais. Nesses documentos, encontramos quase todos os tipos de modalizadores, com exceção da Modalização Deontica de Proibição, como também encontramos os fenômenos de coocorrência de modalizadores; identificamos o fenômeno de dupla função modal materializada em um único modalizador discursivo. Os modalizadores mais frequentes no gênero PPC foram os delimitadores, avaliativos e os deonticos de obrigatoriedade, os quais se relacionam com a funcionalidade do gênero PPC. Através de nossas análises, encontramos diferentes tipos de efeitos de sentido gerados pelos modalizadores discursivos, sendo eles: de certeza, de delimitação, de obrigação, de instrução, de valor axiológico, dentre outros, em nosso *corpus*.

Palavras-chave: Argumentação. Modalização. Gênero Projeto Pedagógico de Curso.

ABSTRACT

The Pedagogical Course Project genre has the function of standardizing and guiding pedagogical actions and tasks, gathering information about the course design, academic, pedagogical and administrative management issues, among other aspects. Considering that this document is essential for higher education, we investigated how the argumentation is constructed in the PPC genre through linguistic-discursive phenomena, especially discursive modalizers, and how they influence the orientations/directions present in the PPC. In this sense, this research has the general objective of investigating the semantic-argumentative and enunciative functioning of the Discursive Modalization phenomenon, present in the Pedagogical Course Project genre of Higher Education, especially undergraduate courses, in different areas of knowledge. As a theoretical contribution, we adopted the studies on Discursive Genres proposed by Bakhtin (2002) and Marcuschi (2008); the Theory of Argumentation in Language, proposed by Ducrot (1987); studies on the phenomenon of Discursive Modalization, based on studies proposed by Lyons (1977), Cervoni (1989), Castilho and Castilho (1993), Koch (2002), Palmer (2009) and Nascimento and Silva (2012). We adopted, as a criterion for classification and data analysis of this research, the classification of discursive modalizers presented by researchers Nascimento and Silva (2012). The investigation has a descriptive nature and interpretative character, as it describes and analyzes the semantic-argumentative functioning of the phenomenon of Modalization in the genre object of study. The research is qualitative, as we bring the subjective character through our interpretative analyses of the discursive modalizers, correlating it with the sociodiscursive function of the PPC genre. Therefore, our corpus is composed of 06 (six) pedagogical projects from different undergraduate courses, covering the following areas of knowledge: Human Sciences; Health Sciences; Exact Sciences, Engineering and Biological Sciences. Within these areas, the PPCs of the courses at the Federal University of Paraíba were selected, namely: Bachelor's Degree in History, Medicine, Computer Science, Gastronomy, Data Science for Business and Materials Engineering. In these documents, we found almost all types of modalizers, with the exception of the Deontic Modalization of Prohibition, as well as the phenomena of co-occurrence of modalizers; we identified the phenomenon of double modal function materialized in a single discursive modalizer. The most frequent modalizers in the PPC genre were the delimiters, evaluatives and the deontic ones of obligation, which are related to the functionality of the PPC genre. Through our analyses, we found different types of meaning effects generated by discursive modalizers, namely: certainty, delimitation, obligation, instruction, axiological value, among others, in our corpus.

Keywords: Argumentation. Modulation. Gender Pedagogical Course Project.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tipos de modalizadores	37
Quadro 02: Tipos textuais e gêneros textuais	47
Quadro 03: Os Projetos Pedagógicos de Curso.....	69
Quadro 04: A ocorrência dos modalizadores no gênero PPC	103
Quadro 05: Os modalizadores com dupla função modal no gênero PPC	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
II - O FENÔMENO DA MODALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA E PRAGMÁTICA	17
2.1 A Teoria da Argumentação na Língua	18
2.2 O fenômeno da Modalização Discursiva	22
2.2.1 Modalização epistêmica e suas categorias	33
2.2.2 Modalização deôntica e suas categorias.....	34
2.2.3 Modalização avaliativa	36
2.2.4 Modalização delimitadora.....	36
III - O GÊNERO DISCURSIVO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	43
3.1 A Teoria dos Gêneros Discursivos	43
3.2 Projeto Pedagógico de Curso	48
3.3 Estrutura do Projeto Pedagógico de Curso	54
IV - A ARGUMENTAÇÃO NO GÊNERO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO ...	67
4.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa	67
4.2 Análise dos modalizadores discursivos no gênero Projeto Pedagógico de Curso.....	71
4. 2.1 Modalizador epistêmico asseverativo	71
4. 2. 2 Modalizador epistêmico quase-asseverativo.....	73
4. 2. 3 Modalizador epistêmico habilitativo	74
4. 2. 4 Modalizador deôntico de obrigatoriedade	75
4. 2. 5 Modalizador deôntico de possibilidade.....	78
4. 2. 6 Modalizador deôntico volitivo.....	82
4. 2. 7 Modalizador avaliativo.....	84
4. 2. 8 Modalizador delimitador	87
4. 2. 9. 1 Coocorrência de avaliativos.....	89
4. 2. 9. 2 Coocorrência deôntico de obrigatoriedade com epistêmico asseverativo ...	91
4. 2. 9. 3 Coocorrência epistêmico asseverativo com avaliativo	92
4. 2. 9. 4 Coocorrência do modalizador avaliativo com epistêmico quase-asseverativo	93

4. 2. 10. 1 Modalizador com dupla função: deôntico de possibilidade e avaliativo....	94
4. 2. 10. 2 Modalizador com dupla função: avaliativo e delimitador	95
4. 2. 10. 3 Modalizador com dupla função: epistêmico asseverativo e avaliativo.....	98
4. 2. 10. 4 Modalizador com dupla função: avaliativo e epistêmico habilitativo	100
4. 2. 10. 5 Modalizador com dupla função: delimitador e epistêmico asseverativo..	102
4.3 Resultados da pesquisa	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A	119
APÊNDICE B	129
APÊNDICE C	151
APÊNDICE D	157
APÊNDICE E	166
APÊNDICE F	175

INTRODUÇÃO

A argumentação está presente em todos os atos comunicativos humanos: através da escrita (em um livro, documentos oficiais, entre outros) ou na forma oral (em uma conversa, debate e outras formas de se comunicar oralmente), ou ainda de forma sinalizada (em comunicações por meio de Libras, por exemplo). Por meio do discurso, o sujeito expressa, de modo consciente ou inconsciente, o seu posicionamento e convicções sobre determinado conteúdo, orientando discursivamente o seu interlocutor a compreender o enunciado de tal forma, com o intuito de direcioná-lo para a adesão de determinadas conclusões e rechaçar outras possibilidades de continuação do enunciado.

No âmbito acadêmico existem inúmeros gêneros discursivos que circulam com distintas funções sociocomunicativas. E alguns deles possuem a função de normatizar ou de regulamentar as informações da instituição de Ensino Superior, como é o caso do gênero Projeto Pedagógico de Curso (doravante PPC). Nesse documento, são reunidas as informações sobre a concepção do curso, as questões da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa; os fundamentos educacionais que norteiam o processo de ensino-aprendizagem da graduação, entre outros aspectos. Já que esse documento possui uma função importante para o Ensino Superior, buscamos compreender como a argumentação se constitui no gênero PPC, e quais são as marcas argumentativas que imprimem a subjetividade do locutor nos enunciados, orientando discursivamente os seus leitores/interlocutores.

Nesse sentido, a nossa preocupação é entender como a argumentação linguística se materializa no gênero PPC, considerando que os fenômenos ou estratégias argumentativas presentes no documento direcionam os interlocutores para determinadas conclusões, a partir das avaliações ou pontos de vistas do locutor responsável pelo discurso. Assim, a argumentação linguística também impacta a vida do corpo discente, do corpo docente e dos agentes pedagógicos e administrativos que são regidos pelo documento. E como o gênero PPC possui a função de orientar os afazeres pedagógicos do curso, em especial da graduação, investigamos fenômenos linguístico-discursivos que constroem a argumentatividade e como eles influenciam, de certa maneira, nas orientações presentes no PPC em relação às ações e afazeres pedagógicos. Desse modo, através dessa investigação, compreenderemos a construção da argumentação linguística no gênero PPC, especialmente através da Modalização Discursiva.

Vários outros pesquisadores estudam o PPC através de diferentes perspectivas e teorias. No portal eletrônico da CAPES, no banco de teses e dissertações, encontramos mais de 100 trabalhos publicados sobre o gênero em questão. Em 2013, a pesquisa de Mestrado Profissional

do pesquisador Jonathas Alves Sacramento, intitulada *Projeto pedagógico para cursos superiores de tecnologia: uma referência para a construção*, propôs a elaboração de um documento para a construção dos PPC dos cursos da área de tecnologia, a partir dos elementos de análise, informações, relações e critérios. Em 2013, a pesquisa de doutorado da pesquisadora Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueiredo, intitulada *Representações do papel docente em Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Letras: análise da arquitetura textual e de papéis semânticos do agir*, trouxe uma análise da representação do papel do professor, através dos textos que compõem o projeto pedagógico do curso de Letras das universidades públicas cearenses. A pesquisadora constatou que o papel dos professores formadores é apagado ou diluído nos textos de caráter prescritivo, e chama atenção para a valorização profissional do docente. Em 2018, a pesquisa de Mestrado Profissional intitulada *Projeto pedagógico do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará: consonância com documentos oficiais*, de autoria do pesquisador André Roque Lemos Acioly Guedes, trouxe considerações sobre o estudo de comparação entre dois PPC do curso de Educação Física, relacionando-os com os documentos oficiais.

Em 2019, a pesquisa de Mestrado intitulada *Um estudo sobre as concepções educativas presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de direito da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade de Uberaba*, da pesquisadora Nathália da Mota Santos Dias, buscou fazer uma pesquisa comparativa entre os PPC dos cursos de Direito de duas universidades, em relação aos objetivos, princípios e fundamentos teórico-metodológicos que embasam o curso de Direito nos projetos pedagógicos estudados. Em 2022, a pesquisa de Mestrado intitulada *Projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em Letras Português/Espanhol de Universidades Públicas do estado de São Paulo: reflexões sobre variação linguística*, de autoria de Izabel dos Santos Caliri, investigou o lugar dos estudos da variação linguística nos PPC dos cursos de licenciatura em Letras Português/Espanhol. A pesquisadora concluiu que apenas três cursos de sete contemplam a disciplina da Sociolinguística como obrigatória, e nos outros ela consta como optativa.

Com o levantamento do estado da arte, encontramos inúmeras pesquisas que estudam o gênero PPC através de diferentes perspectivas. Porém, não encontramos trabalhos que investigam os fenômenos argumentativos no gênero PPC, principalmente sobre a Modalização. Assim, a presente pesquisa apresenta relevância para o âmbito acadêmico, uma vez que pretende demonstrar as estratégias argumentativas, em especial a Modalização, presentes no gênero Projeto Pedagógico de Curso, trazendo uma contribuição para os estudos da área. Em nossa pesquisa, descrevemos como o fenômeno da Modalização se constitui no gênero PPC,

como também os sentidos gerados pelos modalizadores nos enunciados. Logo, isto nos permite compreender a construção da subjetividade no gênero PPC através do uso da Modalização.

Os estudos sobre a argumentação no gênero em questão ainda são poucos (como podemos observar); logo, os resultados obtidos através desta investigação poderão contribuir para o desenvolvimento de mais estudos sobre o gênero PPC e sua função sociocomunicativa, como também sobre os fenômenos argumentativos relacionados com o referido gênero.

A respeito da Modalização, este trabalho adota a concepção dos autores Nascimento e Silva (2012), que considera a Modalização como uma estratégia semântico-argumentativa que se materializa linguisticamente nos discursos e enunciados, com o intuito de introduzir uma avaliação ou ponto de vista do locutor, responsável pelo discurso, sobre o conteúdo da proposição. Assim, para Nascimento e Silva (2012), os modalizadores discursivos são elementos linguísticos que expressam diversos efeitos de sentido nos enunciados em que aparecem, de acordo com sua classificação ou categoria, imprimindo noções de certeza, de obrigação, de instrução, de permissão, de valor axiológico, dentre outros. Aprofundaremos essa questão teórica no Capítulo 2.

O fenômeno da Modalização vem sendo estudado nos mais variados gêneros discursivos, no grupo de pesquisa *Texto: produção e recepção sob vários olhares*, ao qual esta investigação se vincula. Em 2021, os pesquisadores Erivaldo Pereira do Nascimento e Yslânia Soares Gonçalves publicaram um capítulo intitulado *Modalização discursiva no gênero resolução: estratégia semântico-argumentativa*, que investigou a atuação dos modalizadores discursivos e seus tipos no gênero resolução. Em 2021, a dissertação de mestrado intitulada *A construção da argumentação em charges políticas: a (co)ocorrência da polifonia e da modalização discursiva*, de autoria de Hugo Fernando da Silva Nascimento, investigou no gênero discursivo charge a ocorrência da polifonia em conjunto com a Modalização. Em 2022, o trabalho intitulado *Modalizadores discursivos e argumentatividade no gênero procuração* foi publicado em revista pelos pesquisadores Erivaldo Pereira do Nascimento e Janaína Melo da Silva, no qual se analisou o fenômeno dos modalizadores discursivos e as avaliações feitas pelo locutor responsável pelo discurso no gênero procuração. Em 2023, o trabalho intitulado *Modalizadores discursivos no gênero relatório de estágio curricular supervisionado*, de autoria de Thaislane Balbino Ferreira, Francisca Janete da Silva Adelino e Kátia Regina Gonçalves de Deus, foi publicado em uma revista, e nele se analisou a atuação dos modalizadores discursivos e os seus efeitos de sentido no gênero relatório de estágio.

No trabalho de conclusão de curso de graduação (Silva, 2021) fruto da pesquisa realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), investigamos

a ocorrência de modalizadores discursivos no gênero Projeto Político Pedagógico de escolas da educação básica. Na pesquisa, analisamos a atuação dos modalizadores e os seus efeitos de sentido no âmbito do gênero em questão, e identificamos as noções de obrigação, de valor axiológico e de certeza, que foram as mais empregadas pelo locutor responsável pelo discurso. A partir dessa pesquisa, surgiu o interesse em investigar a atuação dos modalizadores no gênero Projeto Pedagógico de Curso do Ensino Superior, a fim de analisar e compreender a construção da argumentação nesse gênero em específico.

Diante da importância do documento PPC para o Ensino Superior, apresentamos as seguintes perguntas de pesquisa, que servem de norte para nossa investigação: 1) Como a Modalização funciona enquanto fenômeno ou estratégia argumentativa no gênero Projeto Pedagógico de Curso? 2) Quais efeitos de sentidos são gerados pela Modalização no gênero PPC? 3) Quais tipos de modalizadores se correlacionam com a função sociodiscursiva do gênero?

De acordo com a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), proposta por Ducrot (1987), a qual veremos no capítulo 2, esboçamos a seguinte hipótese: a Modalização se constitui enquanto fenômeno argumentativo no gênero Projeto Pedagógico de Curso, especialmente através dos modalizadores deônticos, devido ao caráter normativo do gênero PPC, uma vez que o documento regula ou indica as ações pedagógicas do curso de graduação.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar o funcionamento semântico-argumentativo e enunciativo do fenômeno da Modalização Discursiva, presente no gênero Projeto Pedagógico de Curso do Ensino Superior, em especial da graduação, de diferentes áreas do conhecimento. Temos como objetivos específicos:

- Investigar a ocorrência de modalizadores discursivos presentes no gênero Projeto Pedagógico de Curso;
- Descrever e analisar o funcionamento semântico-argumentativo e pragmático dos modalizadores catalogados;
- Identificar quais os tipos de modalizadores se correlacionam com a função sociodiscursiva do gênero.

O *corpus* é composto por 06 (seis) Projetos Pedagógicos de Curso do Ensino Superior. Os documentos foram coletados no *site* Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), da Universidade Federal da Paraíba. Os documentos selecionados são de cursos da graduação de diferentes áreas do conhecimento, sendo eles: Licenciatura em História, Medicina, Ciência da Computação, Gastronomia, Ciências de Dados para Negócios e

Engenharia de Materiais. A respeito do tratamento dos dados do *corpus*, este será apresentado detalhadamente na seção de Metodologia.

A nossa investigação possui natureza descritiva, pois descreve o fenômeno semântico-argumentativo da Modalização Discursiva, as estruturas em que o fenômeno surge e o funcionamento das estratégias discursivas presentes no gênero PPC. A pesquisa apresenta uma análise descritiva e interpretativista, visto que analisa e interpreta o funcionamento do fenômeno supracitado a partir dos seguintes referenciais teóricos: a Teoria dos Gêneros Discursivos, proposto por Bakhtin (2003); a teoria da Modalização Discursiva, a partir dos estudos de Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Nascimento e Silva (2012), dentre outros. A pesquisa possui a abordagem qualitativa, pois trazemos o caráter subjetivo através de nossas análises, com a intenção de interpretar o uso das estratégias argumentativas e os fenômenos que surgem em nosso *corpus*.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: introdução, na qual apresentamos os aspectos introdutórios da pesquisa. Logo após, no segundo capítulo, trazemos a discussão sobre o fenômeno da Modalização Discursiva, a partir dos estudos propostos por Lyons (1977), Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (2002), Palmer (2009), Nascimento e Silva (2012), dentre outros. Ainda nesse capítulo, apresentamos a classificação reformulada dos modalizadores discursivos proposta por Nascimento e Silva (2012), a partir dos estudos iniciais de Castilho e Castilho (1993).

No terceiro capítulo, apresentamos os estudos acerca dos gêneros discursivos, inicialmente a Teoria dos Gêneros Discursivos, proposta do Bakhtin (2003); e também os estudos de Marcuschi (2010), que consideram os gêneros textuais como fenômenos históricos. Nesse capítulo apresentamos ainda a discussão sobre o gênero discursivo Projeto Pedagógico de Curso, à luz dos referenciais teóricos elaborados por Veiga (2003; 2012), ForGRAD (2003), Cabral Neto (2004), Caribé e Brito (2015), dentre outros. Em seguida, trazemos trechos ou recortes do nosso *corpus* para mostrar os elementos constitutivos do gênero em questão, propostos por Bakhtin (2003).

No quarto capítulo, abordamos os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa, dialogando com o referencial teórico de Fonseca (2002), Severino (2007), Silveira e Córdova (2009) e Nunes, Nascimento e Alencar (2014). Logo após, apresentamos a análise descritivo-interpretativista dos trechos selecionados do nosso *corpus*, dividindo-os por tipo de Modalização, como também por fenômenos encontrados em nossa pesquisa. Em seguida, trazemos os resultados da pesquisa, dissertando sobre os dados e fenômenos catalogados.

Por fim, trazemos as considerações finais sobre a nossa investigação, comentamos sobre os dados levantados e analisados, como também expomos os modalizadores mais recorrentes em nosso *corpus*.

CAPÍTULO II – MODALIZAÇÃO: ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA E PRAGMÁTICA

Neste capítulo, apresentamos os estudos da Teoria da Argumentação na Língua proposta por Ducrot e colaboradores (1988), como também os estudos sobre o fenômeno da Modalização Discursiva, a partir dos estudos propostos por Lyons (1977), Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (2002), Palmer (2009), Nascimento e Silva (2012), dentre outros autores que estudam a Modalização nos discursos e enunciados em que esta aparece. Nesta pesquisa, adotamos a classificação de Modalização reformulada por Nascimento e Silva (2012), a partir dos estudos iniciais de Castilho e Castilho (1993). Conforme os mencionados autores (2012), os modalizadores discursivos são elementos linguísticos que se manifestam em discursos e enunciados, imprimindo efeitos de sentido distintos (de acordo com sua classificação), os quais permitem ao locutor orientar discursivamente o interlocutor para determinadas conclusões.

A Modalização é vista como um fenômeno argumentativo e pragmático, pois é uma estratégia argumentativa que se apresenta linguisticamente no discurso e se configura em um ato de fala particular. Assinalamos ainda que, neste trabalho, adotamos a concepção de argumentação da Teoria da Argumentação na Língua (doravante TAL). Na visão da TAL, proposta por Ducrot e colaboradores (1988), a argumentação é considerada um aspecto inerente à língua, permitindo aos falantes expressarem os seus pontos de vista, evidenciando a subjetividade. De acordo com Ducrot (1988), o locutor seleciona determinadas estruturas linguísticas para construir o seu discurso, levando em consideração que algumas dessas não serão úteis para a sua finalidade. E assim que o enunciado é construído, ele imprime uma avaliação ou um posicionamento do locutor sobre determinado conteúdo.

Espíndola (2004) afirma que a língua possui argumentatividade tanto em sua natureza quanto em seu uso, pois os gêneros textuais possuem especificidades que modificam a construção da argumentação entre os gêneros: “A estrutura argumentativa varia de gênero para gênero, sendo, na maioria das vezes, marcada linguisticamente, porém apontando, também, para a recuperação de informações contextuais” (Espíndola, 2004, p. 01). A autora reitera que, quando selecionamos determinado gênero textual para o uso, evidenciamos as nossas intenções, e elas são marcadas de forma linguística, evidenciando a estruturação discursiva dos gêneros textuais.

Espíndola (2004) aponta que o uso de operadores argumentativos, a seleção de nomes e verbos e o uso de modificadores podem constituir a direção argumentativa de um discurso. Contudo, não se trata apenas de recursos linguisticamente explícitos que marcam a direção

argumentativa, “há recursos discursivo-pragmáticos que possibilitam que sejam trazidos, para o ambiente discursivo, valores sociais, morais, religiosos, éticos, políticos etc. com fins argumentativos” (Espíndola, 2004, p. 02). Tanto Ducrot (1988) quanto Espíndola confirmam que a argumentação está integrada à língua; porém, a autora reitera que o uso da língua através dos gêneros discursivos é a manifestação da argumentação na prática comunicativa.

2.1 A Teoria da Argumentação na Língua

A Teoria da Argumentação na Língua (doravante TAL) é formulada a partir dos estudos de Ducrot e colaboradores (1988). As primeiras discussões sobre a argumentação com foco na língua surgiram no ano de 1983, com a obra intitulada *L'argumentation dans la langue*, produzida por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot. Na concepção tradicional, proposta pela Retórica, a língua possuía uma função secundária na construção da argumentação, uma vez que era apenas responsável pelo fornecimento de conectores e de elementos linguísticos para os discursos e enunciados. Com o surgimento da TAL, os estudos sobre a argumentação voltam a sua atenção para a língua, e afirmam que a argumentatividade está presente na própria estrutura da língua.

Na concepção tradicional, a argumentação era compreendida como uma habilidade de convencer e persuadir um determinado público. Já na visão da TAL, a argumentação é considerada como um aspecto inerente à língua, permitindo aos falantes expressarem os seus pontos de vista, isto é, a subjetividade. De acordo com Ducrot (1988), na seleção de determinadas estruturas linguísticas, o locutor leva em consideração que algumas dessas não serão úteis para a sua finalidade; logo, ele selecionará as estruturas linguísticas que permitem imprimir sua avaliação ou posicionamento sobre determinado conteúdo.

Segundo Ducrot (1988), a TAL apresenta uma oposição sobre a concepção tradicional de sentido. A princípio são descritos, tradicionalmente, três aspectos do sentido, e cada um desempenha uma função em relação ao enunciado: objetivos, subjetivos e intersubjetivos. Inicialmente, os aspectos objetivos “consistem na representação da realidade, as subjetivas indicam a atitude do locutor frente à realidade e as intersubjetivas dizem respeito às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige” (Nascimento, 2015, p. 410). Para exemplificar a diferenciação desses aspectos, Ducrot (1988, p. 50) apresenta o seguinte enunciado:

Exemplo 01

Hace buen tiempo. (Faz um bom tempo)

No excerto anterior, os três aspectos - *objetivos*, *subjetivos* e *intersubjetivos* - estão presentes no enunciado. A indicação *objetiva* apresenta a descrição da condição do tempo/clima no momento da enunciação; o aspecto *subjetivo* evidencia o contentamento do locutor em relação à condição climática atual, podendo ser um dia chuvoso, ensolarado ou nublado; por último, o aspecto *intersubjetivo*, dependendo da intencionalidade do locutor ao proferir o enunciado “Faz um bom tempo”, pode indicar um convite a um passeio, em que o clima influencia a realização da atividade. Ducrot (1988) se opõe a esse tipo de análise, pois, ao descrever a condição do clima, o locutor revela o seu ponto de vista (de forma subjetiva) sobre o clima estar agradável. Logo, se a linguagem ordinária tem a possibilidade de descrever a realidade, essa ação ocorrerá por meio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos.

Segundo Ducrot (1988), é necessário acabar com a separação entre a denotação e a conotação, já que, tradicionalmente, os aspectos objetivos são denominados de denotação, e os aspectos subjetivos e intersubjetivos são chamados de conotação. Através dessa afirmação, o autor unifica os dois aspectos - aspectos subjetivos e intersubjetivos - e intitula de valor argumentativo, que está relacionado à orientação que a palavra dá ao discurso; Ducrot (1988) continua: “*En efecto, a mi juicio el empleo de una plabra have possible o impossible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidadde o impossibilidades de continuación discursiva que su empleo determina*”¹ (Ducrot, 1988, p. 51).

De acordo com o estudioso, o valor argumentativo de uma palavra é determinado pela orientação que ela oferece ao discurso, isto é, trata-se das possibilidades e impossibilidades de continuação discursiva do enunciado a partir de uma determinada palavra, orientando o discurso para específicos sentidos e conclusões. Para esclarecer a ideia de valor argumentativo, Ducrot (1988, p. 52) assinala que a palavra *sentido* significa, simultaneamente, significação e direção: “a palavra sentido significa pelo menos duas coisas. Por uma parte significação e por outra, direção, em inglês *meaning* e *direction* respectivamente”. Sendo assim, podemos perceber que a argumentação vai além do sentido restrito do enunciado, ou seja, também está relacionada à ideia de direcionamento que a palavra desempenha no enunciado.

A Teoria da Argumentação na Língua, proposta por Ducrot e colaboradores, continua passando por reformulações. Atualmente, a TAL está dividida em duas partes: Forma Standard

¹ De fato, no meu ponto de vista, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina (Tradução nossa).

e a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). A primeira parte, a Forma *Standard*, subdivide-se em quatro fases: *Descritivismo Radical*, *Descritivismo Pressuposicional*, *Argumentação como Constituinte da Significação* e *Argumentatividade Radical*. A partir desse ponto, pretendemos apresentar um breve resumo das fases que compõem a Teoria da Argumentação na Língua.

A princípio, na fase do *Descritivismo Radical*, a língua e a argumentação eram desassociadas, isto é, não possuíam correlações. Nessa primeira fase, os estudiosos ainda estavam voltados para os estudos da Retórica, a qual descartava a ideia de que a língua possuía argumentatividade. De acordo com Anscombre e Ducrot (1994), a contribuição da língua e da argumentação não é propriamente argumentativa, apenas se refere ao poder das palavras em descrever os fatos e desenvolver encadeamentos. Na língua francesa, os conectores *donc* (então), *par conséquent* (por conseguinte), *car* (pois), entre outros, seriam responsáveis por estabelecer os encadeamentos entre dois enunciados, possibilitando a correlação entre os fatos e enunciados. Nessa perspectiva, a incumbência dos operadores/conectores era apenas de encadear os discursos, e marcariam a ligação entre os fatos proferidos nos enunciados.

A fase a seguir consiste em uma reformulação da fase inicial, intitulada *Descritivismo Pressuposicional*, em virtude de a reafirmação dos encadeamentos discursivos estarem firmados unicamente nos fatos. Porém, conforme os autores, apenas determinados fatos seriam possíveis de desenvolver os encadeamentos, isto é, apenas os fatos que estão no nível das informações postas na frase poderiam gerar os encadeamentos discursivos. Desse modo, os operadores adquirem a função de orientar as conclusões de acordo com as informações afirmadas no enunciado. Apesar de Ducrot e colaboradores (1994) afirmarem que a língua viabiliza as orientações argumentativas nos enunciados, eles delimitam que tal ação ocorre entre os fatos afirmados (postos) e os pressupostos e sua relação com os encadeamentos, desconsiderando a argumentatividade natural da estrutura da língua.

Na terceira fase, intitulada *Argumentação como Constituinte da Significação*, os autores passam a considerar que a argumentação está intrinsecamente relacionada com a língua. Ducrot e colaboradores (1994) constataram, através de suas análises, que determinadas estruturas linguísticas ou termos específicos utilizados nos enunciados expressam posicionamentos e pontos de vista acerca do conteúdo, direcionando o interlocutor/leitor a aderir a certas conclusões e a rechaçar outras. Sendo assim, a argumentatividade passa a ser vista no nível da estrutura semântica da frase, através do uso dos operadores discursivos e dos direcionamentos ocasionados por eles.

Na fase da *Argumentatividade Radical*, os estudiosos Ducrot e colaboradores (1994) implementam a teoria de *topoi*, oriunda dos estudos sobre os princípios retóricos, a partir de

Aristóteles. Os autores compreendem que os encadeamentos discursivos e as possíveis conclusões do enunciado ocorrem através de *topoi*. Segundo Espíndola (2004, p. 37), o “*topos* seria o ponto de articulação entre a língua e o discurso”, isto é, segundo a autora, o *topos* constitui-se em valores comuns partilhados entre uma determinada comunidade ou grupo, que são ativados na construção do discurso, orientando-o argumentativamente. De acordo com os pressupostos da *Argumentatividade Radical*, a estrutura da frase proporciona possibilidades que permitem introduzir os encadeamentos discursivos, como por exemplo o enunciado-argumento, que conduzirá a um enunciado-conclusão. Contudo, a argumentação precisa de um elo que unifique o segmento do argumento com a conclusão; é justamente o *topos* que possibilita a passagem entre ambos.

A atual fase da TAL está sendo desenvolvida na perspectiva da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), proposta por Marion Carel e Oswald Ducrot (2005). A TBS parte da premissa de que os encadeamentos argumentativos são compostos por dois segmentos interdependentes, unidos por um conector. Nessa teoria, o sentido de um encadeamento não é compreendido como uma passagem de um argumento para uma conclusão, e sim estabelecido através da relação de interdependência. Ou seja, o primeiro segmento apenas obtém sentido quando é associado ao segundo, formando o bloco semântico. Os conectores são responsáveis pela construção dos encadeamentos argumentativos, e são do tipo *donc*, abreviado por DC (portanto), ou do tipo *pourtant*, abreviado por PT (no entanto). Ambos os conectores geram dois tipos de discursos paralelos: os normativos (DC) e os transgressivos (PT).

Segundo Silva *et al* (2006, p. 105), a TBS evidencia duas possibilidades de se construir a argumentação no nível do léxico, a interna e a externa:

Para estabelecer uma metodologia que comprove o pressuposto de que a argumentação está na língua, a TBS define argumentação interna a uma entidade lexical como sendo a paráfrase dessa entidade. [...] Na argumentação externa o sentido contido na entidade lexical conduz a uma determinada continuação, possível ou impossível, de acordo com o sentido construído no discurso por essa entidade.

Conforme a mencionada citação, a argumentação interna está presente no âmbito da paráfrase da entidade lexical; já a argumentação externa orienta o sentido para uma determinada conclusão, dependendo do sentido estabelecido dentro do discurso pela entidade lexical. De acordo com Silva *et al* (2006), as argumentações internas e externas admitem os aspectos normativos e transgressivos dentro dos enunciados em que aparecem.

Vale ressaltar que a TAL e a TBS descrevem o funcionamento semântico-argumentativo de diferentes elementos da língua e fenômenos discursivos que materializam a argumentação, a saber: os operadores discursivos, a polifonia, dentre outros. E entre esses fenômenos, os estudos realizados no âmbito do nosso grupo de pesquisa, intitulado *Texto: produção e recepção sob vários olhares*, têm incluído os modalizadores discursivos em suas investigações.

Em seguida, apresentaremos a concepção da Modalização Discursiva adotada por Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1992), Koch (2002), Nascimento e Silva (2012), dentre outros autores.

2.2 O fenômeno da Modalização Discursiva

Segundo Nascimento (2009), a Modalização Discursiva é vista como uma estratégia semântico-argumentativa e pragmática, pois se trata de um ato de fala particular que permite ao locutor imprimir suas pretensões no discurso ou enunciado, agindo em função do seu interlocutor para orientá-lo nas possíveis conclusões. Os estudos acerca da Modalização desdobram-se em diferentes modos de abordagens, e nesta investigação apresentaremos de maneira breve a revisão teórica dessas abordagens.

Inicialmente, convém mencionar que alguns estudiosos, como Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1992) e Koch (2002), abordam a Modalização como um fenômeno linguístico, que atua dentro dos limites do enunciado e permite ao locutor evidenciar a sua subjetividade.

A segunda abordagem observa que a Modalização atua além das fronteiras do enunciado, apresentando uma classificação dos modalizadores que pode ser aplicada nos estudos da argumentação, perspectiva na qual atuam os estudiosos Nascimento e Silva (2012). A Modalização manifesta-se no discurso ou enunciado por meio de determinados elementos linguísticos, os quais permitem ao locutor evidenciar a sua subjetividade. Essa estratégia argumentativa orienta o interlocutor a ler e a compreender o discurso de tal forma, direcionando-o para determinadas conclusões e/ou rechaçamentos.

Para Lyons (1977), o termo modalidade envolve diversas interpretações divergentes, em virtude da proximidade entre os termos *modo* e *modal*. Porém, o autor prefere que o sentido do termo *modo* seja utilizado conforme a Gramática Tradicional, isto é, de acordo com as categorias gramaticais: indicativo, subjuntivo e imperativo. De acordo com o autor, as noções de necessidade e de possibilidade relacionadas ao valor da verdade e falsidade dos enunciados (a modalidade alética) são os únicos tipos de modalidades reconhecidas pela lógica tradicional. Segundo Nascimento e Silva (2012), os lógicos estabelecem que a modalidade alética está

vinculada mais à necessidade do que à possibilidade, pois a necessidade pode ser definida “em termos de verdade em todos os universos possíveis, e a possibilidade em termos de verdade em alguns universos possíveis” (Nascimento; Silva, 2012, p. 68).

Lyons (1977) destaca que os linguistas não podem reduzir a modalidade alética objetiva (isto é, proposicional, conforme a lógica modal padrão) como básica ou simplista nas análises semânticas das línguas naturais. Assim, a modalidade alética subjetiva (conhecida como dêixis ou referência) é um aspecto constituinte do significado do enunciado, sendo as duas modalidades (alética objetiva e subjetiva) essenciais, igualmente, para os estudos semânticos das línguas naturais:

But, also like deixis, it is encoded in the grammatical and lexical structure of most, if not all, natural languages and, in so far as it is encoded, or conventionalized, in language-systems, it is just as much part of sentence-meaning as is truth-conditionally explicable objective modality.² (Lyons, 1977, p. 334).

Segundo Lyons (1977), a Modalização Objetiva distancia-se da Modalização Subjetiva, pois ela expressa o modo do falante em dizer, de maneira não qualificada ou categórica, a factualidade da proposição. Isso ocorre porque a modalidade subjetiva constitui-se de declarações que expressam opiniões, rumores ou tentativas de inferências. Ou seja, através da modalidade subjetiva, os falantes podem expressar suas crenças, vontade, atitudes e autoridade, ao contrário da modalidade objetiva, que apenas reporta o estado de coisas ou de acontecimentos.

Nesse sentido, para o autor, a Modalização Epistêmica e Deontica podem ser objetivas ou subjetivas. A Modalização Epistêmica revela a noção de conhecimento sobre a veracidade do conteúdo da proposição, que implica a condição do falante de se comprometer com a crença de que o conteúdo da proposição é verdadeira. Em relação à modalidade epistêmica objetiva, está relacionada à factualidade da informação enunciada. Lyons (1977) descreve um exemplo para elucidar essa Modalização: ao dizer em uma comunidade que o estado civil de cada membro é de conhecimento de todos, com exceção o de Alfredo, e levando em consideração que eles conhecem o número X de pessoas que não são casadas, o enunciado “Alfredo deve ser solteiro” torna-se válido, uma vez que é um conhecimento situado na probabilidade de verdade ou da possibilidade objetiva. Porém, através da Modalização Epistêmica Subjetiva, o falante evidencia a sua incerteza da probabilidade de Alfredo estar solteiro, que permite possibilidades

² Mas, também como dêixis, se não todas as línguas naturais e, de modo na medida em que é codificado, ou convencionalizado, em sistemas de linguagem, é tão parte do significado da sentença quanto é a modalidade objetiva explicável condicionalmente pela verdade (Tradução nossa).

de continuações como “contudo, eu duvido” ou “eu creio que seja possível”, tornando visível a subjetividade dessa modalidade.

A modalidade deôntica está relacionada à noção de necessidade ou de possibilidade das ações praticadas pelos sujeitos responsáveis pelos atos. Segundo Lyons (1977), a sentença nessa modalidade deôntica descreve o estado de coisas que ocorrerá se o ato a ser proferido for realizado, isso porque a modalidade deôntica tem proximidade com a futuridade, uma vez que o valor de verdade de uma modalidade deôntica apenas é determinado em relação a algum estado do mundo, depois que a obrigação ocorre. Aplicando o exemplo supracitado, uma interpretação da modalidade deôntica objetiva seria “Alfredo é obrigado a ser solteiro”, que expressa uma noção de necessidade, até mesmo de obrigatoriedade. Já na modalidade deôntica subjetiva, a interpretação seria que o falante está proibindo que Alfredo seja casado.

Cervoni (1989) afirma, a respeito dos estudos sobre a modalidade, no âmbito da Linguística, que é necessário voltar a atenção para os campos da morfologia, sintaxe e léxico, pois apesar de a modalidade possuir origem na lógica, pouco se tem conservado de sua significação original. Desse modo, o autor retoma a noção tradicional e afirma que a modalidade apenas ocorre quando atua sobre a proposição de maneira completa. Contudo, “as teorias linguísticas contemporâneas demonstraram a vantagem de se supor estruturas subjacentes para as formas de superfície e de dar lugar ao implícito na análise das frases” (Cervoni, 1989, p. 62). Ou seja, o autor afirma que as teorias linguísticas contemporâneas analisam a modalidade que incide sobre a proposição, ou parte dela, com atenção especial aos aspectos morfológicos, sintáticos e lexicais, o que não é uma preocupação da lógica, necessariamente.

Assim, Cervoni (1989) assinala que o termo modalidade remete ao fato de que, em uma análise semântica, é possível diferenciar um conteúdo proposicional (dito) de um ponto de vista do falante sobre o conteúdo veiculado no enunciado (modalidade), e apresenta a distinção dos termos tipicamente modal e parcialmente modal:

O primeiro grupo é classificado como núcleo duro, englobando as modalidades proposicionais (é possível que, é certo que etc.) e os auxiliares de modo (poder, dever etc.); já o grupo parcialmente modal é intitulado modalidade impura, abrangendo os adjetivos avaliativos, os verbos dicendi e os modos verbais. (Silva, 2021, p. 21).

O grupo tipicamente modal possui uma significação explícita e inerentemente modal, e as modalidades proposicionais apresentam a forma canônica “(unipessoal) + é + adjetivo + que P ou infinitivo” (Cervoni, 1989, p. 63) ou são expressas pelos verbos modais. Para exemplificar essa estrutura, Nascimento (2009, p. 1371) traz a seguinte frase: “É possível que as aulas

comecem em julho’, a estrutura ‘é possível’ expressa a modalidade que atua sobre toda a proposição ‘que as aulas comecem em julho’”. Os auxiliares de modo englobam os verbos como *poder*, *dever*, *saber*, dentre outros; esse tipo de verbo pode ser observado no enunciado: “Ele deve chegar cedo” (Nascimento, 2009, p. 1371). O verbo *dever* expressa a modalidade de probabilidade, que atua sobre todo o conteúdo da frase “ele _ chegar cedo”.

No grupo parcialmente modal, denominado de modalidade impura, o autor afirma que “a modalidade é implícita ou mesclada num mesmo lexema, num mesmo morfema, numa mesma expressão, a outros elementos de significação” (Cervoni, 1989, p. 68). Fazem parte desse grupo alguns adjetivos avaliativos, os verbos *dicendi* e os modos verbais. E em relação aos adjetivos avaliativos, o autor apresenta a seguinte afirmação:

Os adjetivos avaliativos que podem fornecer uma expressão unipessoal determinam ou uma proposição - eventualmente “reativada” (ex: Sua queda é grave = É grave que tenha caído), e então eles se vinculam às modalidades - e, ou um nome não “reativável” (ex: Um ferimento grave), e, neste caso, não cabe considerá-los como portadores de modalidade. (Cervoni, 1989, p. 70).

Alguns adjetivos avaliativos serão modais caso a possibilidade de recuperação da forma canônica seja viável, ou seja, que possam recuperar a estrutura sintática da proposição. Alguns adjetivos pertencem à classificação de “reativável”, sendo impossível considerar que eles sejam portadores de modalidade.

Segundo a perspectiva de Castilho e Castilho (1993), a Modalização tende a imprimir o posicionamento do locutor perante a proposição, e dois termos são usados segundo essa percepção: modalidade e Modalização. O primeiro termo, a modalidade, ocorre quando “o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa)”. A Modalização ocorre quando “o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional” (Castilho; Castilho, 1993, p. 217), apresentando o seu julgamento em relação à verdade do enunciado. Apesar da distinção feita pelos autores, eles optaram por utilizar os termos indistintamente, uma vez que o conteúdo da proposição sempre terá uma avaliação feita previamente pelo locutor, expressando os mais variados valores e convicções.

Os autores Castilho e Castilho (1993, p. 202) afirmam que a Modalização pode incidir em distintos recursos linguísticos: modos verbais; verbos auxiliares “como *poder*, *dever*, *querer* e verbos que constituem orações parentéticas e matrizes como *achar*, *crer*, *acreditar*”; recursos prosódicos; adjetivos ou expressões como “é possível” e “é claro”; advérbios como

possivelmente e *exatamente*; sintagmas preposicionados com função adverbial, como por exemplo “na verdade, em realidade, por certo”.

No capítulo intitulado *Advérbios modalizadores* (1993, p. 202), os autores trazem o seguinte exemplo: “*Realmente...* [os filmes] eram muito ruins”. O advérbio evidencia uma apreciação do falante em relação ao caráter epistêmico da proposição, uma vez que o locutor apresenta um conhecimento sobre o conteúdo da proposição, e utiliza o termo *realmente* para dizer que os filmes eram ruins, mas ele poderia ter usado outros predicados sinônimos, conforme Castilho e Castilho (1993, p. 202) apresentam: “Eu sei que os filmes eram muitos ruins/ é certo que os filmes eram muito ruins/ é claro que os filmes eram muito ruins”. Desse modo, diante dessas possíveis substituições, temos uma necessidade epistêmica e o uso do advérbio garante o efeito de sentido da ênfase do conteúdo, evidenciando como o falante possui um alto grau de adesão em relação à proposição.

Castilho e Castilho (1993) apresentam a classificação de Modalização em três grupos, a saber: Epistêmica, Deontica e Afetiva. Segundo os autores, a Modalização Epistêmica imprime uma avaliação sobre o valor de verdade da proposição. Ela é subdividida em três classes: asseverativo, quase-asseverativo e delimitador. Os modalizadores epistêmicos asseverativos expressam que o falante considera o conteúdo da proposição como verdadeiro, sendo apresentado como uma afirmação ou uma negação; geralmente, o uso dessa classe de modalizador evidencia uma alta adesão ao conteúdo, por parte do falante. Os autores apresentam uma lista de alguns modalizadores epistêmicos asseverativos: *realmente*, *evidentemente*, *naturalmente*, *efetivamente*, *obviamente*, *reconhecidamente*, *logicamente*, *seguramente*, *verdadeiramente*, *certamente*, *absolutamente*, *forçosamente*, dentre outros.

Os modalizadores quase-asseverativos apresentam “o conteúdo da proposição como quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação” (Castilho; Castilho, 1993, p. 207). Desse modo, o falante expressa uma baixa adesão ao conteúdo da proposição, e não se responsabiliza pela verdade ou pela falsidade do conteúdo. Os autores listam alguns modalizadores que pertencem a essa classificação: *talvez*, *assim*, *possivelmente*, *provavelmente*, *eventualmente*. Já os modalizadores epistêmicos delimitadores:

Estabelecem os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo de P. Eles, por assim dizer, “cercam” a proposição, donde a denominação *bedges* proposta por Lakoff (1972). Os delimitadores têm uma força ilocutória maior que os asseverativos e quase-asseverativos, pois implicam uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo. (Castilho; Castilho, 1993, p. 207).

Os autores pontuam alguns modalizadores epistêmicos delimitadores: *quase, um tipo de, uma espécie de, em geral, em princípio, fundamentalmente, basicamente, praticamente, do ponto de vista de + adjetivo, geograficamente*, dentre outros.

A Modalização Deôntica expressa que o falante considera que o conteúdo da proposição deve ocorrer de maneira obrigatória. Sendo assim, sai do campo da noção de verdade do conteúdo e adentra o âmbito da interação, uma vez que o falante deseja atuar sobre o interlocutor. Castilho e Castilho (1993) listam alguns modalizadores deônticos: *obrigatoriamente, necessariamente*, entre outros.

A respeito da Modalização Afetiva, os modalizadores afetivos “verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico” (Castilho; Castilho, 1993, p. 208). Os pesquisadores listam dois tipos de modalizadores afetivos: a) subjetivos - expressam uma predicação dupla (a do falante sobre a proposição e da própria proposição), como *felizmente, infelizmente, curiosamente, surpreendentemente*, dentre outros; b) intersubjetivos - indicam uma predicação simples, que é assumida pelo falante sobre o interlocutor, como *sinceramente, francamente, lamentavelmente, estranhamente*.

Na obra intitulada *Mood and modality*, de Palmer (2009), o estudioso adota a modalidade como uma categoria gramatical que possui relações intrínsecas com outras duas categorias gramaticais (tempo e aspecto), pois as três categorias atuam na oração, e, geralmente, são marcadas dentro de um complexo verbal. O autor afirma que as três categorias, de certo modo, voltam as suas atenções para o evento ou para a situação em que o enunciado é produzido, e a modalidade foca no *status* da proposição que descreve o evento. Sendo assim, os termos *reais* e *irreais* são as características fundamentais que constituem o *status* da proposição, e conforme afirma Palmer (*apud* Mithum, 1999, p. 173), “*the realis portrays situations as actualized, as having occurred or actually occurring, knowable through direct perception. The irrealis portrays situations as purely within the realm of thought, knowable only through imagination*³”.

Segundo Palmer (2009), existem duas formas de a língua lidar gramaticalmente com a categoria geral de modalidade: sistema modal e modo. Ambos podem ocorrer em uma única língua, por exemplo na língua alemã, a qual possui um sistema de verbos modais e modo (indicativo e subjuntivo). No modo, o sistema é praticamente binário, podendo ser *reais* ou

³ O *reais* retrata as situações como atualizadas, como tendo ocorrido ou realmente ocorrendo, cognoscíveis por meio da percepção direta. O *irreais* retrata situações como puramente dentro do reino do pensamento, conhecíveis apenas através da imaginação (Tradução nossa).

irreais. Para exemplificar, o autor apresenta “*the contrast made in European languages between the indicative and the subjunctive, the indicative, marking clauses as realis and the subjunctive marking them as irrealis*”⁴ (Palmer, 2009, p. 04). Em relação ao sistema modal, o autor afirma que, em algumas línguas, não é possível estabelecer uma distinção entre os termos de modo e de sistema modal, pois o sistema modal incorpora as características de ambos. Além disso, o estudioso propõe a distinção entre os termos de modalidade proposicional e modalidade de evento. A respeito da modalidade proposicional, Palmer (2009) designa dois tipos: epistêmico e evidencial.

Em relação à modalidade epistêmica, ele permite ao falante expressar seu julgamento sobre o estado factual da proposição, podendo ser de caráter especulativo, dedutivo e assunção. Palmer (2009, p. 07) apresenta exemplos para esclarecer a distinção entre as três classificações supracitadas, os quais demonstraremos a seguir, destacando-os em *itálico*. A modalidade especulativa é concernente a uma conclusão possível (exemplo: *Kate may be at home now*⁵); a modalidade dedutiva se refere à única conclusão possível (exemplo: *Kate must be at home now*⁶); a modalidade de assunção está ligada a uma conclusão razoável (exemplo: *Kate will be home now*⁷). Na modalidade evidencial, o falante aponta para a especificação ou origem da evidência relacionada ao estado factual da proposição. Pode se manifestar através do discurso reportado, como por exemplo “Ele disse que virá nos visitar”, ou através da forma sensorial, isto é, o resultado de uma experiência pessoal (visual, não visual, auditiva).

A respeito da modalidade evidencial, muitos estudiosos possuem visões distintas sobre esse assunto. Alguns assumem a perspectiva de que a modalidade evidencial faz parte da modalidade epistêmica, e outros estudiosos postulam que a modalidade evidencial seria uma categoria superior. Segundo Dendale e Tasmowski (2001), os estudos sobre a modalidade evidencial e epistêmica podem ser encontrados através de três perspectivas distintas: disjunção, inclusão e sobreposição. A primeira vertente compreende que as duas modalidades são noções que se opõem, uma vez que a evidencial possui apenas o papel de indicar a forma da detenção do conhecimento sobre o que está sendo dito; desse modo, a modalidade evidencial e epistêmica não possuem aproximações.

Na segunda vertente, da inclusão, Santos (2008) aponta que os estudiosos adeptos dessa concepção consideram que os domínios da modalidade epistêmica e da evidencialidade se

⁴ O contraste feito nas línguas europeias entre o indicativo e o subjuntivo, o indicativo marcando as orações como reais e o subjuntivo marcando-as como irreais (Tradução nossa).

⁵ Kate pode estar em casa agora (Tradução nossa).

⁶ Kate deve estar em casa agora (Tradução nossa).

⁷ Kate estará em casa agora (Tradução nossa).

encontram dentro do escopo semântico um do outro. Conforme destaca Santos (2008, p. 36), Palmer adota essa concepção, pois ele afirma que “os evidenciais estão sob o escopo da ME, ou simplesmente dos epistêmicos. Esse autor também atribui aos citativos (uma categoria tradicionalmente classificada como evidencial) ‘uma característica modal’, ou seja, um valor modal”.

Na terceira vertente, Dendale e Tasmowski (2001) adotam a concepção da sobreposição ou intersecção entre os domínios da epistêmica e evidencial. Segundo os autores (2001), essa interface ocorre através da evidência inferencial, a qual possui um valor modal idêntico à necessidade epistêmica. Porém, De Haan (2005) confronta a definição supracitada, pois não vê evidências de que a modalidade evidencial faça parte da epistêmica, ou que os termos sejam sobrepostos, pois a questão de o falante não indicar as evidências diretas (evidencialidade visual) da obtenção da informação não implica que a crença do falante seja menor em relação ao enunciado. E exatamente por esse motivo, De Haan afirma que ambas as modalidades não possuem relações, já que na epistêmica quem determina o valor modal é o falante:

Hence, evidentials do not have an intrinsic epistemic component. Any epistemic value comes from the contextual interaction with the hearer (reader). Note that this is different from real epistemic modals, because there the epistemic value is determined by the speaker (and the hearer can still disagree with that value)⁸. (De Haan, 2005, p. 05).

De acordo com Palmer (2009), na modalidade de evento a distinção dos fatores condicionantes na modalidade deôntica são de natureza externa, pois se referem à obrigação, permissão ou comprometimento para realizar alguma ação, e precisam, necessariamente, da aceitação do interlocutor sobre o valor de verdade imprimido no enunciado, para assim executá-lo; na modalidade dinâmica, ao contrário, os fatos condicionantes são de origem interna, e estão relacionados à capacidade, disposição, habilidade, vontade/desejo do interlocutor para realizar alguma ação.

Para exemplificar as categorias apresentadas por Palmer, sistematizamos as modalidades, a seguir:

⁸ Um evidencial se fundamenta em uma ação ou um evento com respeito ao falante, exatamente como um demonstrativo se fundamenta em um objeto com respeito ao falante. Ou seja, a relação entre uma proposição e um evidencial é análoga à relação entre um substantivo (frase) e um demonstrativo (Tradução nossa).

Modalidade Proposicional*1. Epistêmico*

1.1 Especulativo

1.2 Dedutivo

1.3 Suposição

1. Deontica

1.1 Permissiva

1.2 Obrigatória

1.3 Comissiva

Modalidade de evento*2. Evidencial*

2.1 Reportada

2.2 Sensorial

2. Dinâmica

2.1 Habilitativa

2.2 Volitivo

Como podemos observar, Palmer (2009) reúne quatro valores modais em seus estudos, que são: epistêmico, evidencial, deontico e dinâmico. Apesar de o autor reconhecer a importância da modalidade habilitativa para o estudo do significado dos verbos modais, Palmer (2009) afirma que o valor modal habilitativo não imprime no enunciado uma atitude e nem mesmo uma opinião do falante.

Abordamos os estudos de Palmer (2009) para mostrar, principalmente, os estudos acerca da modalidade de evento, especificamente a dinâmica (habilitativa e volitiva), por apresentar uma ótica semelhante a dos autores Nascimento e Silva (2012). Como vimos, Palmer (2009) afirma que essa modalidade (a dinâmica) em especial diz respeito à capacidade ou vontade/desejo do interlocutor para exercer alguma ação. Tal visão dialoga, em parte, com as categorias apresentadas por Nascimento e Silva (2012) a respeito da Modalização Epistêmica Habilitativa, que pertence ao âmbito de uma avaliação de conhecimento do locutor sobre a capacidade do interlocutor realizar algo, e a respeito da Modalização Deontica Volitiva, que exprime uma vontade/desejo por parte do locutor de que algo aconteça.

A pesquisadora Koch (2002) indaga sobre a existência de enunciados não modalizados, uma vez que, mesmo não possuindo uma marca linguística da Modalização no enunciado, eles teriam a Modalização implícita presente na proposição. Segundo a estudiosa, os enunciados que não apresentam uma Modalização explícita, isto é, com marcas linguísticas, não possuem neutralidade nos fatos expostos e podem ser lidos através de duas formas: o modo de opinião ou o modo de saber. Constitui-se, nesse sentido, uma modalidade incerta: “ou a enunciação pertence a um discurso autoritário (eu sei, portanto é verdade) ou a um discurso de tolerância (eu creio, portanto é possível)” (Koch, 2002, p. 82).

Ao construir o discurso em torno das noções de necessidade ou da certeza, o locutor apresenta o discurso como autoritário, pois, segundo Koch (2002), o discurso é carregado de um saber, sendo ele explícito ou implícito, e o locutor orienta o interlocutor a aderir ao seu discurso como sendo verdadeiro e inquestionável. Ao assumir essa postura, o locutor evidencia a sua intenção de impor suas convicções ao interlocutor, atingindo um grau máximo de engajamento por parte do locutor. Em contrapartida, quando o discurso está estruturado no alicerce da possibilidade ou do crer, tende a gerar questionamentos no campo do livre-arbítrio, da liberdade ou da indeterminação. De acordo com Koch (2002), o locutor deixa o interlocutor livre - ou pelo menos demonstra uma certa liberdade - para aceitar ou refutar os argumentos apresentados.

Koch (2002, p. 85) apresenta uma lista com diversos tipos de lexicalização, que transcrevemos a seguir:

- a) Performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito etc.;
- b) Auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar etc.;
- c) Predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.;
- d) Advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc.;
- e) Formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer etc. + infinitivo;
- f) Modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo; uso do pretérito perfeito com valor de probabilidade; hipótese; notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade etc.;
- g) Verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc.;
- h) Entonação: (que permite, por ex.: distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral);
- i) Operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc. (Koch, 2002, p. 85).

Vale salientar que essa lista não é definitiva, uma vez que diversas investigações estão sendo realizadas para mapear e sistematizar os modalizadores presentes na língua, entre os quais temos o caso do sufixo *-inho* e dos verbos *dicendi*, investigados, respectivamente, por Chaves (2007) e por Nascimento (2005), resultados das pesquisas realizadas no grupo de pesquisa *Texto: produção e recepção sob vários olhares*.

Em sua pesquisa no gênero entrevista, Chaves (2007) percebeu que o sufixo *-inho* pode funcionar como um elemento modalizador, que geralmente recai sobre o próprio lexema. Nesse caso, ele atua como um modalizador avaliativo, pois expressa uma avaliação ou ponto de vista do locutor. Para exemplificar o funcionamento argumentativo do sufixo *-inho*, Chaves (2007) apresenta um trecho a seguir, no exemplo 02:

Exemplo 02

E* Como definiria amor e paixão?

I* Puxa, pergunt**inha**, heim? Bom, amor é o que você sente por uma pessoa e não acaba logo não, e paixão é só fogo de palha (Chaves, 2007, p. 16).

No exemplo 02, temos a presença de dois locutores: I (informante) e E (entrevistador). O informante modaliza o enunciado através do uso do sufixo *-inha*, imprimindo uma ironia em seu enunciado. Assim, a Modalização sai do próprio discurso do locutor (informante) para o enunciado do seu interlocutor (entrevistador), isto é, o locutor não avalia o seu próprio enunciado, e sim o enunciado alheio. Desse modo, o sufixo *-inha* atua como um modalizador avaliativo, pois imprime um ponto de vista do locutor sobre o discurso alheio.

Nascimento (2005) constatou que no gênero notícia a Modalização pode ser utilizada por um locutor para avaliar o discurso alheio através do verbo *dicendi*. Esse fato ocorre devido à natureza polifônica do discurso da notícia, pois o locutor responsável pela notícia (L1) traz para o seu texto o discurso de diferentes locutores (L2, L3, dentre outros), e assume posições com relação a esses locutores. No exemplo 03, temos um caso do verbo *dicendi*, a seguir:

Exemplo 03

‘Eu e Patrícia somos um casal bastante feliz’, **reage** candidato (Nascimento, 2005, p. 134).

No exemplo 03, o locutor responsável pela notícia (L1) apresenta o discurso do locutor (L2 - o candidato Ciro Gomes) através do verbo *dicendi* **reage**, com valor modal avaliativo. Esse verbo indica que o discurso entre aspas deve ser lido como uma reação de L2 às críticas que lhe haviam sido feitas sobre o seu matrimônio. Assim, além dos verbos *dicendi* introduzirem o discurso, eles também “são portadores de sentido e podem indicar o modo como esse discurso deve ser lido. Funcionam, nesse caso, como modalizadores epistêmicos ou avaliativos” (Nascimento, 2005, p. 195).

Para Nascimento e Silva (2012), a modalização é vista como uma estratégia argumentativa utilizada pelo locutor responsável do discurso, com o intuito de apresentar sua avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo da enunciação. Ao adotar essa concepção, os autores afirmam que a Modalização sempre age em função da interlocução, isto é, do seu interlocutor. Em seu discurso, o locutor deixa vestígios de sua subjetividade e indica como deve ser lido o discurso, orientando discursivamente o interlocutor para possíveis conclusões. De acordo com os autores Nascimento e Silva (2012, p. 80), os modalizadores discursivos seriam elementos linguísticos “que materializam, explicitamente, a modalização e se classificam de

acordo com o tipo de modalização que expressam, nos enunciados e discursos em que aparecem”.

Os autores Nascimento e Silva (2012) agruparam os modalizadores em quatro grupos: Epistêmicos, Deônticos, Avaliativos e Delimitadores, a partir dos estudos iniciais sobre os efeitos de sentido desenvolvidos pelos advérbios modalizadores de Castilho e Castilho (1993). Na próxima seção, apresentamos os modalizadores e seus subtipos.

2.2.1 Modalização epistêmica e suas categorias

A Modalização Epistêmica surge no enunciado quando o locutor apresenta uma avaliação acerca do valor de verdade ou de certeza sobre o conteúdo do enunciado. Ao relevar o seu posicionamento, o locutor evidencia o seu conhecimento em relação ao conteúdo mencionado. A Modalização Epistêmica subdivide-se em: *Asseverativa*, *Quase-asseverativa* e *Habilitativa*.

a) *Epistêmica Asseverativa*: de acordo com Nascimento e Silva (2012, p. 81), a Modalização Epistêmica Asseverativa “ocorre quando o falante considera verdadeiro o conteúdo do enunciado e, conseqüentemente, se responsabiliza pelo dito”. A seguir, temos um exemplo dessa Modalização:

Exemplo 04

“**Com certeza** haverá aula hoje” (Nascimento; Silva, 2012, p. 81).

No exemplo 04, a expressão **com certeza** atua no enunciado como um modalizador epistêmico asseverativo, pois apresenta o conteúdo da proposição como um conhecimento sobre o fato de que hoje haverá aula. Ao expressar o valor de verdade do enunciado, o locutor se compromete e, conseqüentemente, se responsabiliza com o conteúdo dito, pois ele afirma como algo verdadeiro e certo de que haverá aula hoje.

b) *Epistêmica Quase-Asseverativa*: ocorre quando o locutor apresenta o conteúdo do enunciado como algo quase certo ou como uma hipótese que precisa ser confirmada, isto é, o locutor não se responsabiliza pela autenticidade da proposição. Podemos observar esse caso no exemplo 05:

Exemplo 05

“**Provavelmente**, haverá aula hoje” (Nascimento; Silva, 2012, p. 82).

Nesse exemplo, temos um caso do modalizador epistêmico quase-asseverativo através do advérbio **provavelmente**. Ele modaliza o enunciado, pois expressa uma noção de possível certeza (quase-asseveração) sobre o conteúdo do enunciado, ou seja, se haverá aula hoje. Ao imprimir esse posicionamento de possível certeza, o locutor não se compromete inteiramente com o conteúdo do enunciado, uma vez que não assevera a certeza de que hoje acontecerá a aula.

c) Epistêmica Habilitativa: segundo Nascimento e Silva (2012), o locutor apresenta que algo ou alguém possui a capacidade e/ou habilidade de executar alguma ação, e, assim, realiza tal ato porque possui conhecimento a esse respeito. No exemplo 06, temos uma ocorrência da Modalização Habilitativa:

Exemplo 06

“Paulo **pode** realizar essa prova. Ele estudou bastante esse conteúdo”
(Nascimento; Silva, 2012, p. 82).

No exemplo acima, o modalizador **pode** possui o caráter da Modalização Epistêmica Habilitativa, pois o locutor declara que o discente possui a capacidade de realizar a prova. De acordo com Nascimento e Silva (2012), já que o discente estudou bastante o conteúdo, ele conseguirá alcançar um ótimo desempenho na prova. Desse modo, o locutor expressa o seu conhecimento sobre o potencial do discente em realizar o feito, se comprometendo com o dito em relação ao conteúdo do enunciado.

2.2.2 Modalização Deontica e suas categorias

A Modalização Deontica possui a função de expressar obrigatoriedade, e em outros casos, a permissão. Os estudiosos Nascimento e Silva (2012) subdividiram a Modalização Deontica em quatro categorias: *de Obrigatoriedade*, *de Proibição*, *de Possibilidade* e *Volitiva*.

a) Deontica de Obrigatoriedade: de acordo com Silva (2021, p. 84), “expressa que o conteúdo do enunciado é obrigatório; assim, o interlocutor deve obedecer a ele”. A seguir, temos um exemplo da Modalização Deontica de Obrigatoriedade:

Exemplo 07

“**É obrigatório** que você faça a tarefa de casa” (Nascimento; Silva, 2012, p. 84).

No exemplo 07, a expressão **é obrigatório** atua como modalizador deôntico de obrigatoriedade, pois o locutor expressa uma obrigação que recai sobre o estudante, que obrigatoriamente precisa fazer a sua tarefa de casa. Quando o locutor apresenta essa proposição, ele afirma a necessidade de o estudante realizar a ação mencionada, e ele, por sua vez, precisa obedecer às orientações do locutor.

b) Deôntica de Proibição: “Quando expressa que o conteúdo do enunciado é algo proibido e deve ser considerado como tal pelo provável locutor” (Nascimento; Silva, 2012, p. 84). A seguir, temos uma ocorrência dessa Modalização:

Exemplo 08

“Você **não pode** fumar nesse ambiente” (Nascimento; Silva, 2012, p. 84).

No exemplo 08, temos uma ocorrência do modalizador deôntico de proibição, por meio dos termos **não pode**. Nesse caso, o locutor apresenta uma avaliação de proibição ao exprimir que não é permitido fumar naquele ambiente. Através do enunciado, o locutor expõe a noção de proibição, direcionando o provável interlocutor a considerar o conteúdo do enunciado como tal e não realizar a ação, ou seja, não fumar naquele recinto.

c) Deôntica de Possibilidade: o locutor apresenta o conteúdo do enunciado como algo facultativo e/ou concede a permissão ao interlocutor para exercê-lo ou adotá-lo. Podemos observar esse caso no exemplo 09, a seguir:

Exemplo 09

“Você **pode** entrar nessa sala” (Nascimento; Silva, 2012, p. 85).

Nesse exemplo, o verbo **pode** é caracterizado como modalizador deôntico de possibilidade, em virtude de o locutor apresentar uma noção de permissão de que o interlocutor pode entrar na sala. Mas isto não garante que o interlocutor desempenhará essa ação, ficando ao seu critério, como algo facultativo, se entrará ou não na sala. Assim, o conteúdo do enunciado recai como uma possibilidade “que também é dada diretamente ao interlocutor sob a forma de uma permissão (é permitido entrar aqui e você tem a permissão para tal)” (Nascimento; Silva, 2012, p. 85).

d) Deôntica Volitiva: ocorre quando o locutor expressa no enunciado uma vontade ou desejo de que algo aconteça. A seguir, veremos no exemplo 10 uma ocorrência do modalizador deôntico volitivo:

Exemplo 10

“**Eu gostaria que** você fosse comigo” (Nascimento; Silva, 2012, p. 86).

No exemplo 10, temos um caso do modalizador deôntico volitivo através da expressão **eu gostaria que**, pois o locutor apresenta uma noção de desejo e/ou vontade de que o interlocutor o acompanhe a algum lugar. Através desse modalizador, o locutor expressa um pedido, ou até mesmo um convite de forma indireta, ao interlocutor, para que ele acompanhe o locutor em alguma ocasião ou lugar.

2.2.3 Modalização Avaliativa

A Modalização Avaliativa sucede quando o “locutor expressa um juízo de valor a respeito do conteúdo do enunciado, excetuando-se qualquer avaliação de caráter deôntico e epistêmico” (Nascimento; Silva, 2012, p. 88). A seguir, podemos observar uma ocorrência dessa Modalização:

Exemplo 11

“**Lamentavelmente** Pedro não fez a tarefa de casa” (Nascimento; Silva, 2012, p. 88).

No exemplo 11, o adjetivo **lamentavelmente** apresenta características da Modalização Avaliativa, trazendo para o enunciado um juízo de valor partilhado pelo locutor. Nesse caso, o juízo de valor recai sobre o enunciado *Pedro não fez a tarefa de casa*, que revela o ponto de vista do locutor sobre o fato de Pedro não ter feito a tarefa de casa. Ao expressar o juízo de valor, o locutor revela o seu posicionamento em relação ao conteúdo da proposição, se comprometendo com o dito.

2.2.4 Modalização Delimitadora

A função da Modalização Delimitadora é estabelecer limites na proposição, que devem ser respeitados pelos interlocutores, “ou seja, o efeito de sentido gerado por esse modalizador trata-se da delimitação, uma vez que o locutor determina marcas dentro das quais o enunciado deve ou precisa ser interpretado pelo interlocutor” (Silva, 2021, p. 25). A seguir, no exemplo 12, podemos ver um caso dessa Modalização:

Exemplo 12

“**Teoricamente** Pedro fez a tarefa de casa” (Nascimento; Silva, 2012, p. 88).

No exemplo 12, temos um caso do modalizador delimitador através do advérbio **teoricamente**. Esse modalizador estabelece os limites que devem ser considerados para a compreensão global do conteúdo do enunciado, “como se o falante estivesse combinando com o seu interlocutor que a proposição Pedro fez a tarefa de casa só pudesse ser lida dentro do campo teórico, desprezando o campo prático, ou afetivo” (Nascimento; Silva, 2012, p. 89). Sendo assim, o locutor utiliza essa estratégia argumentativa para estabelecer limites, orientando o interlocutor a compreender o enunciado de tal forma.

Os autores (2012) sintetizaram os tipos de modalizadores e seus efeitos de sentido no quadro a seguir:

Quadro 01 – tipos de modalizadores

Tipo de modalização	Subtipos	Efeito de sentido no enunciado ou enunciação
Epistêmica – expressa uma avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento.	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro.
	Quase- asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro.
	Habilitativa	Expressa a capacidade de algo ou alguém realizar o conteúdo do enunciado.
Deontica – expressa avaliação sobre o caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade.	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer.
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido que não pode acontecer.
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça.
	Volitiva	Expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra.
Avaliativa – expressa uma avaliação ou ponto de vista.		Expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deontico ou epistêmico.
Delimitadora		Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado.

(Nascimento; Silva, 2012, p. 93).

Diante das categorias da Modalização, outro fenômeno possível de ocorrer nos enunciados e discursos é a coocorrência de modalizadores. Segundo Nascimento (2010), esse fenômeno permite, em um mesmo enunciado, a combinação de mais um tipo de modalizador, produzindo assim diversos efeitos de sentido. A seguir, no exemplo 13, temos uma ocorrência de dois tipos diferentes de modalizadores em ação:

Exemplo 13

“**Realmente é proibido** entrar na sala depois das 10” (Nascimento; Silva, 2012, p. 95).

No exemplo 13, temos a coocorrência de dois modalizadores diferentes: **realmente** como modalizador epistêmico asseverativo e **é proibido** como modalizador deôntico de proibição. O efeito de sentido gerado com essa coocorrência é a acentuação do caráter de proibição do modalizador **é proibido**, atingindo o seu grau máximo na argumentatividade através da atuação do modalizador epistêmico asseverativo **realmente**.

O fenômeno da coocorrência de modalizadores pode evidenciar diversos efeitos de sentido, podendo estabelecer graus de comprometimento, obrigatoriedade, distanciamento, dentre outros. Nascimento (2010, p. 43) constatou essa possibilidade ao investigar diferentes coocorrências de modalizadores deônticos com outros tipos de modalizadores e, a partir de sua constatação, estabeleceu uma escala de graus da Modalização Deôntica de Obrigatoriedade:

+ Verdadeiramente havia necessidade
Decidiu-se que havia necessidade
Definiu-se que havia necessidade
Havia necessidade
É possível que houvesse necessidade
Não é certo que havia necessidade
- Não havia necessidade

Algumas coocorrências de modalizadores podem gerar graus diferentes no conteúdo do enunciado, podendo acentuar ou atenuar a força de um tipo de modalizador. O estudioso explica como constatou esse fenômeno:

A coocorrência de outros modalizadores com a modalização deôntica permite, conforme demonstram as descrições acima, a possibilidade de estabelecer graus na natureza deôntica dos enunciados, bem como demonstrar como se obtém diferentes efeitos de sentido no enunciado (Nascimento, 2010, p. 43).

A coocorrência de modalizadores pode acontecer em distintos gêneros discursivos. Tal fato demonstra que a ocorrência desse fenômeno não é exclusivo de um determinado gênero, mas está relacionada com a escolha da estratégia argumentativa que melhor atenderá aos propósitos comunicativos do locutor. No exemplo 14, temos um trecho do gênero procuração, em que se identifica esse fenômeno:

Exemplo 14

Trecho 18 - Procuração H

“Pelo outorgante me foi dito que, por este público instrumento e nos **melhores termos** de direito, nomeia(am) e constitui(em) seu(s)(sua)(suas) bastante(s) Procurador(a)(es)(as) a Sr.” (Nascimento; Silva, 2022, p. 14).

De acordo com os pesquisadores acima citados (2022), temos um caso de coocorrência do modalizador avaliativo (*melhores*) com delimitador (*termos*). O modalizador *melhores* acentua o sentido do modalizador *termos*, pois o locutor avalia o que o outorgante lhe disse em relação aos termos; “pelos quais constitui o outorgado como seu representante não são quaisquer termos, mas sim os melhores, os mais excelentes, os mais certos do direito” (Nascimento; Silva, 2022, p. 14). Assim, o locutor utiliza essa estratégia argumentativa para orientar o seu interlocutor a ler e a compreender o conteúdo do enunciado, como o outorgado está representando o outorgante a partir dos melhores termos e das condições jurídicas.

No exemplo 15, a seguir, temos um trecho do gênero contrato, descrito na pesquisa de Mestrado em Linguística de Deus (2016). No referido trecho, há a coocorrência do modalizador delimitador com deôntico de possibilidade:

Exemplo 15

Trecho 70 - Contrato L - n 09

“Fica **expressamente facultado** ao Locador, examinar ou vistoriar o imóvel, ora locado, sempre que entender conveniente ou necessário, desde que marcados dia e horário com antecedência” (Deus, 2016, p. 99).

No exemplo 15, o termo *expressamente* é um modalizador delimitador e *facultado* pertence à categoria de modalizador deôntico de possibilidade. O modalizador *facultado* cede ao locutor uma permissão de visitar e examinar o local quando for necessário, desde que seja marcado um dia e horário com antecedência. E o modalizador *expressamente* “acentua o caráter dessa permissão, uma vez que indica o modo como ela foi realizada, isto é, não foi de qualquer modo, mas de maneira expressa, logo, explicitamente ou claramente” (Deus, 2016, p. 99). Conforme se observa, o advérbio *expressamente*⁹ possui outra função modal: epistêmica asseverativa, pois expressa que a permissão é algo verdadeiro e que pode ocorrer; porém, o locutor locador pode acatar ou não.

⁹ O termo *expressamente* carrega a noção epistêmica asseverativa devido ao caráter do gênero discursivo Contrato. Uma vez que as informações contidas no documento são apresentadas pelo locutor locador como verdadeiras e corretas, ele orienta discursivamente o interlocutor locatário a compreender o conteúdo do enunciado de tal maneira. A Modalização Epistêmica Asseverativa traz a noção de veridicidade das informações expressas no Contrato como uma forma de autenticação ou de legitimação do acordo proposto no documento.

Por se tratar de uma estratégia semântico-argumentativa e pragmática, permite-se ao locutor expressar os seus pontos de vista, como também orientar o seu possível interlocutor a ler e a compreender a enunciação de tal maneira. Desse modo, o locutor conduz o interlocutor para as possíveis continuções do seu discurso, direcionando-o para determinadas conclusões. Isto é, a combinação de diferentes tipos de modalizadores desencadeia diversos efeitos de sentido, promovendo atenuação ou acentuação dos modalizadores que fazem recair a força argumentativa, e ainda revela as intenções e posicionamentos dos locutores.

Ainda há a possibilidade de um mesmo modalizador assumir diferentes funções, dependendo do enunciado em que aparece, como por exemplo o caso do verbo *poder* e do verbo *dever*. Os autores Nascimento e Silva (2012, p. 93) apresentam o caso do verbo *poder* a partir de três exemplos, a seguir:

Exemplo 16

“O livro **pode** ter sido escrito por Carlos”.

Exemplo 17

“Você não **pode** ver esse filme, porque você não tem 18 anos”.

Exemplo 18

“A - Você me permite entrar na sala?

B - Sim, você **pode** entrar” (Nascimento; Silva, 2012, p. 93).

No exemplo 16, o verbo **pode** atua como modalizador de caráter epistêmico quase-asseverativo, pois o conteúdo do enunciado é apresentado como algo quase certo e indica que provavelmente tenha ocorrido a ação, isto é, que Carlos tenha escrito o livro. E justamente por não ter certeza sobre o conteúdo do enunciado, o locutor não se responsabiliza pelo dito. Já no exemplo 17, o verbo **pode**, acompanhado pela palavra *não*, possui caráter do modalizador deôntico de proibição, pois o conteúdo do enunciado é apresentado como algo proibido, que não pode acontecer. Sendo assim, o locutor apresenta uma proibição para o interlocutor, pois ele não pode assistir ao filme devido à classe indicativa de 18 anos, e o interlocutor não possui essa ou maior idade.

Já no exemplo 18, o modalizador **pode** é de natureza deôntica de possibilidade, estando relacionada à noção de permissão ou de algo facultativo, pois no diálogo o locutor pede uma autorização para entrar na sala e o interlocutor cede a autorização para ele. Os exemplos supracitados sobre o caso do verbo *poder* constituem apenas alguns enunciados em que podem ocorrer esse fenômeno, isto é, um único modalizador pode gerar diferentes efeitos de sentido, dependendo do contexto discursivo em que ele é empregado.

O verbo *poder* traz a discussão sobre a noção de possibilidade, que pode ter diversos valores: de natureza epistêmica ou de natureza deôntica. Enquanto a Modalização Epistêmica Quase-Asseverativa está relacionada à possibilidade epistêmica (noção de quase certeza ou quase verdade), a Epistêmica Habilitativa traz a noção de possibilidade em relação à capacidade de realizar algo. Já a Modalização Deôntica de Possibilidade traz a noção de permissão ou de algo facultativo.

Também temos o fenômeno em que um determinado modalizador pode acumular mais de uma função modal em um mesmo enunciado. Isso ocorre quando ele possui uma dupla função. A seguir, temos uma ocorrência desse tipo de modalizador no gênero Projeto Político Pedagógico (PPP), no qual os modalizadores delimitadores (*juntamente* e *educacional*) possuem a função avaliativa:

Exemplo 19

Trecho 112 – PPP 05

“Ao elaborar este documento **juntamente** com a comunidade escolar, buscamos destacar a função principal da instituição que é cuidar e educar, desta forma, seu papel é possibilitar às crianças o seu desenvolvimento **educacional** (p. 03)” (Silva, 2022, p. 54).

No exemplo 19, os modalizadores **juntamente** e **educacional** pertencem à categoria da Modalização Avaliativa, pois expressam um posicionamento do locutor sobre o conteúdo do enunciado. E, nesse caso, indicam uma avaliação sobre a produção do documento PPP “(que deve ser feita em conjunto com a comunidade escolar, logo, democraticamente) e sobre a função da escola que é possibilitar o desenvolvimento educacional das crianças” (Silva, 2022, p. 54). Assim que o locutor apresenta a avaliação, ele também delimita a maneira como deve ser feita a produção do PPP, isto é, em conjunto com a comunidade escolar. O mesmo ocorre sobre a natureza do desenvolvimento que a instituição escolar pretende proporcionar aos discentes, e o locutor especifica que “se trata de desenvolvimento educacional (e não de outra natureza)” (Silva, 2022, p. 55). O uso desses modalizadores direcionam o interlocutor a ler os conteúdos de acordo com os limites e as avaliações estabelecidas pelo locutor.

Temos outro caso de um modalizador com dupla função, e dessa vez o trecho pertence ao gênero petição, a seguir:

Exemplo 20

Trecho 74 - Petição B

“**Imperativo**, portanto, que os Requerentes sejam indenizados pelo abalo moral em decorrência dos atos ilícitos, em razão de terem sido vítimas pelas ações da demandada (p. 15)” (Nascimento *et al*, 2022, p. 293).

Segundo os pesquisadores Nascimento, Alves e Silva, o modalizador **imperativo** possui duas funções modais: avaliativa e obrigatoriedade. O modalizador atua sob o segmento: “*Imperativo*, portanto, que os Requerentes sejam indenizados pelo abalo moral em decorrência dos atos ilícitos”; assim, o locutor expressa uma avaliação sobre a indenização como uma ação necessária e fundamental, que precisa ser feita ao requerente. O adjetivo **imperativo**, apesar de ser um modalizador avaliativo, também possui a função de deôntico de obrigatoriedade, uma vez que expressa o conteúdo do enunciado como algo obrigatório e que precisa acontecer. Desse modo, o locutor utiliza o modalizador “para indicar que a indenização é algo obrigatório e deve ser reparada pela demandada, isto é, o vocábulo ‘imperativo’ atua no segmento do enunciado como uma ordem que deve ser cumprida pela ré” (Nascimento *et al*, 2022, p. 293).

A Modalização proporciona ocorrências de fenômenos distintos dentro de sua classificação, permitindo ao locutor fazer uso de variadas estratégias argumentativas em função do seu interlocutor. Como vimos neste capítulo, além das categorias da Modalização que produzem efeitos de sentido distintos, outros fenômenos podem ser utilizados para imprimir uma avaliação ou ponto de vista no conteúdo do enunciado, como por exemplo: a coocorrência de modalizadores e modalizadores com dupla função modal.

CAPÍTULO III - O GÊNERO DISCURSIVO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Neste capítulo, apresentamos os estudos sobre os gêneros discursivos¹⁰, sendo eles: a Teoria dos Gêneros Discursivos, proposta do Bakhtin (2003), cujo autor define-os como tipos relativamente estáveis de enunciados, podendo sofrer alterações à proporção que os modelos de comunicação se adequam aos contextos sociais; os estudos de Marcuschi (2010), que consideram os gêneros textuais como fenômenos históricos e que possuem relações diretas com os aspectos culturais e sociais.

Abordaremos ainda o gênero discursivo Projeto Pedagógico de Curso, a partir dos estudiosos Veiga (2003; 2012), ForGRAD (2003)¹¹, Cabral Neto (2004), Caribé e Brito (2015), dentre outros. Tais estudiosos consideram o Projeto Pedagógico de Curso como um instrumento fundamental para organizar as atividades pedagógicas e operacionais do curso de graduação, pois direciona as ações para alcançar as metas e objetivos do documento e do curso. A partir dos estudos mencionados, apresentamos a estruturação do gênero Projeto Pedagógico de Curso, considerando os elementos constituintes do gênero (*conteúdo temático, estilo verbal e estrutura composicional*) propostos por Bakhtin (2003).

3.1 A Teoria dos Gêneros Discursivos

Um dos primeiros pesquisadores a estudar sobre os gêneros discursivos foi Mikhail Bakhtin (2003). De acordo com a perspectiva do filósofo, o uso da linguagem na interação humana manifesta-se em forma de enunciados, compreendidos como o ato de enunciar, transmitir pensamentos, sentimentos, dentre outros. Cada enunciado veicula condições e finalidades específicas de cada campo de atividade humana, apesar de cada enunciado ser individual:

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais,

¹⁰ Diferentes termos têm sido utilizados para tratar os gêneros discursivos, gêneros textuais, gêneros do discurso, dentre outros; porém, nos manteremos fiéis ao termo apresentado por cada autor. E, em nosso trabalho, optamos por tomar os termos um pelo outro, uma vez que o nosso objetivo maior não é discutir a teoria dos gêneros, e sim a argumentação no gênero Projeto Pedagógico de Curso.

¹¹ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD) é formado por todos os Pró-Reitores de Graduação, ou ocupantes de cargos equivalentes, das Universidades e Centros Universitários e têm como objetivo principal elaborar políticas e diretrizes básicas que permitam o fortalecimento das ações comuns e inerentes nas graduações.

fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2016 [1952/1953], p. 11-12)

A diversidade dos gêneros do discurso ou discursivos é interminável, devido às possibilidades inesgotáveis da comunicação humana. Conforme o uso, os gêneros discursivos são ampliados para atender a necessidade social, e, conseqüentemente, são alterados à proporção que os modelos de comunicação vão se ajustando aos contextos sociais. De acordo com Bakhtin (2003), a heterogeneidade é uma das características que os gêneros discursivos (tanto orais quanto escritos) possuem, incluindo os gêneros do diálogo do cotidiano, cartas, relato do dia a dia, documentos oficiais, propagandas publicitárias, gêneros literários, pesquisas, dentre outros. A partir da listagem do autor, podemos perceber o quanto os gêneros discursivos são distintos e possuem os mais variados formatos e conteúdo.

Bakhtin (2003) apresenta a distinção entre gêneros primários (simples) e gêneros secundários (complexos). A respeito dos gêneros secundários, eles emergem de condições de um convívio cultural mais organizado, complexo e desenvolvido, como por exemplo o âmbito artístico, científico, sociopolítico, dentre outros. O autor (2003) apresenta alguns gêneros que pertencem à categoria dos gêneros secundários: romance, dramas, pesquisas científicas, textos publicitários, entre outros. No processo de formação dos gêneros secundários, eles incluem e reformulam diversos gêneros primários, que surgem em condições de comunicação discursiva imediata. Segundo Bakhtin (2003, p. 263), os gêneros primários transformam-se e “perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios”. Para esclarecer a transmutação dos gêneros primários dentro dos secundários, o autor apresenta o exemplo da réplica do diálogo cotidiano e da carta presente no romance:

Ao manterem a sua forma e o significado cotidiano apenas no plano do conteúdo romanesco, integram a realidade concreta apenas através do conjunto do romance, ou seja, como acontecimento artístico-literário e não da vida cotidiana. No seu conjunto o romance é um enunciado, como réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas), mas a diferença deles é um enunciado secundário (complexo) (Bakhtin, 2003, p. 263).

A distinção entre os gêneros primário e secundário é essencial, e justamente por esse motivo é necessário investigar a natureza e a definição do enunciado através da análise das duas

modalidades. Os estudos que envolvem a natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados possuem relevância para quase todas as áreas da Linguística e da Filologia, já que todo trabalho de investigação de um material linguístico é formado por enunciados concretos (escritos e orais), esses relacionados aos variados campos de comunicação e de atividade humana.

A partir da problemática da definição da natureza do enunciado e da relação com a diversidade de gêneros discursivos, Bakhtin (2003) apresenta a discussão sobre as problemáticas na Linguística, em especial na Estilística, pois “todo estilo está indissoluvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (Bakhtin, 2003, p. 265). Como todo enunciado (oral e escrito/ primário e secundário) é individual e particular, abre-se a possibilidade de reflexão sobre a individualidade do falante/escritor. Contudo, alguns gêneros que possuem uma padronização em sua estrutura, como por exemplo os documentos oficiais e as ordens militares, são menos propícios para a análise dos aspectos que constituem a individualidade.

Para o autor, os gêneros podem evidenciar diferentes aspectos de uma personalidade individual, e o estilo pode ser encontrado em diversas relações com a língua nacional, pois “a própria questão da língua nacional na linguagem individual é, em seus fundamentos, o problema do enunciado (porque só nele, no enunciado, a língua nacional se materializa na forma individual)” (Bakhtin, 2003, p. 266).

Os estilos verbais funcionais são estilos de linguagem que são utilizados de acordo com o gênero discursivo e com o campo em que ele está empregado, pois o campo/área possui determinadas condições que serão atendidas por determinados gêneros, e esses gêneros correspondem a específicos estilos de linguagem. Quando é necessário atender a uma determinada função, seja ela científica, técnica, publicitária, oficial ou cotidiana, geram-se tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. Isto é, o *estilo verbal* é um elemento constituinte da unidade de gênero, que trata dos elementos linguísticos (fraseológicos e lexicais) que lhes são próprios.

Outro elemento constituinte do enunciado é o *conteúdo temático*. Segundo Nascimento (2012), tal elemento está relacionado ao tipo de informação que pertence ao gênero textual específico; este, por sua vez, determina o assunto a ser abordado naquela situação comunicativa, que vai atender a um querer-dizer (intencionalidade) do locutor. Nesse sentido, afirma Bakhtin (2003):

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado (Bakhtin, 2003, p. 302)

O querer-dizer do locutor se concretiza a partir da escolha de um gênero discursivo, esse que atende a determinada funcionalidade da atividade humana e a necessidade de uma temática. A individualidade do locutor pode se manifestar através do estilo verbal, ela irá se adaptar e se desenvolver na forma do gênero selecionado. Conforme Bakhtin (2003), o conteúdo temático possui fortes vínculos dialógicos do enunciado com outros textos, pois os “enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros.” (Bakhtin, 2003, p. 297). Sendo assim, o locutor constrói enunciados que dialogam com outras vozes, que estão relacionadas com o seu texto.

Por fim, o terceiro elemento constituinte do enunciado é a *construção composicional*. Para o autor (2003), seria uma espécie de acabamento geral do texto; em outras palavras, seria a organização da totalidade do texto e a articulação entre as partes que o compõem, incluindo o capítulo, a estrofe, o verso, o parágrafo, as linhas e as palavras, por exemplo. Desse modo, a construção composicional é o esquema geral do texto e a estruturação textual em partes. A construção composicional pode ser vista como a “forma” que o texto assume, porém, vale lembrar que a “forma” é flexível tanto na extensão de um texto quanto na organização em parágrafos (em textos escritos), pois quando o conteúdo temático do gênero é estabelecido, a “forma” também é definida.

Marcuschi (2010) considera os gêneros textuais como fenômenos históricos que estão intrinsecamente relacionados com os aspectos culturais e sociais da sociedade. Os gêneros textuais surgem conforme a necessidade das atividades socioculturais, principalmente com as inovações tecnológicas, caracterizando-se “como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” (Marcuschi, 2010, p. 20). Nessa perspectiva, os gêneros são entidades sociodiscursivas e formas de ação social, que são responsáveis por ordenar e estabilizar as atividades comunicativas. Ao usarmos um gênero textual, não estamos dominando uma forma linguística, mas utilizando uma forma de realizar linguisticamente determinados objetivos em situações comunicativas específicas.

De acordo com Marcuschi (2010), é necessário levar em conta a distinção entre os termos (*tipo textual*, *gêneros textuais* e *domínio discursivo*). Para o autor, a expressão *tipo textual* é utilizada para denominar uma espécie de sequência estabelecida pela natureza

linguística da composição; podemos listar os aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Conforme o estudioso, os tipos textuais possuem cinco categorias, sendo elas: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. De acordo com Marcuschi (2010, p. 23), a expressão *gênero textual* refere-se aos “textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características”. Para simplificar os termos *tipos textuais* e *gêneros textuais*, Marcuschi (2010, p. 24) expõe um quadro com os conceitos referentes a cada termo, a seguir:

Quadro 02 - Tipos textuais e gênero textuais

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. Construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas; 2. Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos; 3. Sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal; 4. Designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	1. Realizações linguísticas concretas definidas por propriedade sociocomunicativas; 2. Constituem textos empiricamente realizados, cumprindo funções em situações comunicativas; 3. Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função; 4. Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, <i>outdoor</i>, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Fonte: Marcuschi (2010, p. 24).

A respeito da expressão *domínio discursivo*, ela é utilizada para designar “uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos” (Marcuschi, 2010, p. 24). Para esclarecer os domínios discursivos, o autor cita os discursos jurídico e jornalístico, pois no âmbito das atividades jurídicas e jornalísticas não se veiculam apenas um

gênero textual específico, ocorrendo o surgimento de vários gêneros. Sendo assim, as práticas discursivas são constituídas dentro desses âmbitos, possibilitando identificar um agrupamento de gêneros textuais que, muitas vezes, são próprios ou exclusivos de certas práticas ou situações comunicativas.

Marcuschi (2008, p. 174) apresenta ainda o conceito de suporte, que seria “um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. Sendo assim, o suporte de um gênero precisa ser formado por três aspectos: é um lugar (físico ou virtual), possui um formato específico e tem a funcionalidade de fixar e de mostrar o texto. A respeito do primeiro aspecto, o suporte deve ser algo real e material, incluindo a realidade virtual. O segundo aspecto trata do formato específico; vale salientar que os suportes não são uniformes, mas geralmente surgem com um formato específico, como um livro, jornal, dentre outros. O fato de o suporte ser específico indica que foi produzido com a intenção de portar textos, e não é um portador eventual. O terceiro aspecto diz respeito ao fato de o suporte fixar e mostrar o texto, isto é, o suporte precisa tornar o texto acessível para fins comunicativos.

O autor divide os suportes em duas categorias: convencionais e incidentais. Os suportes convencionais são aqueles cuja funcionalidade é a de portarem ou fixarem textos. Temos como exemplos livros, jornais, revistas, televisão, telefone, quadro de avisos, *outdoor*, *folder*, dentre outros. E os suportes incidentais são aqueles que trazem textos de maneira ocasional ou eventual, “mas não são destinados a esse fim de modo sistemático nem na atividade comunicativa” (Marcuschi, 2008, p. 178). Como por exemplo, podemos citar embalagem, para-choques e paralamas de caminhão, roupas, paredes, paradas de ônibus, janelas de transportes, dentre outros.

A seguir, abordaremos os estudos sobre o Projeto Pedagógico de Curso, apresentando as regulamentações legais que o constituem, como também a sua concepção e seus princípios norteadores.

3.2 Projeto Pedagógico de Curso

De acordo com Veiga (2003), o termo projeto vem do latim *projectu*, que significa um plano para a realização de algo. No sentido etimológico do termo, o verbo *projicere*, que está no particípio do passado, significa lançar para adiante. De maneira geral, o PPC se refere ao planejamento de algo que se pretende realizar, projetando um futuro distinto do presente. O PPC consiste em um documento oficial da instituição acadêmica, que possui como objetivo

sistematizar ou organizar as atividades e princípios pedagógicos desenvolvidos no âmbito acadêmico, orientando as ações dos profissionais do Ensino Superior. Através do PPC, a instituição tem como objetivo atender as demandas da comunidade acadêmica, como também proporcionar uma educação de qualidade, contribuindo para a formação da consciência crítica e profissional do corpo discente.

A regulamentação do PPC entrou em vigor em 1996, através da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir da Constituição Brasileira promulgada em 1988. Conforme a reformulação, o documento precisa atender os “principais parâmetros para a prática educacional de cada curso da instituição, em um processo cíclico constante de análise, construção/reconstrução, implantação e avaliação” (Pereira *et al*, 2016, p. 02). O Art. 43 da Lei nº 9.394/96 detalha as finalidades da Educação Superior:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, 1996).

A respeito dos incisos supracitados, a Educação Superior deve promover ações para atingir as finalidades mencionadas na Lei 9.394/96, com o intuito de promover uma educação de qualidade. No Art. 9 da Lei referida, são apresentadas as incumbências da União, dentre elas destacamos:

- VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (Brasil, 1996).

Conforme os autores Caribé e Brito (2015), a universidade deve dialogar com a sociedade e não se isolar dos acontecimentos que circulam no meio social, pois a instituição deve refletir as mudanças e as exigências da contemporaneidade. Essa interação resulta no desenvolvimento de uma política acadêmico-administrativa por parte da universidade, expressando as suas pretensões na teoria e na prática, como também evidenciando as características subjetivas e objetivas dos trabalhos desenvolvidos no âmbito acadêmico. Através das características de inovação e conservação, a universidade deve apresentar a sociedade a produção de novos conhecimentos e garantir a sua conservação, e a responsabilidade prática da instituição é promover a constante disseminação do conhecimento, formando assim os mecanismos: ensino, extensão e pesquisa. Desse modo, o PPC deve estar alinhado a essa perspectiva:

Sintonizado com nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para a cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos (ForGRAD, 2003, p. 88).

O PPC deve atuar como um instrumento de ação política, fornecendo condições para o cidadão desenvolver as suas atividades acadêmicas e profissionais, levando em consideração a competência, habilidade, a democracia e cooperação, que segundo ForGRAD (2003, p. 89), deve ser promovida “tendo a perspectiva da educação/formação em contínuo processo como estratégia essencial para o desempenho de suas atividades”.

A pesquisadora Veiga (2012) afirma que o PPC tem uma característica política, pois existem duas dimensões interligadas na sua concepção: a dimensão formal ou técnica e a dimensão política. Ambas estão implícitas na função social da instituição de Ensino Superior, uma vez que o PPC tem a responsabilidade de adequar o contexto sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Desse modo, o PPC possui um caráter político, pois mantém um vínculo com a formação do cidadão, isto é, se realiza enquanto prática pedagógica.

Outra característica importante sobre o PPC é a oferta de uma educação com qualidade, isto é, “desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes

necessárias para fazer parte de um sistema político” (Veiga, 2003, p. 268). Assim, espera-se que o discente seja preparado tanto no âmbito pessoal quanto social, para poder participar dos processos de produção e sobrevivência.

De acordo com Veiga (2012), o PPC incentiva a refletir o curso inteiro de maneira orgânica, levando em consideração a identidade e a definição do profissional a ser formado. Desse modo, segundo a autora, o PPC estabelece as intencionalidades e perfis profissionais; define os focos do currículo (sendo eles: objetivos, conteúdo, metodologia, recursos didáticos e avaliação); investiga as condições de trabalho; otimiza os recursos humanos físicos e financeiros; determina e administra tempo para o desenvolvimento de atividades; organiza e orienta os esforços para alcançar os objetivos e compromissos futuros.

Conforme a autora (2003), o PPC aponta para um rumo ou uma direção para realizar um compromisso estabelecido coletivamente, isto é, o PPC é compreendido como a própria organização do trabalho pedagógico, acadêmico e administrativo da instituição. Veiga (2003) chama atenção para um ponto referente ao PPC, a de que ele não constitui um simples agrupamento de planos de ensino e atividades, muito menos um documento com finalidade puramente burocrática, com o intuito de atender às determinações legais. O PPC é um instrumento que deve ser produzido e vivenciado, integrando todos os atores envolvidos no processo educacional.

Veiga (2003) propõe que o PPC seja analisado através de duas perspectivas: a primeira delas como uma ação regulatória ou técnica à medida que um conjunto de atividades geram um produto, ou seja, um documento pronto e acabado. Nessa perspectiva, a inovação contradiz a diversidade de interesses e de atores. A segunda perspectiva é a emancipatória ou edificante; nessa abordagem, a inovação e o PPC estão interligados, articulando o processo com o produto. E o produto irá desencadear rupturas epistemológicas, pois ele tem caráter inovador. Nesse mesmo sentido, os autores Caribé e Brito (2015) definem o PPP como:

Uma proposta de formação profissional, elaborada coletivamente, orientada para um curso de graduação. Deve estar respaldado em pressupostos teóricos e metodológicos que realçam tanto a formação ética quanto a competência técnica, deve ser pautado em fundamentos epistemológicos, éticos e políticos. Apresenta os princípios orientadores do processo de formação de profissionais de nível superior; um conjunto de ações e estratégias que expressam as diretrizes e políticas pedagógicas e técnicas de um curso de graduação. É um documento que deve ser construído e evidenciado em todos os momentos e por todos os atores envolvidos no processo de formação do profissional, implicando avaliação e aperfeiçoamento constantes (Caribé; Brito, 2015, p. 52).

Veiga (2012) complementa que o PPC consiste em um processo de desenvolvimento institucional de curso, estabelecido em um tempo e espaço determinados, cujas decisões devem ser tomadas por todos os atores envolvidos no processo, sejam eles coordenadores, docentes, discentes e técnicos, tendo como base um determinado contexto. Sendo assim, a definição, implantação e implementação do PPC relacionam-se a uma estrutura dinâmica de trabalho, que deve ser compartilhada e aceita entre todos os atores.

Cabral Neto (2004, p. 24) apresenta os princípios norteadores que devem ser considerados durante a elaboração do PPC. O primeiro princípio é a consideração das diretrizes curriculares nacionais, porém a universidade possui autonomia para ir além das diretrizes na elaboração do projeto. O segundo princípio é a articulação do projeto da universidade pública com a democracia e a qualidade social. O terceiro princípio é a reflexão e o entendimento do contexto social e político. O quarto princípio é composto por três momentos: o perfil almejado para o egresso do curso, a estrutura curricular e a definição dos procedimentos a serem executados nos dois momentos anteriores.

O quinto princípio está relacionado com a ação pedagógica, que deve ser articulada e adequada com o ensino, a pesquisa e a extensão. O sexto princípio diz respeito à construção coletiva e ao engajamento de todos os atores educacionais e sociais. O sétimo princípio apresenta que o ato educativo está associado à apropriação, pelos discentes, dos conhecimentos historicamente produzidos, dos hábitos, das atitudes e dos valores éticos, como a articulação dos conhecimentos tecnológicos e científicos, além da formação do discente como cidadão. O oitavo princípio afirma que as atividades curriculares devem proporcionar a interação do discente com a realidade social. O nono princípio refere-se à implementação do PPC no redimensionamento do modelo atual de gestão.

Na perspectiva do ForGRAD (2003, p. 90), os princípios norteadores para a produção do PPC são apresentados em uma quantidade reduzida, mas também consideram o documento como um instrumento de cunho político e pedagógico:

1. Incorporação do conhecimento e da prática tecnocientífica no espectro de valores humanísticos, de modo que sua dinâmica e sua realização se desloquem em um eixo em que ciência e técnica não se apresentem apenas como meio ou dispositivo, mas como modo específico de inserção na realidade, como uma das formas de o homem agir e interagir no mundo.
2. A autonomia universitária tem como contrapartida o processo de avaliação permanente. Esta avaliação deve estar baseada em indicadores que articulem dialeticamente a vitalidade dinâmica da transformação com a perenidade do compromisso social.
3. A articulação da graduação com o sistema educacional em sua totalidade, da educação básica até a pós-graduação, e no âmbito do fazer, garante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Veiga (2012) acrescenta mais um princípio norteador do PPC, que é o princípio da complexidade. A autora defende que é necessária a integração das relações que vão desde o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ao Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), como também a integração da instituição educacional com a sociedade. Sendo assim, a interligação e a unicidade das relações entre as partes e o todo é um aspecto importante, que devem ser consideradas e refletidas na elaboração do PPC.

Veiga (2012) propõe como referência três dimensões que devem ser consideradas na confecção do PPC: global, específica e particular. Na dimensão global, é necessário refletir sobre as demandas sociais, econômicas e políticas previstas das universidades, que são procedentes da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Nacional de Educação. A dimensão específica está interligada à dimensão global, pois, conforme o Plano Nacional de Graduação (PNG), a identidade institucional deve ser relacionada à história, à vocação e à inserção regional da instituição de Ensino Superior. Assim, no PPC, as especificidades das áreas de conhecimento de cada curso da graduação devem ser garantidas pelo documento.

A dimensão particular está relacionada às características do espaço e do tempo histórico da universidade, isto é, deve ser levado em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A respeito do PPC, o PDI será a dimensão global: “Estabelece-se o espaço particular da história, do ritmo, das diferenças culturais, dos vínculos regionais e dos acúmulos produzidos pelo curso em questão na IES” (Caribé; Brito, 2015, p. 57).

A elaboração do PPC requer a reflexão sobre a concepção e a finalidade da educação e a relação com a sociedade, levando em consideração os aspectos da formação do sujeito, a cidadania e a consciência crítica. De acordo com Veiga (2012), a produção do PPC deve estar centrada nos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, e fundamentada com os “aspectos objetivos (LDB e legislação posterior a ela associada) fazendo articulação com os aspectos subjetivos (querer fazer) detectados em um momento histórico” (ForGRAD, 2003, p. 95).

Os autores Caribé e Brito (2015) levantam uma questão sobre a apresentação de assuntos que despertem a motivação dos atores na elaboração do PPC, eles apontam o desenvolvimento de discussões sobre a implementação de tecnologias educacionais, educação continuada, abordagem de novos métodos e técnicas de ensino, avaliação do processo ensino-aprendizagem oferecido pela instituição, avaliação institucional de cursos, de egressos, dentre outros aspectos.

O PPC deve ser aprimorado e avaliado a partir da crítica do momento atual, pois a avaliação com base em dados quantitativos e qualitativos refletem as experiências vivenciadas,

“os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional” (ForGRAD, 2003, p. 97). Durante o processo avaliativo, alguns aspectos devem ser analisados com atenção, como por exemplo: a coerência interna entre os elementos constituintes do PPC; a estrutura curricular associada ao perfil desejado; o desempenho social e profissional do egresso visando a proporcionar mudanças necessárias.

A avaliação do PPC permite refletir sobre a realidade da instituição de Ensino Superior; de acordo com Caribé e Brito (2015, p. 58), “avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político pedagógico, fornecendo ao mesmo tempo uma direção aos docentes e discentes”. Sendo assim, a avaliação possibilita a compreensão, a análise, a busca de soluções e a identificação de pontos frágeis que impedem o desenvolvimento das qualidades do PPC, apontando medidas de correção quando necessário. Portanto, avaliar o PPC significa inspecionar e refletir sobre os resultados da própria organização do trabalho pedagógico e acadêmico.

3.3 Estrutura do Projeto Pedagógico de Curso

A partir dos estudos dos gêneros discursivos realizados por Bakhtin (2003), sabe-se que o gênero precisa atender alguns critérios para ser considerado como tal, são eles: a funcionalidade e os elementos constitutivos (*estrutura composicional*, *conteúdo temático* e *estilo verbal*). Considerando os estudos do referido autor (2003) e o que foi afirmado pelos demais pesquisadores citados na seção anterior, é possível afirmar que o PPC possui a funcionalidade de apresentar as atividades pedagógicas do curso de graduação do Ensino Superior, sistematizando as informações pedagógicas e administrativas que corroboram a formação acadêmica e profissional.

Conforme a classificação dos gêneros primários e secundários, postulada por Bakhtin (2003), o PPC pode ser classificado como um gênero pertencente à categoria dos gêneros secundários, uma vez que a sua produção está condicionada a um ambiente cultural complexo, desenvolvido e organizado. Sendo assim, o PPC é um documento produzido na esfera acadêmica e pedagógica, apresentando as ações que contribuem com o processo de ensino-aprendizagem no curso de graduação no Ensino Superior.

Levando em consideração os critérios estabelecidos por Bakhtin sobre os gêneros discursivos, iremos demonstrar como eles se exteriorizam no Projeto Pedagógico de Curso através de recortes ou trechos dos documentos que compõem o nosso *corpus*. Para esse

momento, selecionamos PPC de distintas áreas do conhecimento, sendo elas: Ciências Exatas; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Médicas.

Antes de iniciarmos a apresentação da estrutura do gênero discursivo PPC, é importante salientar que os documentos apresentam variações nas seções que compõem o gênero PPC. Ao analisar atentamente o nosso *corpus*, constatamos que o PPC possui seções fixas, essas que surgem em todos os PPC em sua versão original, a saber: *Apresentação do curso; Justificativa; Marco teórico; Objetivos do curso; Perfil profissional; Atuação profissional; Competências e habilidades profissionais; Ementas dos componentes curriculares; Referências básicas; Metodologia e sistemática; Estrutura curricular ou fluxograma*. Inclusive, algumas dessas seções aparecem nas Resoluções aprovadas pelo Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB e disponíveis nos sites dos cursos, elas são: *Objetivos do curso; Perfil profissional; Atuação profissional; Competências e habilidades profissionais; Ementas dos componentes curriculares; Referências básicas*;

E constatamos que o PPC possui seções flexíveis, essas que surgem em alguns documentos e em outros não, a saber: *Administração acadêmica; Corpo docente; Infraestrutura; Trabalho de conclusão de curso; Atividades complementares do curso; Mercado de trabalho*; dentre outras. Ressaltamos que, o fato de o PPC apresentar seções flexíveis na sua estrutura composicional é uma característica dos gêneros discursivos, uma vez que possui um caráter relativamente estável, evidenciando a flexibilidade que existe no gênero.

A respeito da *estrutura composicional* do PPC (a versão aprovada pelo CONSEPE) inicialmente o documento apresenta a validação do Conselho Superior que o aprovou (geralmente um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), em relação às ações descritas referentes ao curso de graduação. O aval é fundamentado a partir dos critérios estabelecidos pela Instituição de Ensino Superior (aqui, podemos listar a necessidade de formação e capacitação de profissionais); das diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96; das diretrizes curriculares fixadas pelas Resoluções. Nessa parte, também é apresentada a justificativa por parte do Conselho Superior sobre a aprovação do PPC. A seguir, no exemplo 21, podemos observar essa estrutura:

Exemplo 21

RESOLUÇÃO Nº 11/2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Computação, do Centro de Informática, Campus I, desta Universidade.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou na reunião ordinária nº 02/2023, realizada em 25 de abril de 2023 (Processo nº 23074.085242/2022-49),

Considerando a necessidade de capacitação de profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área de Ciência da Computação;

Considerando os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

Considerando a importância de um Projeto Pedagógico de Curso dinâmico e atualizado em constante processo de avaliação;

Considerando as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;

Considerando as diretrizes curriculares fixadas pela Resolução nº 5 do CNE/CES, de 16 de novembro de 2016, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação;

Considerando a Resolução nº 29/2020 do CONSEPE, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB;

Considerando a Resolução nº 02/2022 do CONSEPE, que dispõe sobre a Política de Creditação da Extensão Universitária nos currículos da graduação em todos os graus e modalidades no âmbito da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Computação, modalidade Bacharelado, do Centro de Informática, no Campus I.

§1º. Compreende-se o Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Computação, Bacharelado, como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do referido Curso.

§2º. As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, e competências, habilidades e campo de atuação dos formandos encontram-se relacionadas no Anexo I.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2023).

No texto completo do PPC, o documento inicia com a apresentação do histórico da instituição acadêmica, do curso ou do Centro Acadêmico. Geralmente, o nome dessa seção

possui algumas variações em alguns PPC, a saber: *Apresentação*, *Identificação do curso*, *Breve histórico*, *História do curso contextualizada com a história da instituição*. Em nosso *corpus*, essa seção é suprimida na resolução que aprova o PPC e aparece apenas na versão completa que o originou. O trecho selecionado (exemplo 22) pertence ao PPC do curso de Ciência da Computação, intitulado *Apresentação*. Nessa seção, é apresentado a identificação do curso, uma breve história da Universidade Federal da Paraíba e do Centro Acadêmico de Informática, e por fim, a história do curso de bacharelado em Ciência da Computação, a seguir:

Exemplo 22

1.4 História do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação

O Curso de Bacharelado em Ciência da Computação da UFPB – Campus I – foi criado pela Resolução no 61 do CONSUNI, de 29 de março de 1985, sob a responsabilidade do Departamento de Informática (DI), então vinculado ao Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN). Posteriormente, o Departamento de Informática originou o atual Centro de Informática (CI) da UFPB, ao qual o Curso de Bacharelado em Ciência da Computação está atualmente vinculado. O curso adotou a estrutura curricular do curso de Bacharelado em Ciência da Computação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como base para elaboração de sua primeira estrutura curricular. Foi inicialmente reconhecido pela Portaria Ministerial no 569, de 20 de outubro de 1989 e obteve sua mais recente renovação de reconhecimento com a publicação em 28 de dezembro de 2018 da Portaria MEC no 920.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2023).

Outra seção presente no PPC trata-se da *Justificativa*. Nesse momento é apresentado o porquê da necessidade do curso na instituição acadêmica, levando em consideração a demanda na região por profissionais qualificados na área. No *corpus* que investigamos, essa seção também é suprimida na resolução que aprova o PPC e aparece apenas na versão completa que o originou. A seguir (exemplo 23), temos um trecho da justificativa do curso de Ciência da Computação, na qual evidencia-se a importância da existência do curso para a região:

Exemplo 23

3. Justificativa

A principal justificativa para a existência do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação é que a evolução tecnológica envolve desenvolvimento de sistemas computacionais cada vez mais complexos e que estão sendo aplicados em praticamente todas as áreas do conhecimento, como parte dos processos acelerados de convergência e transformação digitais ora vigentes na sociedade contemporânea. Estima-se que nos próximos anos aumente-se progressivamente a demanda por produtos e bens relacionados às soluções tecnológicas na área de Ciência da Computação. Assim, o curso visa atender a esta demanda através da colocação no mercado de egressos qualificados para aproveitar estas oportunidades. Neste contexto, o curso busca suprir a demanda por profissionais em áreas como Programação, Infraestruturas Digitais, Engenharia de Software e Inteligência Artificial.

João Pessoa, cidade em que o curso é oferecido presencialmente, é a capital do estado da Paraíba, cuja região metropolitana possui aproximadamente 1.300.000 habitantes (IBGE/2020) e cerca de 343 empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Segundo informações da Prefeitura Municipal, possui um enorme potencial de crescimento na área de TIC. Além disso, o Curso de Bacharelado em Ciência da Computação é o único na região metropolitana pertencente a uma universidade pública. Um curso de Ciência da Computação localizado em João Pessoa fornece às empresas locais uma perspectiva de inovação no desenvolvimento de seus processos de produção e consequente crescimento e modernização.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2023).

Outra seção do gênero PPC refere-se ao *Marco teórico*. Nessa seção são apresentadas as concepções teóricas e diretrizes que regem o curso. No *corpus* que investigamos, essa é mais uma seção que apenas no texto completo e original, sendo suprimida da versão publicada pela Resolução do CONSEPE/UFPB. No trecho selecionado do PPC do curso de Medicina (exemplo 24), temos um excerto da seção supracitada, essa que discute sobre o processo de formação médica no Brasil a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina, com o intuito de fortalecer a formação médica no país, a seguir:

Exemplo 24

III. Marco teórico

O processo de formação médica, no Brasil, vem sendo transformado, visando adequar-se às necessidades da sociedade brasileira, às mudanças ocorridas na medicina e à legislação educacional. Do mesmo modo que em outros lugares do mundo, buscou-se dinamizar os processos pedagógicos, com a incorporação de metodologias ativas; e, ao mesmo tempo, ampliar a integração ensino-serviço.

No Brasil, um debate mais sistemático surge através do Projeto CINAEM – Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (1991 e 2002), que contava com dez entidades. Essa década de debates intensos contribuiu para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina de 2001. Aquelas diretrizes dispararam processos importantes para a adequação médica às necessidades da população brasileira, tais como: enfoque na formação generalista, maior integração com a rede de saúde, ampliação do uso de metodologias ativas, centralidade do processo pedagógico no aluno e ampliação da formação prática, ao estabelecer que o estágio obrigatório (Internato) deveria corresponder a dois anos.

Em 2014, novas DCNs são estabelecidas com o intuito de fortalecer a formação médica. Essas DCNs reforçam os princípios das diretrizes anteriores, estabelecem o fortalecimento de uma formação prática no sistema de saúde, define a universalização do acesso à residência médica e estabelecem novos instrumentos de avaliação institucional. As novas diretrizes também agregam outros elementos para responder às mudanças na sociedade brasileira, incorporando conceitos como: segurança do paciente, respeito à diversidade, gestão do cuidado, biodiversidade e sustentabilidade. As DCNs, seguindo as tendências internacionais na formação médica do século XXI, estabelece uma série de competências esperadas para os egressos e as distribui em três grandes áreas: Atenção à Saúde, Gestão em Saúde e Educação em Saúde.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2021).

A próxima seção refere-se à apresentação do *Objetivo do curso*, que se divide em objetivo geral e objetivos específicos, os quais indicam o que se pretende alcançar ou desenvolver na formação acadêmica dos discentes. Logo em seguida, é apresentada a seção *Perfil profissional*. Nessa seção é descrito o perfil profissional do graduado no curso, isto é, espera-se que com o decorrer e a conclusão da graduação o egresso tenha desenvolvido ou alcançado o perfil profissional desenhado pela coordenação do curso. A seguir, temos um trecho do PPC do curso de Medicina, que assim descreve o perfil profissional do graduado:

Exemplo 25

Perfil profissional

O graduado em Medicina terá formação geral, humanística, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, a determinação social do processo de saúde e doença.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2021).

Na seção de *Competências e habilidades* é apresentado o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para o desempenho da profissão a ser estudada. Desse modo, espera-se que o graduado tenha desenvolvido as competências e habilidades almejadas do curso. Aproveitando o PPC do curso de Medicina, o documento demonstra as competências e habilidades esperadas de um egresso em diferentes áreas de atuação profissional, a seguir:

Exemplo 26

I - Realização da História Clínica:

- a) Estabelecer relação profissional ética no contato com pacientes, familiares ou responsáveis;
- b) Identificar situações de emergência, desde o início do contato, atuando de modo a preservar a saúde e a integridade física e mental das pessoas sob cuidado;
- c) Orientar o atendimento às necessidades de saúde, sendo capaz de combinar o conhecimento clínico e as evidências científicas, com o entendimento sobre a doença na perspectiva da singularidade de cada indivíduo; [...]

II- Realização do Exame Físico:

- a) Garantir a segurança, privacidade e conforto ao paciente sob seus cuidados;
- b) Esclarecer, ao paciente, sobre os procedimentos, manobras ou técnicas do exame físico ou exames diagnósticos, obtendo consentimento do paciente ou do seu responsável;
- c) Atuar com postura ética, respeitosa e destreza técnica na inspeção, palpação, ausculta e percussão, com precisão na aplicação das manobras e procedimentos do exame físico geral e específico; [...]

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2021).

Na seção *Campo de atuação profissional* encontram-se registradas as possibilidades que o curso oferece para a atuação profissional do graduado. Na construção dessa seção, geralmente, alguns documentos serão utilizados como fundamento, como resoluções ou pareceres referentes aos campos de atuação do curso específico. Trata-se de uma medida para assegurar, de forma legal, que o graduado em tal curso possa exercer determinada função. A seguir (exemplo 27), no PPC do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, podemos ver os possíveis campos de atuação profissional do graduado nessa área, com base na Resolução CFBio 10/2003:

Exemplo 27

Campo de Atuação Profissional

O licenciado em Ciências Biológicas pode atuar nas Escolas da Educação Básica (ministrando aulas no nível fundamental e médio da rede pública ou privada), além de Empresas Públicas, Privadas, Organização não governamental, etc.

De acordo com a Resolução CFBio 10/2003, que dispõe sobre atividades, áreas e subáreas do conhecimento do Biólogo, seguem-se abaixo os mais diversos campos de atuação profissional:

Art. 1º - São as seguintes as **Atividades Profissionais do Licenciado Biólogo: 1.1** - Coordenação/orientação de estudos/projetos de pesquisa e/ou serviços; **1.2** - Supervisão de estudos/projetos de pesquisa e/ou serviços; **1.3** - Ocupação de cargos técnico-administrativos em diferentes níveis; **1.9** - Atuação como responsável técnico (ART) (Desde que complemente os seus estudos relacionados à atuação requerida na ART).

Art. 2º - São as seguintes **Áreas e Subáreas do Conhecimento do Licenciado Biólogo: 2.1 - Educação:** Educação ambiental, Educação formal, Educação informal, Educação não formal. **2.2 - Ética:** Bioética, Ética profissional, Deontologia, Epistemologia.

Portanto, o Parecer nº 1301/2001 do CNE/CES, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas, diz em seu preâmbulo que:

“O estudo das Ciências Biológicas deve possibilitar a compreensão de que a vida se organizou através do tempo, sob a ação de processos evolutivos, tendo resultado numa diversidade de formas sobre as quais continuam atuando as pressões seletivas. Esses organismos, incluindo os seres humanos, não estão isolados, ao contrário, constituem sistemas que estabelecem complexas relações de interdependência. O entendimento dessas interações envolve a compreensão das condições físicas do meio, do modo de vida e da organização funcional interna próprio das diferentes espécies e sistemas biológicos. Contudo, particular atenção deve ser dispensada às relações estabelecidas pelos seres humanos, dada a sua especificidade. Em tal abordagem, os conhecimentos biológicos não se dissociam dos sociais, políticos, econômicos e culturais.”

O Professor/Educador de Ciências e de Biologia deve apresentar-se como um profissional com condições de desenvolver um trabalho docente nas áreas de Ciências Naturais e de Ciências Biológicas, com as devidas competências e habilidades requeridas à profissão docente.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2019).

Na seção *Composição curricular do curso* estão dispostos os componentes curriculares que compõem o curso. Na composição curricular estão incluídas as disciplinas obrigatórias, complementares e optativas ou eletivas, com suas respectivas cargas horárias e com a quantidade de créditos. Em seguida, geralmente, é apresentada a seção *Fluxograma*, referente

à disposição dos componentes curriculares distribuídos nos semestres conforme a progressão do curso. A seguir, no exemplo 28 temos um trecho com o fluxograma das disciplinas do curso de Licenciatura em História:

Exemplo 28

- FLUXOGRAMA -							
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
INTROD. ESTUDOS HISTÓRIA-COS 60h	METOD. DO TRAB. CIENTÍFICO 60h	METODOLOGIA DA HISTÓRIA 60h	TEORIA DA HISTÓRIA 60h	HISTÓRIA DA AMÉRICA I 60h	HISTÓRIA GRAFIA 60h	HISTÓRIA GRAFIA BRASILEIRA 60h	LAB. ENSINO DE HISTÓRIA III Materiais didáticos 60h
PRÉ HISTÓRIA 60h	HISTÓRIA ANTIGA II 60h	HISTÓRIA MEDIEVAL II 60h	HISTÓRIA DA ÁFRICA 60h	HISTÓRIA MODERNA II 60h	HISTÓRIA DA AMÉRICA II 60h	HISTÓRIA CONTEMP. I 60h	HISTÓRIA CONTEMP. II 60h
HISTÓRIA ANTIGA I 60h	HISTÓRIA MEDIEVAL I 60h	HISTÓRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DAS AMÉRICAS 60h	HISTÓRIA MODERNA I 60h	HISTÓRIA DO BRASIL II 60h	OPTATIVA A 60h	OPTATIVA A 60h	OPTATIVA 60h
EDUC. PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS 60h	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM 60h	LAB. ENSINO DE HISTÓRIA II Linguagens historiog. 75h	HISTÓRIA DO BRASIL I 60h	HISTÓRIA DA PB I 60h	HISTÓRIA DO BRASIL III 60h	HISTÓRIA DO BRASIL IV 60h	HISTÓRIA DA PB II 60h
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO 60h	LAB. ENSINO DE HISTÓRIA I Patrimônio e Memória 75h	DIDÁTICA 60h	OPTATIVA 60h	OPTATIVA 60h	ESTÁG. SUPERV. I 105h	ESTÁG. SUPERV. II 105h	ESTÁG. SUPERV. III 105h
	TCC I 15h	TCC II 15h	TCC III 60h				
300h	315h	315h	300h	300h	345h	360h	360h
Carga Horária total do curso: 3.210h Conteúdos Complementar e Flexíveis - 210h a serem integralizadas ao longo do curso							

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2020).

Na seção *Ementas das disciplinas*, são apresentadas as ementas de todos os componentes curriculares do curso. Na ementa estão incluídas as informações essenciais da

disciplina, sendo elas: o nome do curso, o ano do currículo, o responsável pelo currículo, a quantidade de créditos da disciplina, a exigência de pré-requisito, as competências a serem desenvolvidas, um breve resumo da disciplina a ser ofertada e as referências bibliográficas (obrigatórias e complementares). A seguir, no exemplo 29 temos uma ementa da disciplina de Ciência de Dados e Sociedade, do conteúdo obrigatório, pertencente ao PPC do curso de Ciências de Dados Para Negócios:

Exemplo 29

Ciência de Dados e Sociedade

Currículo: 2020

Responsável: Departamento de Economia

Créditos: 4 (60h)

Pré-Requisito(s): Não tem

Competência(s): Conhecimento de economia, administração e finanças, Domínio de ciência de dados e de seus algoritmos

Ementa

Sociedade da informação e do conhecimento: demandas sociais, profissionais e acadêmicas. Desafios contemporâneos da sociedade na era da Informação: segurança, privacidade, marcos normativos. A formação em Ciência de Dados para Negócios e o seu papel social. Ética profissional. Atuação do profissional no mercado de trabalho. Aplicações de Ciência de Dados e sua influência na sociedade:

Inteligência Artificial, Big Data, Plataformas Computacionais e Indústria 4.0. Imperativos sociais: desigualdades, discriminação, inclusão, meio ambiente e direitos humanos. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas. Educação Sanitária e Ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental.

Referências Básicas

- BANDEIRA, M. L. **Antropologia. Diversidade e Educação**. Fascículos 3o e 4o, 2. ed. Cuiabá: EDUFMT, 2000.
- DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- ERMANN, M.; WILLIAMS, M.; Shauf, M. **Computers, Ethics, and Society**. 3. ed. Oxford University Press, 2002.
- FOREMAN, J. W.; FOREMAN, J. W. **Data Smart: Using Data Science to Transform Information into Insight**. 1. ed. John Wiley e Sons, Incorporated, 2013. ISBN 9781118839867.
- STEVAN JR, S. L.; LEME, M. O. S. M. M. D. **Indústria 4.0. fundamentos, perspectivas e aplicações**. Rio de Janeiro: Érica, 2018. ISBN 979-85- 365-2720-8.

Referências Complementares

- MELLO, M. R. G. de; CAMILLO, E. da S.; DOS SANTOS, B. R. P. **Big Data e Inteligência Artificial: Aspectos Éticos e Legais Mediante a Teoria Crítica**, 2019.
- PROVOST, F.; FAWCETT, T. **Data Science para negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. ISBN 978-85-7608-972-8.
- RAUTENBERG, S.; VIVIURKA DO CARMO, P. R. **Big data e ciência de dados: complementariedade conceitual no processo de tomada de decisão**. Brazilian Journal of Information Science, v. 13, n. 1, p. 56, 2019.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2020).

A próxima seção é a *Metodologia e sistemática*. Essa seção discute sobre as estratégias de ensino adotadas pelo curso. Vale ressaltar que, no nosso *corpus*, essa seção apenas surge na versão original do PPC. No trecho a seguir (exemplo 30), temos um excerto da seção *Metodologia e sistemática* do PPC do curso de Gastronomia, apresentando as estratégias de ensino para a formação profissional dos discentes:

Exemplo 30

3. METODOLOGIA E SISTEMÁTICA

3.1 ESTRATÉGIAS DE ENSINO

As estratégias de ensino consistem em métodos utilizados pelos docentes na articulação dos processos de ensino, para alcançar os resultados de aprendizagem esperados.

Levando em consideração que o curso de Bacharelado em Gastronomia da UFPB tem como objetivo formar profissionais com foco em três eixos, quais sejam Gestão Empreendedora, Gastronomia e Cultura e Ciência e Tecnologia dos Alimentos, diversas estratégias de ensino são necessárias.

Seguindo esta lógica, as estratégias de ensino se dividem em três grandes grupos: (1) aquelas voltadas para a formação teórico-científica, as quais buscam levar para o profissional que está sendo formado a base teórica inerente a um curso superior de Bacharelado, promovendo a formação do pensamento científico crítico; (2) aquelas voltadas para a formação prática, as quais buscam desenvolver as habilidades previstas no perfil do egresso, sendo estas tanto habilidades práticas da área de gastronomia, como manuseio e preparo de alimentos, bem como prática de gestão de empresas da área; e (3) aquelas voltadas para o ensino interdisciplinar, as quais buscam interligar todas as disciplinas em contextos específicos, de forma a levar ao profissional que está sendo formado o entendimento das relações entre as mesmas e como todas as ações estão conectadas em todas as áreas do mundo empresarial.

No primeiro grupo, as estratégias de incentivo à leitura, fichamentos, elaboração de resenhas e apresentação de seminários são as mais importantes, além é claro, das tradicionais aulas expositivas, com participação dos estudantes através de leituras em sala de aula e resolução de exercícios e estudos de caso.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2019).

Retornando aos critérios estabelecidos por Bakhtin (2003), discorreremos sobre o *conteúdo temático*. A respeito do PPC, as informações veiculadas no documento orientam na prática pedagógica, descrevendo os objetivos do curso oferecido pela instituição de Ensino Superior, como a definição do perfil profissional, as competências e habilidades almejadas na formação acadêmica do discente, as informações sobre as áreas de atuação do graduado. A primeira parte do PPC trata das metas, ações ou objetivos que se pretendem alcançar com o curso. Na segunda parte do documento, as informações apresentadas possuem fins organizacionais e operacionais, isto é, correspondem aos meios de se alcançar o que é proposto na primeira parte do PPC, através dos componentes curriculares e de suas respectivas ementas.

A respeito do critério do *estilo verbal*, de forma geral o PPC apresenta uma linguagem acadêmica e pedagógica. Contudo, de acordo com a área de conhecimento, a linguagem utilizada no documento pode conter um léxico ou expressões técnicas específicas da área, trazendo características linguísticas diferenciadas para o PPC. A seguir, temos dois trechos de PPCs do curso de Medicina (exemplo 31) e outro do curso de Ciência da Computação (exemplo 32), ambos os trechos pertencentes à seção de *Competências e habilidades*:

Exemplo 31

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas:

- a) Estabelecer hipóteses diagnósticas mais prováveis, relacionando os dados da história, exame físico e outros exames clínicos;
- b) Realizar análise do prognóstico dos problemas do paciente, considerando os contextos pessoal, familiar, laboral, epidemiológico, ambiental e outros pertinentes;
- c) Informar sobre as hipóteses estabelecidas, de forma ética e humanizada, utilizando técnicas adequadas de comunicação interpessoal, e considerando as dúvidas e questionamentos do paciente, familiares e/ou responsáveis;
- d) Estabelecer o diálogo, visando mediar conflitos e conciliar possíveis visões divergentes entre profissionais de saúde, pacientes, familiares e responsáveis; e
- e) Compartilhar o processo terapêutico e negociação do tratamento, com a possível inclusão de práticas populares de saúde, se adequadas ao caso, que possam ter sido testadas e que não causem dano.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2023).

Exemplo 32

Competências Gerais (CG):

- identificar problemas que tenham solução algorítmica (CG-I);
- conhecer os limites da computação (CG-II);
- resolver problemas usando ambientes de programação (CG-III);
- tomar decisões e inovar, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de hardware e da infraestrutura de software dos sistemas de computação, consciente dos aspectos éticos, legais e dos impactos ambientais decorrentes (CG-IV);
- compreender e explicar as dimensões quantitativas de um problema (CG-V);
- gerir a sua própria aprendizagem e desenvolvimento, incluindo a gestão de tempo e competências organizacionais (CG-VI);

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2021).

No exemplo 31 do curso de Medicina, é possível perceber o uso de expressões ou termos específicos da área de Ciências Médicas, sendo eles: *exames clínicos*, *prognóstico*, *laboral*, *epidemiológico* e *terapêutico*. Já no exemplo 32, do curso de Ciência da Computação, os termos utilizados remetem ao universo tecnológico e cibernético, sendo eles: *algorítmica*, *computação*, *programação*, *hardware* e *software*. Ambos os PPC são de áreas de conhecimento distintas e,

por esse motivo, eles possuem léxico específico e o estilo verbal distintos, de acordo com suas respectivas áreas.

No que se refere ainda ao *estilo verbal*, a nossa investigação pretende descrever quais elementos linguísticos (modalizadores) são mais frequentes no documento e se relacionam com sua funcionalidade, a fim de observar quais se constituem em característica do estilo linguístico do gênero. Para demonstrar esse aspecto, selecionamos um trecho do PPC do curso de Ciência de Dados para Negócios (exemplo 33), referente à parte da validação do Conselho Superior sobre as ações descritas do curso de graduação:

Exemplo 33

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Ciência de Dados para Negócios, modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, no Campus I.

§1º. Compreende-se o Projeto Pedagógico do Curso de Ciência de Dados para Negócios, Bacharelado, como sendo o conjunto de ações **sócio-políticas** e **técnico-pedagógicas** relativas à **formação profissional** que se destinam a orientar a concretização **curricular** do referido Curso.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2020).

Como podemos observar, os termos destacados (socio-políticas, técnico-pedagógicas, formação profissional e curricular) são alguns dos modalizadores discursivos que surgem com frequência no gênero PPC. As expressões (socio-políticas e técnico-pedagógicas) possuem duas funções: avaliativa e delimitadora. Segundo Nascimento e Silva (2012), a Modalização Avaliativa expressa uma avaliação do locutor acerca do conteúdo do enunciado; e a Modalização Delimitadora marca limites no conteúdo do enunciado que precisam ser considerados pelo interlocutor para compreendê-lo. E, nesse caso, ao mesmo tempo em que é apresentada uma avaliação, o locutor também delimita os conjuntos de ações do PPC, que são consideradas de cunho social, político, técnico e pedagógico.

Já as expressões (formação profissional e curricular) são modalizadores delimitadores, pois estabelecem limites que devem ser considerados pelo interlocutor. No trecho destacado, é delimitada a formação como caráter profissional, como também se especifica que a orientação está relacionada à realização do currículo do curso. Selecionamos outros modalizadores que surgem com frequência no *corpus*, são eles (reflexivo, crítico, ético e político). O trecho a seguir (exemplo 34) é referente à seção *Objetivos do curso* do PPC do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas:

Exemplo 34

1. Objetivo do Curso

Geral

Formar docentes com competência para compreender o processo ensino-aprendizagem com estreita relação entre teoria – prática; e que sejam capazes de atuar nos níveis de ensino fundamental e médio (nas disciplinas de Ciências e Biologia, respectivamente). Além disso, o curso possibilitará a constituição do professor **reflexivo e crítico**, como um cidadão intelectual e transformador, orientado pelos valores e princípios **éticos e políticos**, contribuindo para a autonomia docente e para a qualidade do ensino na Educação Básica.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2019).

Os modalizadores destacados (reflexivo, crítico, ético e político) são avaliativos, pois imprimem uma avaliação ou posicionamento do locutor sobre o conteúdo do enunciado, uma vez que o locutor expõe que o curso contribuirá na formação do docente reflexivo e crítico, e com princípios e valores éticos e políticos. Assim, postulamos que os modalizadores apresentados relacionam-se com a funcionalidade do gênero, e, especificamente, com o estilo linguístico, o que será investigado na análise do *corpus*. Vale salientar que existem outros modalizadores de categorias diferentes que surgem frequentemente em nosso *corpus*, esses serão apresentados no capítulo de análise.

CAPÍTULO IV - A MODALIZAÇÃO NO GÊNERO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa com o aporte teórico dos estudos de Fonseca (2002), Severino (2007), Silveira e Córdova (2009) e Nunes, Nascimento e Alencar (2014). Apresentamos também, na mesma seção, o nosso objeto de estudo (o Projeto Pedagógico de Curso), a coleta, os critérios para a seleção do *corpus*, as fases e os procedimentos de análise dos trechos selecionados.

A seguir apresentamos a análise descritivo-interpretativista dos trechos selecionados do nosso *corpus*, divididos por suas respectivas categorias da modalização, sendo elas: modalização epistêmica (asseverativa, quase-asseverativa e habilitativa), modalização deôntica (de obrigatoriedade, de proibição, de possibilidade e volitiva), modalização avaliativa e modalização delimitadora. Após a análise, apresentamos os resultados da pesquisa, dissertando sobre as ocorrências dos modalizadores referentes aos efeitos de sentido produzidos nos enunciados e suas relações com a função sociodiscursiva do gênero PPC.

4.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa

A presente pesquisa é de natureza descritiva, pois possui caráter observacional sobre determinado fenômeno. Segundo Nunes *et al* (2014, p. 146), na pesquisa descritiva “realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo sem a interferência do pesquisador. A finalidade é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos”. Assim, a nossa pesquisa descreve o fenômeno semântico-argumentativo da Modalização Discursiva, as estruturas em que o fenômeno surge e o funcionamento das estratégias discursivas presentes no gênero Projeto Pedagógico de Curso da graduação.

De acordo com Severino (2007, p. 59), uma pesquisa com análise interpretativista “é uma terceira abordagem com vistas à sua interpretação, mediante a situação das ideias do autor”. Conforme o autor (2007), o pesquisador toma um posicionamento frente às ideias enunciadas, decodificando o texto e as entrelinhas, isto é, dialogando com o autor. Desse modo, a nossa pesquisa possui o caráter interpretativista porque analisa e interpreta o funcionamento do fenômeno supracitado, a partir dos seguintes referenciais teóricos: a Teoria dos Gêneros Discursivos, proposta por Bakhtin (2003); a teoria da Modalização Discursiva, a partir dos estudos de Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (2002), Nascimento e Silva (2012), dentre outros estudiosos. De acordo com os objetivos propostos, optamos por adotar a

classificação apresentada pelos pesquisadores Nascimento e Silva (2012) como o critério de classificação e análise de dados desta pesquisa.

A presente investigação possui abordagem qualitativa, pois trazemos o caráter subjetivo através de nossas análises com a intenção de interpretar o uso das estratégias argumentativas e fenômenos que surgem em nosso *corpus*, em especial, a Modalização Discursiva. De acordo com Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa volta-se para o estudo do universo de significados, crenças, valores e atitudes, logo, está relacionada a uma investigação profunda das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Em nossa pesquisa, trazemos o aspecto quantitativo apenas no tratamento das ocorrências dos modalizadores, esses que são separados e quantificados através de tabelas de acordo com sua classificação, e tecemos as nossas análises a partir da quantidade de ocorrências, levando em consideração a sua influência na construção da argumentação no gênero selecionado.

O *corpus* é composto por 06 (seis) Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) da graduação. Estabelecemos, como critérios para a seleção do material os seguintes requisitos: os documentos devem pertencer às áreas distintas do conhecimento; e o ano de elaboração do PPC, de modo que os PPCs analisados foram produzidos entre os anos de 2020 a 2023. A partir desses dois requisitos, consultamos o *site* do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), na seção de Conselhos e Resoluções aprovados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba (CONSEPE/UFPB). Realizamos a consulta na plataforma e coletamos os primeiros 12 (doze) PPC, seguindo a organização do *site* dos documentos mais recentes para os antigos, que foram aprovados pelo CONSEPE. Para compor o nosso *corpus*, selecionamos 06 (seis) documentos que, de fato, pertencem à área de conhecimentos distintos, eliminando documentos relacionados a uma mesma área de conhecimento. Sendo assim, os PPC selecionados pertencem aos cursos de graduação, a saber: Ciência da Computação, Medicina, Engenharia de Materiais, Gastronomia, Ciências de Dados para Negócios e Licenciatura em História. A seguir, apresentamos um quadro com os PPC e seus respectivos dados, como também o *link* de acesso aos documentos:

Quadro 03: Os Projetos Pedagógicos de Curso

Curso	Ano	Código	Número de páginas
Ciência da Computação ¹²	2023	COMP	84
Medicina ¹³	2021	MED	47
Engenharia de Materiais ¹⁴	2021	ENG	37
Gastronomia ¹⁵	2020	GAST	33
Ciências de Dados para Negócios ¹⁶	2020	CNEG	41
Licenciatura em História ¹⁷	2020	HIST	37

Os PPC dos cursos de graduação supracitados pertencem aos seguintes centros de ensino da UFPB, respectivamente: Centro de Informática; Centro de Ciências Médicas; Centro de Tecnologia; Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Justificamos a nossa escolha por analisar os PPC aprovados pelas Resoluções do CONSEPE, pois a UFPB apenas disponibiliza para consulta, no *site* do curso da graduação, a versão do documento aprovado pelo Conselho supracitado, e nessa versão algumas seções da cópia original do PPC são retiradas, permanecendo apenas as seções essenciais para a identificação e caracterização do curso, essas são: *Objetivo do curso*, *Perfil profissional*, *Competências e habilidades profissionais* (gerais e específicas) e *Campo de atuação profissional*.

As versões originais do PPC possuem como seções fixas, isto é, seções que aparecem em outros documentos independentemente da área de conhecimento ou do curso de graduação, a saber: *Apresentação do curso*, *Justificativa*, *Marco teórico*, *Objetivo do curso*, *Perfil profissional*, *Competências e habilidades profissionais* (gerais e específicas), *Campo de atuação profissional*, *Referências básicas* e *Metodologia e sistemática*.

¹² Ciência da computação. Link de acesso:

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626669

¹³ Medicina. Link de acesso:

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626795

¹⁴ Engenharia de Materiais. Link de acesso:

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626809

¹⁵ Gastronomia. Link de acesso:

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1976359

¹⁶ Ciências de Dados para Negócios. Link de acesso:

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=19420831

¹⁷ Licenciatura em História. Link de acesso:

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626832

De acordo com os nossos objetivos, optamos por analisar as seções que surgem no PPC aprovados pelo CONSEPE, pois elas surgem em todas as versões originais do documento, como também nas Resoluções que aprovam o PPC da graduação, sendo, assim, essenciais para a constituição do documento. Consideramos ainda que a análise dessas seções permite observar como o locutor evidencia as marcas da sua subjetividade no gênero, dada a sua importância. Assim, analisamos a modalização discursiva nas seguintes seções: *Objetivo do curso*, *Perfil profissional*, *Competências e habilidades profissionais* (gerais e específicas) e *Campo de atuação profissional*.

Esta pesquisa segue os procedimentos e fases adotadas pelo projeto “Estudos semântico-argumentativos e enunciativos na língua e no discurso: marcas de (inter)subjetividade e de orientação argumentativa” (ESAELD). A pesquisa segue as seguintes fases: a) leitura e discussão a respeito dos estudos sobre a Modalização e sobre a Teoria dos Gêneros Discursivos; b) coleta, armazenamento e seleção dos textos a serem investigados; c) levantamento das estratégias, estruturas e fenômenos semântico-argumentativos e enunciativos presentes nos documentos; d) descrição e análise das estratégias, estruturas e fenômenos mapeados nos textos; e) reflexão teórica, a partir da descrição e da análise dos dados obtidos e sistematização dos resultados.

Para facilitar a compreensão, resolvemos fazer uma codificação dos trechos em que apareceram os modalizadores, assim os documentos são identificados numericamente. A codificação identifica o número do trecho e o documento a que pertence. Exemplos: Trecho 01 - PPC 01 (COMP), indica que é o primeiro trecho do primeiro documento referente ao curso de Ciências da Computação; Trecho 01 - PPC 02 (MED), indica o primeiro trecho do segundo documento referente ao curso de Medicina, e assim sucessivamente.

Inicialmente, realizamos a catalogação de todo o *corpus*, identificando as ocorrências dos modalizadores discursivos no documento e classificando-as de acordo com suas respectivas categorias. A seguir, segmentamos os modalizadores de acordo com sua classificação e o documento em que aparecem. Após a fase de catalogação, iniciamos a análise descritiva do fenômeno.

Nesse momento, selecionamos, para a análise descritivo-interpretativista, de 02 (dois) a 04 (quatro) trechos, de acordo com a quantidade de ocorrências do modalizador; por exemplo, do tipo de modalizador que obteve poucas ocorrências em nosso *corpus*, serão analisados 02 trechos, e daqueles modalizadores que ocorreram com maior frequência no *corpus*, serão analisados 04 trechos. Nesse sentido, realizamos a análise de maneira descritiva e interpretativista, de acordo com a classificação do fenômeno encontrado, apresentando a

funcionalidade e os efeitos de sentido que os modalizadores desempenham no PPC, a partir do referencial teórico supracitado. Através da análise, podemos observar os modalizadores que se correlacionam com a função sociodiscursiva do gênero analisado, os quais contribuem para a construção da argumentatividade no PPC.

Em virtude do nosso foco de pesquisa voltado para a investigação do funcionamento semântico-pragmático dos modalizadores discursivos presentes no *corpus*, utilizamos como critério de catalogação e análise dos dados a classificação apresentada por Nascimento e Silva (2012) da Modalização Discursiva, a saber: modalização epistêmica (asseverativa, quase-asseverativa e habilitativa), modalização deôntica (de obrigatoriedade, de proibição, de possibilidade e volitiva), modalização avaliativa e modalização delimitadora. Vale salientar que também observamos quais são os elementos linguísticos que materializam esses modalizadores nos enunciados, considerando a lista das lexicalizações apresentada por Koch (2002) e os acréscimos de outros autores, tais como os verbos *dicendi* modalizadores, investigados por Nascimento (2009), adicionando-se outros elementos que se façam presentes no *corpus*.

4. 2 Análise dos modalizadores discursivos no gênero Projeto Pedagógico de Curso

A seguir, apresentamos a análise descritivo-interpretativista dos trechos selecionados, de acordo com a classificação dos modalizadores discursivos, sendo eles: Modalização Epistêmica Asseverativa; Modalização Epistêmica Quase-Asseverativa; Modalização Epistêmica Habilitativa; Modalização Deôntica de Obrigatoriedade; Modalização Deôntica de Possibilidade; Modalização Deôntica Volitiva; Modalização Avaliativa; Modalização Delimitadora. Em seguida, são analisadas as coocorrências dos modalizadores e os modalizadores com dupla função modal.

4. 2. 1 Modalizador epistêmico asseverativo

Trecho 01 - PPC 02 MED

b) **Assegurar**, através de parcerias com os gestores do SUS, a integração ensino com serviço, fortalecendo a formação médica e a adequando às necessidades sociais da saúde e ao Sistema Único de Saúde (SUS);

O trecho 01 - PPC 02 MED pertence à seção *Objetivos específicos* do curso de graduação de Medicina, a qual descreve os objetivos do curso frente à formação profissional do egresso. O verbo **assegurar** modaliza o segmento *Assegurar, através de parcerias com os*

gestores do SUS, a integração ensino com serviço, apresentando uma noção de certeza sobre o conteúdo do enunciado. Esse modalizador possui características da Modalização Epistêmica Asseverativa, que, segundo Nascimento e Silva (2012), ocorre quando o locutor apresenta o conteúdo do enunciado como algo certo ou verdadeiro. É importante salientar que a noção de asseveração presente no enunciado decorre de a própria semântica do verbo **assegurar**, que porta as sínteses léxicas “tonar seguro”, “dizer + certeza”; logo, não está relacionada ao uso do verbo no infinitivo. Assim, o locutor imprime uma noção de certeza sobre a integração ensino com serviço, que ocorre através de parcerias com os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS); dessa maneira, o locutor assegura a formação médica com a oferta de serviço para a população. Ao apresentar a avaliação sobre o conteúdo do enunciado, apresentando-o como certo ou verdadeiro, o locutor se compromete com o dito, já que afirma (sem nenhuma dúvida) a garantia do curso em integrar o ensino com o serviço.

Trecho 02 - PPC 02 MED

I - Realização da História Clínica: [...]

d) Utilizar linguagem compreensível no processo de cuidado, estimulando o relato espontâneo da pessoa sob cuidados, tendo em conta os aspectos psicológicos, culturais e contextuais, sua história de vida, o ambiente em que vive e suas relações sócio familiares, **assegurando-lhe** privacidade e conforto;

O trecho 02 - PPC 02 MED foi retirado da seção *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Medicina, em especial da subseção *Competências específicas*, na qual o documento apresenta as competências que devem ser desenvolvidas na formação profissional do egresso na área da realização da história clínica. O termo **assegurando-lhe** modaliza o segmento *privacidade e conforto*, pois o locutor apresenta uma avaliação com noção de certeza sobre o conteúdo do enunciado, “revelando o seu conhecimento a respeito do conteúdo veiculado” (Nascimento e Silva, 2012, p. 81), o que permite caracterizar o modalizador como epistêmico asseverativo. O locutor imprime noção de certeza ou verdade ao conteúdo do enunciado, ao expressar que é, ou que deve ser, assegurada privacidade e conforto às pessoas sob cuidados médicos, o que deve ser uma competência a ser desenvolvida no profissional de medicina. Ao expressar a avaliação, o locutor revela o seu conhecimento sobre determinado assunto, considerando-o como certo ou verdadeiro, e assim se responsabiliza pelo

dito. Tal estratégia argumentativa orienta discursivamente o seu interlocutor a compreender o dito dessa maneira, isto é, que o conteúdo do enunciado é verdadeiro e certo.

4. 2. 2 Modalizador epistêmico quase-asseverativo

Trecho 01 - PPC 01 COMP

- identificar e gerenciar os riscos que **podem** estar envolvidos na operação de equipamentos de computação (incluindo os aspectos de dependabilidade e segurança) (CE-III);

O trecho 01 - PPC 01 COMP foi retirado da seção *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Ciência da Computação. Nessa seção, o documento apresenta as habilidades profissionais que o egresso deve apresentar com a conclusão da graduação. O verbo **podem** modaliza o segmento *os riscos que podem estar envolvidos na operação de equipamentos de computação*, pois o locutor apresenta o conteúdo do enunciado como algo quase certo, “ou uma hipótese a ser confirmada e por isso não se responsabiliza pelo dito” (Nascimento e Silva, 2012, p. 82). O verbo **podem** pertence à categoria da Modalização Epistêmica Quase-Asseverativa, pois o locutor expressa a possibilidade da existência de riscos relacionados com a operação de equipamentos de computação, ou seja, trata-se de uma hipótese, de algo que pode ocorrer, e, nesse sentido, é preciso desenvolver a competência dos estudantes, futuros profissionais, para lidar com esses eventuais riscos. Pelo fato de o locutor apresentar uma possibilidade de os riscos acontecerem, ele não se responsabiliza pelo dito.

Trecho 03 - PPC 02 MED

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas: [...]

- d) Estabelecer o diálogo, visando mediar conflitos e conciliar **possíveis** visões divergentes entre profissionais de saúde, pacientes, familiares e responsáveis;

O trecho 03 - PPC 02 MED pertence à seção de *Competências e habilidades profissionais*, especificamente da subseção *Competências específicas*, da área de atuação da formulação de hipóteses e priorização de problemas do curso de graduação de Medicina. O termo **possíveis** é caracterizado como um modalizador epistêmico quase-asseverativo, pois, de acordo com Nascimento e Silva (2012), expressa o conteúdo do enunciado como algo quase

certo ou quase verdadeiro. O modalizador **possíveis** atua no segmento *conciliar possíveis visões divergentes entre profissionais de saúde, pacientes, familiares e responsáveis*, e o locutor exprime uma possibilidade de existirem visões ou opiniões divergentes entre os profissionais de saúde, pacientes, familiares e responsáveis legais, ou seja, como algo que pode eventualmente acontecer. Diante desse cenário, o locutor não se responsabiliza pelo dito justamente por indicar uma possibilidade do tipo epistêmica, no campo da existência de quase certeza, ou seja, que algo pode ou não ocorrer. Em razão disso, por existir possíveis visões, o locutor apresenta o conteúdo como uma quase certeza, e utiliza estrategicamente o modalizador epistêmico quase-asseverativo para não comprometer sua face frente ao valor de verdade do enunciado.

4. 2. 3 Modalizador epistêmico habilitativo

Trecho 03 - PPC 01 COMP

- ser **capaz** de realizar trabalho cooperativo e entender os benefícios que este pode produzir (CG-XII);

O trecho 03 - PPC 01 COMP foi retirado da seção *Competências e habilidades profissionais* da subseção de *Competências gerais* do curso de Ciência da Computação. Nesse excerto, temos o modalizador **capaz**, o qual pertence à categoria da Modalização Epistêmica Habilitativa, que, segundo Nascimento e Silva (2012), indica que algo ou alguém possui a capacidade de realizar algo, e o realiza porque tem conhecimento a esse respeito. Assim, o locutor expressa que o egresso tem a competência de realizar um trabalho cooperativo, como também de compreender os benefícios que esse tipo de trabalho é possível de produzir. O adjetivo **capaz** traz consigo, na própria semântica do nome, a noção de habilidade: conforme Ferreira (1999, p. 148), o termo capaz significa “que tem capacidade ou habilidade para realizar algo”. Em razão disso, a semântica do nome **capaz** imprime a noção epistêmica habilitativa. Dessa forma, o efeito de sentido do modalizador **capaz** recai sobre o enunciado no sentido de expressar que o egresso, ao longo do curso de Ciência da Computação, tenha ou desenvolva essa habilidade/competência de atuar em um trabalho cooperativo.

Trecho 02 - PPC 04 GAST

O curso, até o momento, ainda não possui Diretrizes Curriculares Nacionais, porém o Bacharel em Gastronomia pela UFPB será **capacitado** na sua formação profissional contemplando os seguintes objetivos:

O trecho 02 - PPC 04 GAST pertence ao curso de graduação em Gastronomia, fazendo parte da seção *Objetivo do curso*, na qual o documento descreve a finalidade e as concepções gerais de atuação e as competências que o curso proporcionará ao discente. O modalizador **capacitado** atua no segmento *o Bacharel em Gastronomia pela UFPB será capacitado na sua formação profissional contemplando os seguintes objetivos*, e possui características da Modalização Epistêmica Habilitativa, pois “ocorre quando o falante expressa que algo ou alguém tem a capacidade de realizar algo e assim o faz porque tem conhecimento a esse respeito” (Nascimento e Silva, 2012, p. 82). O locutor expressa que o Bacharel em Gastronomia será capacitado na sua formação profissional, ou seja, o egresso estará apto para atuar no setor gastronômico, a partir da sua formação.

4. 2. 4 Modalizador deôntico de obrigatoriedade

Trecho 02 - PPC 03 ENG

O curso **deverá** dar condições a seus egressos para adquirir um perfil profissional compreendendo:

O trecho 02 - PPC ENG 03 foi extraído da seção *Perfil profissional* do PPC do curso de Engenharia de Materiais, na qual o documento descreve o perfil profissional almejado pelo curso. O modalizador **deverá** atua no segmento *O curso deverá dar condições a seus egressos para adquirir um perfil profissional*, e o locutor apresenta uma avaliação com noção de obrigatoriedade sobre o conteúdo de enunciado. Segundo Nascimento e Silva (2012), a Modalização Deôntica de Obrigatoriedade expressa o conteúdo do enunciado como algo obrigatório e que deve acontecer; logo, o verbo **deverá** pertence a essa categoria. A avaliação de obrigação feita pelo locutor recai sobre o curso, que deve obrigatoriamente fornecer condições ideais aos egressos para desenvolverem um perfil profissional, sendo esta uma incumbência do curso, ou seja, de todos os que o compõem ou por ele sejam responsáveis. Ao utilizar o modalizador **deverá**, o locutor orienta discursivamente o seu interlocutor a compreender e a considerar o conteúdo do dito como obrigatório, e que deve acontecer.

Trecho 07 - PPC 04 GAST

Ciência e Tecnologia de Alimentos – permitir que os alunos aprendam a empregar procedimentos técnicos e científicos **necessários** à manipulação, produção de alimentos e preparação de pratos.

O trecho 07 - PPC 04 GAST pertence à seção *Objetivo do curso* do PPC de Gastronomia, em que o documento apresenta os objetivos do curso no que se refere a determinadas áreas de atuação profissional. O modalizador **necessários** possui caráter da Modalização Deontica de Obrigatoriedade, pois “apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer” (Nascimento e Silva, 2012, p. 93). O termo atua no segmento *os alunos aprendam a empregar procedimentos técnicos e científicos necessários à manipulação, produção de alimentos e preparação de pratos*; assim, o locutor apresenta uma avaliação de obrigatoriedade sobre o uso de procedimentos técnicos e científicos que são necessários, logo indispensáveis e obrigatórios, para a manipulação e a produção de alimentos, como também para a preparação de pratos. Dessa maneira, o locutor exprime que os alunos, no curso, mais especificamente no que se refere à Ciência e Tecnologia de Alimentos, aprenderão e utilizarão procedimentos técnicos e científicos (que são necessários, ou seja, obrigatórios) no setor culinário.

Trecho 08 - PPC 04 GAST

No Brasil, não existe ainda regulamentação para a profissão de gastrônomo, bem como inexistem Conselhos Federais e Regionais para legislar acerca das **atribuições** do exercício profissional desta classe.

O trecho 08 - PPC 04 GAST foi extraído da seção *Perfil do profissional* do PPC de Gastronomia, a qual descreve o perfil profissional do egresso e os atributos éticos e morais que este deve apresentar na atuação profissional. O modalizador **atribuições** possui características da Modalização Deontica de Obrigatoriedade; esta se manifesta “quando expressa que o conteúdo do enunciado é algo que deve ocorrer obrigatoriamente e que o provável interlocutor deve obedecer a esse conteúdo” (Nascimento e Silva, 2012, p. 84). A noção de obrigação está vinculada à própria semântica do nome **atribuições**, o qual expressa que alguém tem a obrigação de realizar alguma ação. De acordo com Ferreira (1999, p. 56), a palavra atribuições significa “direitos e obrigações próprios de um indivíduo de certa classe ou de certas autoridades”. Desse modo, o termo **atribuições** modaliza o segmento *atribuições do exercício*

profissional desta classe; assim, o locutor aponta para o fato de que há atribuições, ou seja, atividades e ações obrigatórias no exercício da profissão, que devem ser seguidas pelo profissional. Mas, nesse caso, essas obrigações não estão legisladas pela inexistência de Conselhos Federais e Regionais. O uso do termo **atribuições** orienta o interlocutor a ler e a compreender o conteúdo do enunciado como algo obrigatório, e se refere às responsabilidades e obrigações da profissão de gastrônomo.

Trecho 12 - PPC 02 MED

VI - Acompanhamento e Avaliação de Planos Terapêuticos:

a) **Acompanhar** e **avaliar** a efetividade das intervenções realizadas, considerando, também, as avaliações da pessoa sob cuidados, ou do seu responsável, com relação aos resultados obtidos, analisando dificuldades e valorizando conquistas; b) **Favorecer** o envolvimento da equipe de saúde na análise das estratégias de cuidado e resultados obtidos; c) **Realizar** revisão do diagnóstico e do plano terapêutico, sempre que necessário; d) **Explicar** e **orientar** sobre os encaminhamentos ou a alta, verificando a compreensão da pessoa sob seus cuidados ou responsável; e e) **Registrar** o acompanhamento do plano terapêutico no prontuário, buscando torná-lo um instrumento orientador do cuidado integral e longitudinal da pessoa sob seus cuidados.

O trecho 12 - PPC 02 MED foi extraído da seção *Competências e habilidades profissionais* do PPC de Medicina, que expõe as competências e habilidades que devem ser trabalhadas com o corpo discente. Os verbos no infinitivo **acompanhar**, **avaliar**, **favorecer**, **realizar**, **explicar**, **orientar** e **registrar** são considerados modalizadores deônticos de obrigatoriedade. O infinitivo nos verbos supracitados é utilizado pelo locutor para instruir os docentes e demais responsáveis pela formação pedagógica, no âmbito do curso, sobre os requisitos que devem ser desenvolvidos pelos discentes do curso de Medicina, na área de atuação de acompanhamento e avaliação de planos terapêuticos. Assim, o interlocutor (o docente) deve acatar as instruções mencionadas no documento e trabalhar as habilidades com o corpo discente. Nesse sentido, o uso do verbo no infinitivo indica uma instrução ou obrigação sobre o conteúdo do dito, apresentando-o como algo que precisa acontecer, e se constitui ainda em uma orientação ao interlocutor (docentes e outros agentes pedagógicos), indicando e instruindo o que precisa ser ensinado, realizado ou executado, para que os discentes adquiram as habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão. Assim, o infinitivo adquire valor instrucional, no texto, e por esse motivo pode ser caracterizado como modalizador deôntico de obrigatoriedade.

O uso do verbo no infinitivo como um elemento modalizador já foi investigado por Silva (2023) no documento oficial Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisadora identificou que o uso da forma verbal no infinitivo pode ser utilizado com a função de instrução ou obrigação, principalmente quando surge na seção de *Competências e habilidades* do referido documento. Dentre os verbos modalizadores deônticos de obrigatoriedade na forma infinitiva, Silva (2003) destacou os elementos mais frequentes em seu *corpus*, sendo eles: *identificar, planejar, compreender, analisar, refletir*, dentre outros. Casos semelhantes ocorrem em nosso *corpus*, geralmente o uso do verbo no infinitivo se verifica na seção *Competências e habilidades profissionais*. Logo, esse contexto favorece o funcionamento da forma verbal no infinitivo, com caráter instrutivo e obrigatório, justamente pelo fato de essa seção orientar os docentes e agentes pedagógicos sobre as competências e habilidades profissionais que precisam ser trabalhadas e desenvolvidas no corpo discente. Portanto, considerando a correlação do elemento linguístico (verbo no infinitivo) com as características textuais do gênero PPC (em especial, a seção supramencionada), é possível afirmar que se trata de um caso de Modalização Deôntica de Obrigatoriedade, uma vez que tais elementos atuam no enunciado com as noções de instrução ou obrigação.

4. 2. 5 Modalizador deôntico de possibilidade

Trecho 21 - PPC 02 MED

O médico também **pode** atuar no exercício da docência, da perícia médica, pesquisa e gestão de instituições públicas e privadas, ampliando o mercado de trabalho.

O trecho 21 - PPC 02 MED pertence à seção *Campo profissional* do curso de graduação de Medicina. O verbo **pode** modaliza o segmento *O médico também **pode** atuar no exercício da docência, da perícia médica, pesquisa e gestão de instituições públicas e privadas*. O locutor apresenta uma permissão ao médico em relação às áreas de atuação em que ele pode exercer a sua profissão, essas são: exercício da docência, perícia médica, pesquisa e gestão de instituições públicas e privadas. Desse modo, o modalizador **pode** pertence à categoria da Modalização Deôntica de Possibilidade, que, segundo Nascimento e Silva (2012), expressa o conteúdo do enunciado como algo facultativo ou que ocorre quando o interlocutor tem a permissão de realizar algo. Nesse caso, o locutor cede a permissão ao médico para atuar nos setores supracitados, mas fica a cargo do interlocutor decidir a área que irá exercer.

Trecho 20 - PPC 02 MED

No Brasil, o título de médico **permite** o exercício profissional, como generalista, em serviços públicos e privados de saúde.

O trecho 20 - PPC 02 MED foi extraído da seção *Campo profissional* do PPC do curso de Medicina. O modalizador **permite** atua no segmento *o título de médico permite o exercício profissional, como generalista, em serviços públicos e privados de saúde*, e se trata de um deontico de possibilidade “quando expressa que o conteúdo da proposição é algo facultativo e/ou quando o interlocutor tem a permissão para exercê-lo ou adotá-lo” (Nascimento e Silva, 2012, p. 85). Assim, o locutor expressa uma permissão para que algo ocorra, ou seja, o profissional que detém o título de médico pode atuar como generalista nos setores públicos e privados de saúde. Nesse caso, o responsável pela permissão dada no enunciado não é o locutor responsável pelo projeto, e sim o próprio título de médico, uma estratégia de impessoalização discursiva. Essa permissão indica uma possibilidade de o médico atuar como generalista, isto é, atuar como um profissional especializado em clínica geral, que está apto a realizar diagnósticos e cuidados gerais.

Trecho 12 - PPC 04 GAST

Existe uma Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração (CFA), nº 506 de 11 de maio de 2017, que **autoriza** o registro profissional neste conselho de bacharéis da área de hospitalidade (Hotelaria e Turismo).

O trecho 12 - PPC 04 GAST foi extraído da seção *Campo de atuação profissional* do curso de Gastronomia, na qual são apresentadas as áreas de atuação em que o egresso pode atuar. O verbo **autoriza** possui características da Modalização Deontica de Possibilidade, uma vez que, conforme Nascimento e Silva (2012), indica o conteúdo do enunciado como algo facultativo ou expressa uma permissão ao interlocutor. O modalizador **autoriza** expressa uma noção de permissão, facultando o registro profissional do gastrônomo no conselho de bacharéis da área de hospitalidade (Hotelaria e Turismo). Essa permissão é dada pela Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração (CFA), nº 506, que permite o registro

profissional no conselho de bacharéis supracitado. Assim, subtede-se que a permissão é direcionada aos discentes formados no curso de Gastronomia.

Uma vez que essa noção de permissão é atribuída a uma resolução, documento que tem forma de lei, ativa-se no enunciado uma polifonia por SE-Locutor¹⁸, pois o locutor introduz em seu discurso uma voz coletiva e anônima: a voz da lei. Assim, no trecho, é possível identificar a polifonia, com os sujeitos enunciativos e os trechos sob sua responsabilidade: L1 (locutor 1), responsável por todo o discurso; SE-Locutor, uma voz coletiva referente à Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração nº 506. A seguir, podemos observar as suas respectivas partes:

L1 – Responsável por todo o discurso: Existe uma Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração (CFA), nº 506, de 11 de maio de 2017, que autoriza o registro profissional nesse conselho de bacharéis da área de hospitalidade (Hotelaria e Turismo).

SE-Locutor – Responsável pelo discurso relatado: autoriza o registro profissional nesse conselho de bacharéis da área de hospitalidade (Hotelaria e Turismo).

Nesse trecho, o SE-Locutor é introduzido através da menção da Resolução Normativa nº 506, de 11 de maio de 2017, que autoriza ou permite o registro profissional do gastrônomo no conselho de bacharéis da área de hospitalidade. O L1 menciona a Resolução Normativa para consolidar os seus argumentos, através de uma autoridade, sobre as legislações que asseguram o exercício profissional do gastrônomo; logo, o seu discurso adquire consistência e fundamentos por citar uma Resolução, formalizando o seu argumento por meio de uma autoridade documentada. Constitui-se, nesse sentido, um caso de arrazoado por autoridade¹⁹.

Pelo fato de o PPC ser um documento que rege definições de um curso de graduação, como também apresenta as Leis e Resoluções Normativas que regulamentam os cursos, o L1 menciona a Resolução justamente para fundamentar o seu discurso e apresentar a possibilidade

¹⁸ Segundo Nascimento (2018), o SE-Locutor é caracterizado como uma voz genérica e com caráter de impessoalidade, introduzida pelo locutor responsável pelo discurso. Geralmente, o SE-Locutor surge no enunciado através de construções frásicas com noção de impessoalidade; o uso do verbo na terceira pessoa + partícula de indeterminação *se*; a menção de citações genéricas introduzidas por determinadas conjunções (segundo, conforme, dentre outras); ou alusão a uma voz coletiva ou da *doxa*, como por exemplo, provérbios, expressões populares, dentre outras.

¹⁹ O arrazoado por autoridade, um tipo de argumentação por autoridade, ocorre quando o locutor responsável pelo discurso (L1) apresenta o discurso de outro locutor (L2), sendo esse apresentado como uma autoridade em determinado assunto, conforme Ducrot (1987). Logo, o L1 se identifica com L2, para dar credibilidade ao seu discurso, ou seja, L1 utiliza o discurso de L2 como prova para validar os seus próprios argumentos, como afirma Nascimento (2009).

de registrar profissionalmente o gastrônomo no conselho da área de hospitalidade, já que não existem conselhos específicos para a área da Gastronomia.

Trecho 08 - PPC 01 COMP

Os profissionais formados no Curso de Bacharelado em Ciência da Computação do Campus I da UFPB – Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – **estão aptos a** exercer atividades profissionais majoritariamente nos seguintes campos de atuação:

Desenvolvimento de Aplicações e de Infraestruturas: **atuar** como desenvolvedor de aplicações ou de infraestruturas de sistemas de computação e comunicação distribuídos e inteligentes em organizações públicas e privadas, de pequeno, médio e grande porte, em âmbito local, regional, nacional e no exterior, tanto em regime de trabalho presencial quanto teletrabalho;

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação: **exercer** funções de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação, seja como gerente de projetos de software ou de infraestruturas, podendo alcançar ao longo da carreira as funções de diretor de tecnologia ou diretor de tecnologia da informação;

Ensino e Pesquisa: **desenvolver** estudos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) com vistas a atuar no magistério superior ou em institutos de pesquisa, inovação e desenvolvimento;

Empreendedorismo: **empreender** e **inovar** com a criação de empresas de prestação de serviços e desenvolvimento de produtos na área de Computação.

O trecho 08 - PPC 01 COMP pertence à seção *Campo de atuação profissional* do curso de Ciência da Computação. Os verbos no infinitivo **atuar**, **exercer**, **desenvolver**, **empreender** e **inovar**, em conjunto com a expressão **estão aptos a**, funcionam como modalizadores deônticos de possibilidade, em razão da sua atuação, pois essa modalidade “expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça” (Nascimento e Silva, 2012, p. 93). O surgimento da forma verbal no infinitivo na seção do PPC (*Áreas de atuação profissional*) torna os termos destacados modalizadores deônticos de possibilidade, justamente por apresentarem uma possibilidade deôntica das possíveis áreas de atuação do bacharel em Ciência da Computação.

O uso dos verbos no infinitivo, nesse trecho, expressa o conteúdo do enunciado como facultativo, ou seja, é facultado ao aluno formado no curso de Ciência da Computação atuar nas determinadas áreas de atuação profissional, a saber: Desenvolvimento de Aplicações e de Infraestruturas; Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação; Ensino e Pesquisa; Empreendedorismo. Desse modo, o locutor apresenta as possibilidades de setores profissionais em que os egressos podem atuar, orientando discursivamente o interlocutor a ler e a compreender o conteúdo do enunciado de tal maneira. Isso ocorre diferentemente do Trecho 12

– PPC 02 MED, em que a forma verbal no infinitivo funciona como uma obrigação, indicando a obrigatoriedade de as habilidades serem desenvolvidas, uma vez que não está modalizado com nenhum outro elemento que apresenta o conteúdo do enunciado como facultativo. Já o trecho 08 - PPC 01 COMP possui a presença da expressão **estão aptos a**, que permite a leitura de o discente atuar ou não em determinadas áreas profissionais, deixando o conteúdo do enunciado facultativo, diferentemente do outro trecho, em que os discentes precisam desenvolver as competências/habilidades. Em razão disso, a forma verbal no infinitivo, nesse trecho analisado, atua como um modalizador deôntico de possibilidade, enquanto no Trecho 12 – PPC 02 funciona como um modalizador deôntico de obrigatoriedade.

4. 2. 6 Modalizador deôntico volitivo

Trecho 04 - PPC 03 ENG

O Curso **pretende** desenvolver competências técnicas de supervisão, estudo, projeto, especificação, assistência, consultoria, perícia e pareceres técnicos; ensino, pesquisa, ensaio, padronização, controle de qualidade; montagem, operação e reparo de equipamentos e outras atividades referentes aos procedimentos tecnológicos na fabricação de materiais para a indústria e suas transformações industriais; e equipamentos destinados a essa produção industrial especializada, seus serviços afins e correlatos.

O trecho 04 - PPC ENG 03 foi extraído da seção *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Engenharia de Materiais. O verbo **pretende** possui características da Modalização Deôntica Volitiva, pois, segundo Nascimento e Silva (2012), indica um desejo ou vontade do locutor de que algo ocorra. Assim, o locutor expressa o desejo ou vontade do curso, que está aqui personificado, assumindo o papel de um locutor²⁰, em desenvolver competências técnicas essenciais na formação profissional do discente do curso de Engenharia de Materiais, que são: competências técnicas de supervisão, estudo, projeto, especificação, assistência, consultoria, perícia, dentre outras.

²⁰ A partir dos estudos de Lakoff e Johnson (1980) sobre as metáforas ontológicas, Espíndola (2005) revê a divisão feita pelos autores e propõe três categorias: a coisificação, que se refere a conceitos abstratos sendo transformados em objetos; a animação, que ocorre quando a um objeto físico ou a uma experiência são atribuídas características próprias dos seres vivos; e a personificação, a qual “personifica experiências – ou seja, essas são concebidas como pessoas ou a elas são atribuídas características de pessoas” (Espíndola, 2005, p. 22). No trecho referido, o curso de graduação é personificado como um ser que possui vontades e pretensões, assumindo o papel de locutor do enunciado. Em conjunto com a Modalização Deôntica Volitiva, a personificação gera o efeito de sentido de preservação de face dos envolvidos (locutor e interlocutor), pois gera uma menor tensão entre eles.

Nesse caso, a Modalização Deôntica Volitiva não atua como um pedido ou como uma solicitação, mas expressa uma vontade ou um desejo de que algo ocorra, qual seja o desenvolvimento de competências técnicas no corpo discente. O uso do modalizador deôntico volitivo consiste em uma estratégia argumentativa que visa preservar tanto a face do locutor como do seu interlocutor, pelo fato de expressar um desejo, gerando, assim, uma menor tensão entre os envolvidos. Segundo Nascimento e Silva (2012), o uso do modalizador deôntico de obrigatoriedade e de proibição produz um efeito de sentido diferente no enunciado, pois gera uma maior tensão entre o locutor e o interlocutor; portanto, o uso desses tipos de modalizadores não preservam a face de ambos. Já os modalizadores deônticos de possibilidade e volitivos, como no caso do verbo *pretender*, constituem-se como elementos que geram menor tensão na interação, e, por esse motivo, são preservadores das faces dos interlocutores.

Trecho 23 - PPC 02 MED

Ao final do Curso, **espera-se** que os egressos apresentem as seguintes competências em cada uma das áreas:

O trecho 23 - PPC 02 MED pertence à seção *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Medicina. O verbo **espera-se** é um modalizador deôntico volitivo, pois “expressa desejo ou vontade, por parte do locutor” (Nascimento e Silva, 2012, p. 86). O modalizador *espera-se* atua no segmento *os egressos apresentem as seguintes competências em cada uma das áreas*, indicando que esse trecho deve ser lido como uma expectativa, ou seja, um desejo ou vontade.

Convém ressaltar, no entanto, que o verbo utilizado no discurso (**espera-se**) está impessoalizado, e, nesse contexto, constitui um ativador de polifonia por SE-Locutor, uma vez que introduz uma voz coletiva e anônima. Trata-se, portanto, de um desejo ou vontade atribuído a uma coletividade anônima, que pode ser a própria sociedade, a comunidade médica, ou ainda o grupo de pessoas (acadêmicos) que elaborou o documento. Não é um desejo do locutor, mas uma vontade social, um desejo ou expectativa coletiva, caracterizando-se como um caso de polifonia por SE-Locutor, que pode ser descrita da seguinte forma:

L1 (responsável pelo discurso como um todo): Ao final do Curso, espera-se que os egressos apresentem as seguintes competências em cada uma das áreas:

SE-Locutor – responsável pelo segmento: os egressos apresentem as seguintes competências em cada uma das áreas.

Ativador de SE-Locutor: espera-se (verbo *dicendi* modalizador deôntico volitivo)

Assim, a expectativa ou desejo expresso pelo modalizador refere-se ao ponto de vista segundo o qual os egressos devem desenvolver competências específicas nas determinadas áreas de atuação profissional em Medicina, apresentado sob a forma de uma voz coletiva e anônima. Com essa estratégia, o locutor direciona o interlocutor para compreender o enunciado como uma vontade ou desejo de que tal ação ocorra, que o egresso tenha tais competências, cabendo aos responsáveis pelo curso a responsabilidade de trabalhar ou buscar os meios para desenvolver essas competências e assim atenderem à expectativa.

4. 2. 7 Modalizador avaliativo

Trecho 14 – PPC 05 CNEG

Dentre os objetivos específicos do curso de Ciência de Dados para Negócios, destacam-se: [...]

II. Integrar o conhecimento necessário para o armazenamento, preparação, análise e comunicação dos dados, de modo a **melhorar** e dar suporte à tomada de decisão em empresas, governos e organizações sociais;

O trecho 14 - PPC 05 CNEG está situado na seção *Objetivo do curso* do PPC de Ciências de Dados para Negócios, na qual são apresentadas as concepções gerais e os objetivos do curso para o processo de formação profissional do corpo discente. O termo **melhorar** é um modalizador avaliativo, o qual, de acordo com Nascimento e Silva (2012), indica uma avaliação ou posicionamento do locutor sobre o conteúdo da proposição: no trecho, o verbo **melhorar** atua no segmento **melhorar e dar suporte à tomada de decisão em empresas, governos e organizações sociais**, expressando um ponto de vista do locutor sobre as tomadas de decisões em empresas, governos e organizações sociais, no sentido de expressar que essas decisões podem ser melhoradas e que esse é um objetivo do curso.

Ao utilizar esse modalizador, o locutor direciona o seu interlocutor para determinadas conclusões, a partir do seu ponto de vista sobre o conteúdo, segundo o qual as decisões e as iniciativas nas mais variadas instituições podem ser melhoradas, o que se subentende que se dará a partir da própria atuação dos formandos e demais atores do curso em questão.

Trecho 06 - PPC 03 ENG

O curso deverá dar condições a seus egressos para adquirir um perfil profissional compreendendo:

- 1) **Sólida** formação básica, com metodologia da investigação científica e os fundamentos científicos e tecnológicos da engenharia;

O trecho 06 - PPC 03 ENG pertence ao PPC do curso de Engenharia de Materiais, da seção *Perfil profissional*. O adjetivo **sólida** modaliza o segmento **Sólida formação básica**, e possui características do modalizador avaliativo, definido como “aquela (modalização) em que o locutor expressa um juízo de valor a respeito do conteúdo do enunciado, excetuando-se qualquer avaliação de caráter deontico e epistêmico” (Nascimento e Silva, 2012, p. 88). O locutor expressa uma avaliação sobre a formação profissional que o curso deve proporcionar ao aluno, qualificando-a como sólida.

Isso implica que a formação profissional oferecida pelo curso de Engenharia de Materiais deve ser bem fundamentada diante dos aspectos científicos e tecnológicos disponibilizados ao longo do curso, para a qual subentende-se que o curso disponha não só de docentes qualificados e de metodologias adequadas, como também de condições materiais. Com o uso do adjetivo **sólida**, o locutor evidencia o seu alto engajamento em relação ao conteúdo do enunciado, já que o uso do modalizador, no contexto em que se apresenta, revela uma avaliação positiva sobre a oferta da educação superior (como consistente e séria), orientando o seu interlocutor a ler e a compreender o enunciado dessa forma.

O referido modalizador ainda contribui para a instrução dada em todo o trecho, uma vez que reforça e orienta o tipo de formação esperada para o profissional formado: sólida, tanto nos aspectos metodológicos como de fundamentação, tanto no caráter científico como no tecnológico.

Trecho 24 - PPC 02 MED

O Curso de Medicina do CCM/UFPB tem por objetivo formar médicos capazes de atuar através de uma prática clínica **de excelência**, de modo ético, com responsabilidade social, **comprometidos** com a atuação sobre os determinantes sociais.

O trecho 24 - PPC 02 MED pertence à seção *Objetivos do curso* de graduação em Medicina, na qual o documento apresenta os objetivos almejados pelo curso na formação

profissional de médicos. Os termos **de excelência** e **comprometidos** são modalizadores avaliativos, pois, segundo Nascimento e Silva (2012), expressam uma avaliação ou um posicionamento do locutor sobre o conteúdo do enunciado. A expressão **de excelência** atua no segmento *formar médicos capazes de atuar através de uma prática clínica de excelência*; logo, o locutor apresenta uma avaliação sobre a atuação dos médicos na prática clínica, que deve ser de excelente qualidade. Diante das concepções apresentadas no PPC do curso de Medicina, espera-se que o médico desenvolva as competências e habilidades profissionais (as manobras e procedimentos médicos) relativas à área, como também que o médico seja ético e responsável com seus pacientes. Assim, a união de ambos os aspectos possibilita uma atuação médica de excelência. Já o adjetivo **comprometidos** atua no segmento *comprometidos com a atuação sobre os determinantes sociais*, no qual se revela um juízo de valor do locutor sobre o modo como os médicos devem atuar sobre os determinantes sociais: eles devem ser comprometidos e empenhados em suas funções e deveres como médicos. Assim, em razão de expressarem posicionamentos axiológicos sobre o fazer médico, os termos de excelência e comprometidos funcionam como modalizadores discursivos do tipo avaliativo, no trecho acima.

Trecho 21 - PPC 04 GAST

Ademais, buscar-se-á ofertar condições de ensino e de aprendizagem que o Bacharel em Gastronomia possa desenvolver as seguintes competências específicas: [...]

- Atuar com **ética**, **compromisso** e **responsabilidade social**, em consonância com normas e legislação vigentes.

O trecho 21 - PPC 04 GAST pertence à seção *Competências e habilidades profissionais* do curso de Gastronomia. Nessa seção, especificamente, o documento apresenta as competências e habilidades profissionais que os discentes devem desenvolver ao longo do curso. Os termos **ética**, **compromisso** e **responsabilidade social** possuem caráter da Modalização Avaliativa, pois seu uso “expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico” (Nascimento e Silva, 2012, p. 93), no enunciado em que aparecem. Os modalizadores **ética**, **compromisso** e **responsabilidade social** expressam uma avaliação sobre a atuação profissional do gastrônomo. Essa atuação deve ter como princípio a ética, isto é, deve-se agir de acordo com os valores morais propostos pela sociedade; além disso, o gastrônomo precisa ter compromisso com sua profissão, assumindo as obrigações e deveres atribuídos ao seu ofício. E, como um ser atuante

na sociedade, o gastrônomo precisa atuar com responsabilidade social, sendo consciente de suas ações e de como elas impactam a sociedade. Assim, os modalizadores destacados expressam um juízo de valor sobre como o gastrônomo deve atuar e sobre as competências que o bacharel deve apresentar, uma vez que os modalizadores surgem na seção de *Competências e habilidades profissionais*; logo, eles indicam uma expectativa e avaliação (ao mesmo tempo) de uma atuação profissional ideal, que deve ter como princípios: a ética, o compromisso e a responsabilidade social. Desse modo, o locutor orienta argumentativamente o interlocutor para compreender que um bom profissional precisa demonstrar essas condutas em sua atuação.

4. 2. 8 Modalizador delimitador

Trecho 33 - PPC 01 COMP

- reconhecer a importância do pensamento **computacional** no cotidiano e sua aplicação em circunstâncias apropriadas e em domínios diversos (CE-II);

O trecho 33 - PPC 01 COMP pertence à seção de *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Ciência da Computação. O adjetivo **computacional** possui características da Modalização Delimitadora, pois, segundo Nascimento e Silva (2012), ela impõe limites dentro dos quais devem ser considerados o conteúdo do enunciado. Logo, o modalizador **computacional** modaliza o termo *pensamento*, pois determina qual o tipo de pensamento cuja importância deve ser reconhecida, em especial, o pensamento computacional. Ao estabelecer esse limite dentro do enunciado, o locutor desconsidera qualquer outro tipo de pensamento, sendo ele de natureza crítica, filosófica, científica, dentre outras. Desse modo, o locutor direciona o interlocutor a considerar os limites estabelecidos no enunciado, no sentido de que o pensamento computacional (que está relacionado com a habilidade de solucionar problemas de forma prática e eficiente) deve ser valorizado nas práticas cotidianas.

Trecho 24 – PPC 06 HIST

Em encontro com as ações de projetos educacionais na formação dos graduandos e graduandas no âmbito da UFPB, cujo principal objetivo institucional é atender a sociedade no seu processo de formação **profissional**, o curso de História tem como objetivos para a sua licenciatura:

- Capacitar discentes para o exercício **profissional**, garantindo uma formação global e crítica; ·

O trecho 24 - PPC 06 HIST pertence ao curso de graduação em Licenciatura em História, localizado na seção de *Objetivos do curso* do PPC, que define os objetivos do curso para a formação profissional do corpo discente. O modalizador **profissional** atua no termo *formação*, como também no segmento *Capacitar discentes para o exercício* **profissional**, através do qual o locutor estabelece “limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo da proposição” (Nascimento e Silva, 2012, p. 89), o que permite classificar o termo **profissional** como um modalizador delimitador. Logo, o locutor delimita o tipo de formação e o tipo de exercício em que o corpo discente será capacitado, ambos os casos sendo de natureza profissional, desconsiderando, dessa forma, outro tipo de formação ou exercício em que esse estudante poderia ser capacitado no curso.

Como podemos observar nos excertos analisados, o adjetivo **profissional** adquire a função delimitadora, principalmente no gênero discursivo PPC, já que essa Modalização delimita o tipo de formação, capacitação, a atuação profissional, dentre outros. Assim, o locutor estabelece esse limite dentro do enunciado para o locutor considerá-lo e compreender a proposição dessa maneira.

Trecho 46 - PPC 02 MED

g) Atuar considerando as dimensões **da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural, ética** e demais aspectos que compõem o espectro da diversidade humana que singularizam cada pessoa ou cada grupo social;

O trecho 46 - PPC 02 MED foi extraído da seção de *Objetivos do curso* do PCC da graduação em Medicina. Os modalizadores **da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural, ética** atuam sobre o termo *dimensões*, delimitando-o; e, por isso, possuem características da Modalização Delimitadora. Contextualizando, o trecho selecionado apresenta um dos objetivos do curso de Medicina, no que se refere à atuação do profissional em diversas dimensões que compõem a diversidade humana e caracterizam os indivíduos e os grupos sociais. O locutor utiliza tais modalizadores para delimitar as dimensões nas quais o profissional de Medicina deve atuar, sendo este, portanto, um dos objetivos do curso: que o profissional atue nessas dimensões (e não em outras, necessariamente): biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural e ética. Ao delimitar as dimensões, o locutor não deixa margens para o interlocutor considerar outros tipos de aspectos, orientando-o ter em vista os limites estabelecidos para a compreensão do enunciado.

Trecho 10 - PPC 03 ENG

2) Formar engenheiros capazes de resolver problemas de engenharia aplicando conhecimentos básicos **de física, química, meio ambiente, economia, administração, gestão** e análise **de conjuntura econômica, política e social**;

O trecho 10 - PPC 03 ENG pertence à seção de *Objetivos do curso* do PPC de Engenharia de Materiais. Nesse caso, temos a ocorrência de modalizadores delimitadores, sendo eles: **de física, química, meio ambiente, economia, administração, gestão**, que modalizam o segmento *conhecimentos básicos*. Para contextualizar a situação, nesse trecho apresenta-se um dos objetivos do curso de Engenharia de Materiais, qual seja o da formação de engenheiros capazes de solucionar problemas da área de engenharia com a aplicação de determinados conhecimentos básicos e os setores de análise. Assim, o locutor delimita o conteúdo do enunciado em relação aos tipos de conhecimentos básicos, que contemplam as seguintes áreas do conhecimento: física, química, meio ambiente, economia, administração e gestão. Ainda nesse trecho, o locutor utiliza os modalizadores delimitadores **de conjuntura econômica, política e social** para delimitar os tipos de setores de análise essenciais, a saber: do âmbito econômico, político e social. Esses âmbitos também são considerados como importantes para a resolução de problemas da engenharia; assim, o locutor delimita esses âmbitos, desconsiderando qualquer outro tipo ou conjuntura.

4. 2. 9. 1 Coocorrência de modalizadores avaliativos

Trecho 16 - PPC 03 ENG

Sua prática profissional vai desde a atividade de rotina nas diferentes indústrias da cadeia produtiva dos materiais até o desenvolvimento de inovações em materiais, processos e produtos nas **mais diversificadas** áreas do conhecimento.

O trecho 16 - PPC 03 ENG pertence à seção *Campo de atuação profissional* do PPC do curso de Engenharia de Materiais. Os termos **mais** e **diversificadas** são modalizadores da categoria avaliativa, em que o advérbio **mais** acentua o sentido do adjetivo **diversificadas**, caracterizando um fenômeno de coocorrência de modalizadores. Nesse trecho, é apresentada uma das áreas de atuação do engenheiro, desde a atividade de rotina em indústrias de cadeia produtiva, estendendo-se até o desenvolvimento de materiais e de produtos em distintas áreas

do conhecimento. Assim, o locutor expressa um posicionamento sobre as áreas do conhecimento, considerando-as como diversificadas; em outras palavras, as áreas do conhecimento são variadas e distintas. Porém, com o modalizador **mais** exercendo uma função de acentuação do modalizador **diversificadas**, ele atinge um grau máximo na escala argumentativa. Logo, a avaliação feita sobre as áreas do conhecimento é potencializada e adquire uma força argumentativa, orientando discursivamente o interlocutor a ler e a compreender o enunciado de tal maneira, isto é, que de fato há uma grande diversidade de áreas do conhecimento para o desenvolvimento de materiais e produtos.

Trecho 64 - PPC 02 MED

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o **máximo de zelo**, com melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

O trecho 64 - PPC 02 MED foi extraído da seção *Campo profissional* do PPC do curso de Medicina. A coocorrência de modalizadores se dá através dos termos **máximo** e **de zelo**, que possuem características da Modalização Avaliativa. Nesse trecho, os modalizadores revelam um posicionamento sobre a atuação médica em relação à saúde do ser humano e das coletividades humanas, e essa atuação deve ser realizada com o máximo zelo por parte do profissional. Essa avaliação recai justamente sobre o modo de atuação do médico; além de ele ter que apresentar as competências e habilidades profissionais necessárias para a execução dos procedimentos médicos, o profissional também deve ter o **máximo de zelo**, quer dizer, cuidado e responsabilidade com seus pacientes. O modalizador **máximo** acentua o sentido da expressão **de zelo**, levando-o ao grau máximo de argumentatividade. Logo, o médico precisa demonstrar, em sua atuação profissional, cuidado com seus pacientes, porém com o modalizador **máximo** acentuando o modalizador **de zelo**, manifestando assim tratar-se de um cuidado maior, de uma atenção maior. Com a ocorrência dos modalizadores destacados, temos um caso de concorrência de modalizadores avaliativos, no qual **máximo** acentua o sentido do modalizador **de zelo**.

Trecho 29 – PPC 05 CNEG

7. Aprendizagem de Máquinas - Esta é uma área cujo conhecimento vem sendo cada vez **mais demandado** por empresas e governos.

O trecho 29 – PPC 05 CNEG foi extraído da seção *Campos de atuação profissional* do PPC do curso de Ciências de Dados para Negócios. Aqui temos um caso de coocorrência de modalizadores avaliativos **mais** e **demandado**. O modalizador **mais** acentua o efeito de sentido do modalizador **demandado**, elevando seu grau de sentido na escala argumentativa. Através desses modalizadores, o locutor apresenta um juízo de valor sobre o conteúdo do enunciado, ou seja, sobre a área de atuação profissional no âmbito da Aprendizagem de Máquinas, que, segundo o locutor, possui uma grande e crescente demanda nas empresas e governos. Além do modalizador **demandado** possuir uma função avaliativa, ele possui uma dupla função modal, atuando também como deôntico volitivo, uma vez que a própria semântica do verbo demandar expressa um pedido, solicitação ou necessidade direcionada a algo ou a alguém; no caso em específico, uma demanda por parte das empresas e governos por profissionais habilitados na área de Aprendizagem de Máquinas, a qual é direcionada às instituições de ensino que formam ou qualificam esses profissionais.

4. 2. 9. 2 Coocorrência dos modalizadores deôntico de obrigatoriedade com epistêmico asseverativo

Trecho 65 - PPC 02 MED

V - Elaboração e Implementação de Planos Terapêuticos: [...]

d) Estabelecer um pacto sobre as ações de cuidado, promovendo a participação de outros profissionais, **sempre que necessário**;

O trecho 65 - PPC 02 MED foi recortado da seção *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Medicina. Em destaque, temos um caso de coocorrência de modalizador deôntico de obrigatoriedade (**que necessário**) com epistêmico asseverativo (**sempre**). A noção de obrigatoriedade recai sobre a participação de outros profissionais de especialidades distintas nas ações de cuidado, quando houver a necessidade dessa integração. Contudo, o modalizador epistêmico asseverativo **sempre** possui o seu sentido atenuado por causa da expressão **que necessário**, porque a participação desses profissionais nas ações não

ocorrerá sempre, e sim apenas quando for necessária a inserção de especialistas, em distintas áreas de conhecimento, que contribuam com a elaboração e a execução das ações de cuidado.

Assim, os modalizadores **sempre** e **que necessário** são utilizados de maneira estratégica para gerar o efeito de sentido almejado, isto é, orientar discursivamente o interlocutor a compreender o enunciado como algo que ocorre (ou deve ocorrer) sempre; no entanto, em razão do modalizador deôntico (que necessário), há uma atenuação no sentido do modalizador epistêmico asseverativo, indicando uma necessidade da participação de profissionais especialistas somente quando for necessário.

Além disso, o modalizador **que necessário** possui uma dupla função modal: deôntico de obrigatoriedade e delimitador. Como foi discutido anteriormente, o modalizador **que necessário** possui a função de obrigatoriedade, pois indica a necessidade de integração de profissionais especialistas nas ações de cuidado. Porém, ao mesmo tempo em que ele apresenta essa necessidade, também exprime uma delimitação. Dessa forma, **que necessário** estabelece limites de quando essa integração médica ocorrerá, ou seja, quando for preciso. Assim, o locutor deve descartar a possibilidade dessa integração acontecer em outros momentos, em que não seja necessária.

4. 2. 9. 3 Coocorrência dos modalizadores epistêmico asseverativo com avaliativo

Trecho 67 - PPC 02 MED

Gestão em saúde [...]

n) Utilizar resultados de avaliações para promover ajustes e novas ações, sendo capaz de manter os planos **permanentemente atualizados** e o trabalho em saúde em **constante aprimoramento**.

O trecho 67 - PPC 02 MED pertence à seção *Competências e habilidades profissionais* do PCC do curso de Medicina. Nesse caso, temos duas coocorrências de modalizadores com as mesmas classificações: os modalizadores epistêmicos asseverativos com dupla função modal delimitadora (**permanentemente** e **constante**) com os modalizadores avaliativos (**atualizados** e **aprimoramento**). A princípio, o modalizador **permanentemente** acentua o sentido do modalizador avaliativo **atualizados**, pois expressa uma noção de certeza e ao mesmo tempo delimita a periodicidade de os planos serem atualizados, isto é, de modo permanente, e consequentemente o locutor se compromete com o dito devido à Modalização Epistêmica. Por sua vez, o modalizador **atualizados** imprime um juízo de valor sobre os planos de ação, que

devem se manter atualizados. Dessa forma, a avaliação feita pelo locutor ganha força argumentativa, justamente pelo fato de o modalizador epistêmico asseverativo e delimitador **permanentemente** acentuar o sentido do modalizador avaliativo **atualizados**.

Caso semelhante ocorre com a coocorrência do modalizador **constante**, epistêmico asseverativo que também acumula a função delimitadora (dupla função modal), com o modalizador avaliativo **aprimoramento**. O modalizador **constante** acentua o sentido do modalizador **aprimoramento**, o qual emite o ponto de vista segundo o qual o trabalho na saúde deve ser ou estar em aprimoramento, ou seja, em atualização. Esse aprimoramento ou atualização, por sua vez, deve ser constante, ou seja, deve acontecer sempre e frequentemente. Assim, o termo **constante** não somente delimita como se deve dar o aprimoramento do trabalho de saúde, como também traz a noção de certeza para o enunciado (é certo que esse aprimoramento deve ocorrer), o que permite acentuar o grau de sentido do modalizador sobre o qual atua. Logo, o modalizador **aprimoramento** ganha força argumentativa, e expressa uma avaliação sobre o trabalho realizado em saúde, que está (ou deve estar) melhorando a cada dia, ou seja, encontra-se em constante aprimoramento. Portanto, nesse trecho, temos casos de coocorrência de modalizadores epistêmicos asseverativos com modalizadores avaliativos.

4. 2. 9. 4 Coocorrência dos modalizadores avaliativo com epistêmico quase-asseverativo

Trecho 68 – PPC 02 MED

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas:

a) Estabelecer hipóteses diagnósticas **mais prováveis**, relacionando os dados da história, exame físico e outros exames clínicos;

O trecho 68 - PPC 02 MED foi extraído da seção *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Medicina. Aqui, temos o fenômeno da coocorrência do modalizador avaliativo **mais** e do modalizador epistêmico quase-asseverativo **prováveis**. Nesse excerto, a Modalização Epistêmica Quase-Asseverativa indica probabilidade, algo quase-certo ou verdadeiro; assim, o locutor não se compromete com o dito, pois este expressa algo que possivelmente aconteça ou não. O escopo do modalizador é o sintagma nominal *hipóteses diagnósticas*, e, nesse sentido, exprime que há hipóteses diagnósticas que são prováveis de acontecer, as quais compete ao médico estabelecer. O modalizador **prováveis**, por sua vez, é

acentuado pelo modalizador avaliativo **mais**, o qual intensifica o sentido de probabilidade, aproximando-o na noção de certeza. Ainda assim, permanece o sentido de quase-asseveração, o que isenta o locutor de quaisquer responsabilidades pelo dito. O uso de tal fenômeno é importante, no sentido de expressar no enunciado que uma das competências do médico é estabelecer diagnósticos os mais precisos possíveis, considerando que nem sempre a precisão e a certeza no diagnóstico serão alcançados.

4. 2. 10. 1 Modalizador com dupla função: deôntico de possibilidade e avaliativo

Trecho 07 - PPC 01 COMP

Os profissionais formados no Curso de Bacharelado em Ciência da Computação do Campus I da UFPB – Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – estão **aptos** a exercer atividades profissionais majoritariamente nos seguintes campos de atuação:

Desenvolvimento de Aplicações e de Infraestruturas: [...]

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação: [...]

Ensino e Pesquisa: [...]

Empreendedorismo: [...]

O trecho 07 - PPC 01 COMP foi recortado do PPC do curso de Ciência da Computação, da seção intitulada *Campo de atuação profissional*. Nesse trecho, temos um caso de um único modalizador que possui uma dupla função modal; assim, o adjetivo **aptos** constitui um modalizador deôntico de possibilidade e avaliativo, ao mesmo tempo. Inicialmente, o modalizador **aptos** expressa o conteúdo do enunciado como algo facultativo, isto é, é facultado que o graduado em Ciência da Computação possa atuar nos campos profissionais, que são: Desenvolvimento de Aplicações e de Infraestruturas, Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Ensino e Pesquisa e Empreendedorismo.

Esse modalizador adquire a classificação de deôntico de possibilidade, por justamente aparecer na seção *Campo de atuação profissional*, na qual o PPC descreve as áreas ou setores profissionais em que os graduados podem atuar, de acordo com as Resoluções ou Leis que regulamentam o curso. Consequentemente, ao mesmo tempo em que o locutor apresenta as possíveis áreas de atuação como algo facultativo, ele expressa um juízo de valor sobre o egresso que está apto, ou seja, capacitado para exercer profissionalmente seu ofício em determinadas áreas. Essa avaliação indica que o locutor considera que o egresso está preparado para atuar

profissionalmente, de acordo com as condições estabelecidas pelo setor. Desse modo, o adjetivo **aptos** exerce a função de expressar uma permissão ou algo facultativo, como também possui a função avaliativa.

4. 2. 10. 2 Modalizador com dupla função: avaliativo e delimitador

Trecho 15 - PPC 03 ENG

Esse profissional pesquisa, aperfeiçoa produtos e aplicações, tanto para **novos** materiais como para produtos já existentes.

O trecho 07 - PPC 01 ENG foi extraído do PPC do curso de Engenharia de Materiais, da seção *Campo de atuação profissional*. O modalizador **novos** possui uma dupla função modal: avaliação e delimitação. A noção de avaliação expressa pelo modalizador **novos** recai sobre o termo *materiais*, pois indica um juízo de valor sobre os materiais que são novos, no sentido de serem recém-descobertos e pouco conhecidos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Logo, esse juízo de valor revela o posicionamento do locutor em relação a esses materiais recentes, sobre os quais o graduado em Engenharia de Materiais precisa pesquisar, aprimorar e aplicar os produtos. Simultaneamente, o locutor também estabelece limites dentro do enunciado que devem ser considerados pelo interlocutor para a compreensão do conteúdo. Desse modo, o locutor delimita o estado ou o tipo desses materiais, considerando-os como novos ou recém-descobertos, descartando outra possibilidade de tipos ou estados de materiais, como, por exemplo, obsoletos ou em desuso. Portanto, o adjetivo **novos** possui a função do modalizador avaliativo, e ao mesmo tempo a função do modalizador delimitador.

Trecho 21 - PPC 04 GAST

Ademais, buscar-se-á ofertar condições de ensino e de aprendizagem para que o Bacharel em Gastronomia possa desenvolver as seguintes competências específicas:

- Administrar empreendimentos gastronômicos: aplicando o planejamento, a organização e o controle das atividades relacionadas ao preparo de alimentos e bebidas em unidades de produção, valorizando **aspectos socioculturais e ambientais** de acordo com os princípios da segurança alimentar;

O trecho 21 - PPC 04 GAST pertence à seção de *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Gastronomia. Inicialmente, a expressão **aspectos socioculturais e ambientais** atua como um modalizador avaliativo, uma vez que imprime uma avaliação sobre o conteúdo da proposição. Para contextualizar o trecho selecionado, nele é apresentada uma das competências ou habilidades do gastrônomo em administrar empreendimentos gastronômicos, que está relacionado ao planejamento, organização, questões de preparo de alimentos e bebidas nos locais de produção, sendo exigidos alguns cuidados para se garantir a segurança alimentar. Desse modo, a avaliação recai sobre essas questões fundamentais na administração gastronômica, que são: os aspectos socioculturais e ambientais; como o nome já diz, são os aspectos que estão relacionados com as questões sociais e culturais do local ou região, como também com as questões que envolvem o meio ambiente. Conforme o locutor apresenta a avaliação, ele também estabelece limites dentro do conteúdo enunciado. Ao considerar os aspectos socioculturais e ambientais como pontos fundamentais no setor gastronômico, o locutor desconsidera qualquer outro tipo ou natureza de aspectos na culinária. Portanto, o mobilizador **aspectos sociais e ambientais** exerce uma dupla função no enunciado: de avaliação e delimitação.

Trecho 51 - PPC 02 MED

I - Realização da História Clínica: [...]

i) Registrar os dados relevantes da anamnese no prontuário **de forma clara e legível**.

O trecho 51 - PPC 02 MED pertence à seção de *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Medicina. Esse trecho refere-se a uma das competências profissionais referentes à realização da história clínica, e aqui aborda o registro de dados importantes da anamnese no prontuário do paciente. Inicialmente, o modalizador **de forma clara e legível** expressa uma avaliação sobre a forma do registro no prontuário, exprimindo que os dados devem ser feitos de maneira clara e legível, com o fim de permitir sua compreensão por parte de eventuais leitores ou usuários do prontuário. Assim, se revela o posicionamento do locutor em relação à maneira como o registro das informações clínicas deve ser feita. Com essa avaliação, o locutor também delimita o conteúdo da proposição, descartando ou rechaçando outras possibilidades de continuação do enunciado. Em outras palavras, o locutor delimita o

modo de preenchimento ou de registro dos dados da anamnese no prontuário, que deve ser realizado de forma compreensível e nítida. Desse modo, o locutor descarta outro modo de registro no prontuário, como, por exemplo, dados registrados de forma confusa, incoerente e incompreensível. Logo, o mobilizador **de forma clara e legível** exerce ao mesmo tempo uma dupla função modal, sendo elas: avaliativa e delimitadora.

Trecho 10 - PPC 01 COMP

O Curso de Ciência da Computação tem como objetivo formar profissionais capazes de contribuir com o avanço da ciência da computação e suas aplicações na compreensão e no atendimento às necessidades da sociedade, com atuação **de forma ética, proativa, empreendedora e inovadora** a partir do cultivo do pensamento crítico frente ao mundo contemporâneo globalizado e à própria profissão.

O trecho 10 - PPC 01 COMP pertence à seção intitulada *Objetivos do curso* do PPC da graduação em Ciência da Computação. A expressão **de forma ética, proativa, empreendedora e inovadora** atua como modalizador com dupla função modal, sendo elas: avaliativa e delimitadora. Contextualizando um trecho, ele se refere aos objetivos do curso na formação profissional do discente. Os modalizadores destacados expressam uma avaliação ou uma expectativa sobre a atuação profissional do graduado em Ciência da Computação, na qual espera-se que o graduado tenha como princípios em sua atuação a ética, como também tenha uma postura proativa, empreendedora e inovadora. Sendo assim, o locutor revela uma expectativa de que o discente, ao fim do curso, demonstre esses atributos em seu exercício profissional. Ao mesmo tempo em que o locutor imprime sua expectativa, ele também impõe limites dentro do conteúdo do enunciado, ou seja, estabelece que a atuação profissional seja realizada de forma ética, proativa, empreendedora e inovadora, excluindo outros princípios ou atributos no exercício profissional do graduado em Ciência da Computação. Desse modo, o locutor orienta discursivamente o seu interlocutor através dos mobilizadores com dupla função, pois, ao mesmo tempo em que ele apresenta uma expectativa sobre o exercício profissional do egresso, ele também delimita os termos que devem ser considerados na compreensão geral do enunciado. Portanto, os modalizadores **de forma ética, proativa, empreendedora e inovadora** possuem uma dupla função, de avaliar e delimitar o conteúdo do enunciado.

4. 2. 10. 3 Modalizador com dupla função: epistêmico asseverativo e avaliativo

Trecho 18 - PPC 01 COMP

- reconhecer a importância do pensamento computacional no cotidiano e sua aplicação em circunstâncias **apropriadas** e em domínios diversos (CE-II);

O trecho 18 - PPC 01 COMP foi extraído da seção intitulada *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Ciência da Computação. O adjetivo **apropriadas** exerce a função de um modalizador discursivo da categoria epistêmica asseverativa, como também da categoria dos modalizadores avaliativos, configurando-se como um caso de modalizador que possui uma dupla função modal. O adjetivo **apropriadas** expressa um juízo de valor sobre o conteúdo do enunciado, em especial sobre as circunstâncias adequadas para a aplicação do pensamento computacional. Desse modo, a avaliação recai sobre as circunstâncias ou momentos considerados como ideais ou adequados para o uso do pensamento computacional. Simultaneamente, o locutor imprime uma noção de conhecimento sobre o conteúdo da proposição, definindo-o como algo certo, isto é, em que de fato há circunstâncias que são certas, adequadas para determinados fins. Ao apresentar essa afirmação, o locutor se compromete com o dito, uma vez que assegura a veracidade das circunstâncias ou dos momentos tidos como ideais para o uso do pensamento computacional. Logo, com o emprego do modalizador **apropriadas**, o locutor apresenta tanto a noção de certeza como um valor axiológico, ao mesmo tempo, sobre os fatos descritos no enunciado.

Trecho 19 - PPC 01 COMP

- especificar, projetar, implementar, manter e avaliar sistemas de computação, empregando teorias, práticas e ferramentas **adequadas** (CE-V);

O trecho 19 - PPC 01 COMP pertence à seção intitulada *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Ciência da Computação. Aqui, temos um caso de um único modalizador apresentar uma dupla função modal, ou seja, o adjetivo **adequadas** possui característica do modalizador epistêmico asseverativo e do avaliativo. Inicialmente, o modalizador **adequadas** expressa uma avaliação sobre as ferramentas, considerando-as como apropriadas e essenciais. Essas ferramentas são ideais para os sistemas de computação,

principalmente para a sua elaboração e manutenção; logo, o locutor considera as ferramentas como fundamentais e adequadas para a realização dessas ações. Da mesma forma que o locutor revela o seu posicionamento, ele expressa uma avaliação com noção de conhecimento sobre as ferramentas, expressando que há ferramentas que são certas, nos sistemas computacionais. Consequentemente, o locutor se compromete com o dito, uma vez que afirma que há ferramentas que são apropriadas para o uso nos sistemas de computação. Simultaneamente, o modalizador **adequadas** exerce uma dupla função modal, sendo elas: avaliativa, imprimindo um ponto de vista; e asseverativa, expressando a noção de certeza.

Trecho 32 - PPC 02 MED

II- Realização do Exame Físico: [...]

c) Atuar com postura ética, respeitosa e destreza técnica na inspeção, apalpação, ausculta e percussão, com **precisão** na aplicação das manobras e procedimentos do exame físico geral e específico;

O trecho 32 - PPC 02 MED foi extraído do PPC do curso de Medicina, da seção *Competências e habilidades profissionais*. O termo **precisão** possui uma dupla função modal, a de caráter avaliativo e, ao mesmo tempo, a de caráter de verdade ou conhecimento. O modalizador **precisão** expressa um ponto de vista sobre a execução da aplicação de manobras e procedimentos do exame físico geral e específico, execução essa que deve ser realizada com precisão, ou seja, de forma precisa (exata e certa). Assim, a avaliação recai sobre o modo da execução das manobras e procedimentos, que precisam ser feitas com a maior perfeição possível, ou seja, sem falhas. O locutor revela o seu ponto de vista sobre a forma com que devem ser realizados os procedimentos e manobras médicas, orientando o seu interlocutor a compreender dessa forma. Ao mesmo tempo em que o locutor avalia, ele também expressa uma noção de conhecimento ou de verdade sobre a execução dessas manobras, apresentando que há uma forma certa, verdadeira, de atuar nas manobras e procedimentos clínicos. Logo, o locutor se responsabiliza pelo dito, já que ele indica que há um modo certo ou verdadeiro de aplicação desses procedimentos médicos. Portanto, o modalizador **precisão** exerce uma dupla função modal no enunciado, pertencendo tanto à categoria da Modalização Epistêmica Asseverativa quanto da Modalização Avaliativa.

Trecho 36 - PPC 02 MED

VI - Acompanhamento e Avaliação de Planos Terapêuticos:

a) Acompanhar e avaliar a **efetividade** das intervenções realizadas, considerando, também, as avaliações da pessoa sob cuidados, ou do seu responsável, com relação aos resultados obtidos, analisando dificuldades e valorizando conquistas; [...]

O trecho 36 - PPC 02 MED foi recortado da sessão *Competências e habilidades profissionais* do PPC do curso de Medicina. O modalizador **efetividade** atua no segmento *intervenções realizadas*, e ele possui uma dupla função modal, a saber: Modalização Avaliativa e Modalização Epistêmica Asseverativa. O modalizador **efetividade** expressa um juízo de valor sobre as intervenções realizadas nos procedimentos médicos, avaliação que está relacionada à efetividade dessas intervenções; para ser considerada como tal, as intervenções precisam surtir os efeitos estimados no quadro clínico dos pacientes, em outras palavras, elas devem ser eficazes e certas. Ao mesmo tempo em que o locutor expressa uma avaliação, ele também apresenta o conteúdo do enunciado como algo certo e verdadeiro. Ou seja, o locutor considera que a eficiência das intervenções realizadas deve se concretizar de forma certa, verdadeira, podendo ser comprovada através do acompanhamento e avaliação do médico. Logo, o locutor demonstra esse conhecimento a respeito da eficácia das intervenções realizadas nos pacientes, e se compromete totalmente com o dito. Assim, o modalizador **efetividade** expressa, simultaneamente, uma dupla função modal, uma vez que ele traz em sua significação, no enunciado, tanto a noção de certeza, valor asseverativo, como a noção axiológica de eficácia, caráter avaliativo.

4. 2. 10. 4 Modalizador com dupla função: avaliativo e epistêmico habilitativo

Trecho 01 - PPC 03 ENG

2) Formar engenheiros **capazes** de resolver problemas de engenharia aplicando conhecimentos básicos de física, química, meio ambiente, economia, administração, gestão e análise de conjuntura econômica, política e social;

O trecho 01 - PPC 03 ENG pertence à seção *Objetivos do curso* da graduação em Engenharia de Materiais. O modalizador **capazes** desempenha uma dupla função modal no conteúdo do enunciado, com caráter da Modalização Avaliativa e da Modalização Epistêmica

Habilitativa, ao mesmo tempo. O modalizador **capazes** expressa uma noção de conhecimento sobre a capacidade dos engenheiros, após a conclusão do curso, em realizar determinadas ações, como, por exemplo, a resolução de problemáticas da engenharia por meio de conhecimentos fundamentais do âmbito da física, química, meio ambiente, economia, dentre outros. Ao mesmo tempo em que o modalizador indica a noção de conhecimento, ele também expressa uma avaliação sobre a atuação dos futuros engenheiros, que possuem qualidades e competências necessárias para o desempenho das ações esperadas. Assim, o locutor apresenta um ponto de vista sobre as habilidades do egresso, considerando-as como pertinentes para o exercício da profissão. Logo, o modalizador **capazes** indica uma noção de conhecimento, voltada para a capacidade, e simultaneamente apresenta um ponto de vista sobre a atuação dos engenheiros em realizar certas ações.

Trecho 01 - PPC 04 GAST

O objetivo do curso é formar Bacharéis em Gastronomia **aptos** a gerenciar processos e pessoas em diferentes setores e segmentos públicos e privados, interligados com ações gastronômicas e alimentares.

O trecho 01 - PPC 04 GAST foi extraído do PPC do curso de Gastronomia, da seção *Objetivos do curso*. O modalizador **aptos** expressa uma avaliação sobre a capacidade de alguém em realizar o conteúdo do enunciado; nesse caso, recai sobre os bacharéis em Gastronomia a responsabilidade de estarem habilitados para gerenciar processos e pessoas, tanto em setores públicos quanto em setores privados, que estejam relacionados com ações do setor gastronômico. Assim, os bacharéis em Gastronomia conseguem realizar essas ações, pois possuem os conhecimentos exigidos para tanto. Mas o modalizador **aptos** também indica um ponto de vista do locutor sobre os gastrônomos, considerando-os habilitados ou capacitados, ou seja, competentes e em condições de exercer sua profissão no setor culinário, gerenciando desde processos próprios da área até recursos humanos. O locutor revela o seu posicionamento a respeito da atuação do gastrônomo, e orienta o interlocutor a compreender e aderir ao seu ponto de vista. Portanto, o modalizador **aptos** possui uma dupla função modal, com características da Modalização Epistêmica Habilitativa e da Modalização Avaliativa.

4. 2. 10. 5 Modalizador com dupla função: delimitador e epistêmico asseverativo

Trecho 60 - PPC 02 MED

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação **de qualquer natureza**.

O trecho 60 - PPC 02 MED foi extraído do PPC do curso de Medicina, da seção *Campo profissional*. O modalizador **de qualquer natureza** expressa uma delimitação dentro do enunciado; ao contrário de outros casos, esse modalizador não especifica o tipo ou a natureza da discriminação mencionada no trecho. Porém, a delimitação ocorre pelo fato de o locutor apresentar os termos que devem ser considerados para a compreensão da proposição, isto é, que o médico atue sem nenhuma discriminação, seja ela de qualquer tipo ou natureza. Logo, os limites são estabelecidos pelo locutor quando este se refere a todos os tipos de discriminação, que não são tolerados no exercício profissional do médico. Simultaneamente, assim que o locutor impõe os limites dentro do enunciado, ele também imprime uma noção de certeza, na forma negativa, uma vez que expressa que não são possíveis ou permitidos, em nenhuma circunstância, os atos de discriminação, por parte do profissional de Medicina. A noção de certeza, na forma negativa, está presente no enunciado através da expressão **de qualquer natureza**, que nega a possibilidade total da discriminação. Assim, o modalizador **de qualquer natureza** expressa, ao mesmo tempo, a função de delimitar característica da Modalização Delimitadora, e exerce a função avaliativa com noção de certeza, referente à Modalização Epistêmica Asseverativa.

4.3 Resultados da pesquisa

Apresentamos os resultados da pesquisa referentes às ocorrências da Modalização Discursiva no gênero Projeto Pedagógico de Curso. Aqui, discutiremos sobre os modalizadores mais recorrentes no *corpus*, considerando os efeitos de sentido gerados por eles nos enunciados em que aparecem, as relações dos modalizadores com a função sociodiscursiva do gênero, dentre outros aspectos. Para auxiliar na compreensão da pesquisa, elaboramos dois quadros sobre os modalizadores e seus tipos, com a quantidade das ocorrências em cada PPC, a seguir:

Quadro 04: A ocorrência dos modalizadores no gênero PPC

TIPOS DE MODALIZADORES	PPC 01	PPC 02	PPC 03	PPC 04	PPC 05	PPC 06	TOTAL
E. asseverativo	0	2	0	0	0	0	2
E. quase-asseverativo	2	3	0	0	0	0	5
E. habilitativo	2	3	0	2	0	0	7
D. de obrigatoriedade	42	77	1	22	2	9	153
D. de proibição	0	0	0	0	0	0	0
D. de possibilidade	6	6	1	8	6	4	31
D. volitivo	0	2	1	1	1	4	9
Avaliativo	16	75	22	22	34	31	200
Delimitador	31	89	30	37	42	81	310
Coocorrência de avaliativos	0	2	2	0	7	0	11
Coocorrência D. de obrigatoriedade + Epistêmico asseverativo	0	2	0	0	0	0	2
Coocorrência E. asseverativo + avaliativo	0	2	0	0	0	0	2
Coocorrência E. quase-asseverativo + avaliativo	0	1	0	0	0	0	1

Fonte: Dados de nossa pesquisa.

O segundo quadro refere-se aos modalizadores que possuem uma dupla função modal no enunciado. Por questões metodológicas, optamos por elaborar um quadro específico para esse fenômeno, seguindo os mesmos critérios de elaboração do primeiro quadro, isto é, com os tipos dos modalizadores com dupla função e a quantidade das ocorrências em cada documento, conforme segue:

Quadro 05: Os modalizadores com dupla função modal no gênero PPC

MODALIZADORES COM DUPLA FUNÇÃO MODAL	OCORRÊNCIAS						
	PPC 01	PPC 02	PPC 03	PPC 04	PPC 05	PPC 06	TOTAL
Deôntico de possibilidade + Avaliativo	1	0	0	0	0	0	1
Avaliativo + Delimitador	17	38	14	10	10	25	114
E. asseverativo + Avaliativo	2	6	0	0	3	3	14
Avaliativo + Epistêmico Habilitativo	1	1	2	4	3	4	15
Delimitador + Epistêmico Asseverativo	0	1	0	0	0	0	1
Avaliativo + Deôntico volitivo	0	0	0	0	1	0	1
Deôntico de Obrigatoriedade + Delimitador	0	1	0	0	0	0	1

Fonte: Dados de nossa pesquisa.

De acordo com os quadros 01 e 02, alguns tipos de modalizadores sobressaíram-se em nosso *corpus*, sendo eles: delimitador, deôntico de obrigatoriedade, avaliativo e deôntico de possibilidade. Com relação ao quadro 01, no total catalogamos 733 ocorrências dos variados tipos de modalizadores. O modalizador delimitador ocupa o primeiro lugar, com 310 ocorrências no *corpus* analisado. Como já sabemos, a Modalização Delimitadora é utilizada para estabelecer limites dentro do enunciado, e, em nossa pesquisa, ela surgia para delimitar o conteúdo dos enunciados, rechaçando as demais possibilidades de continuação do enunciado. Por exemplo, na seção *Objetivos do curso*, surgiam modalizadores que delimitavam ou especificavam o tipo da formação acadêmica proposta pela graduação; na seção *Campo de atuação profissional*, os modalizadores delimitadores expressavam uma delimitação sobre as áreas de atuação específicas de cada curso.

O ponto central da discussão aponta para o fato de que a Modalização Delimitadora não se concentra em apenas uma seção do PPC, mas ela está presente em todo o documento. Uma das explicações possíveis para tal acontecimento é a de que o PPC apresenta as questões referentes a um curso específico, e, dependendo da área do conhecimento a que o documento pertence, serão utilizados termos ou nomenclaturas próprias da área. Os modalizadores

delimitadores mais frequentes em nosso *corpus* foram: *públicas e privadas, generalista, técnicos, multidisciplinar, profissional, científicos*, dentre outros.

A segunda Modalização que mais se destacou em nossa pesquisa foi a avaliativa, com 200 ocorrências. A Modalização Avaliativa expressa um juízo de valor ou posicionamento axiológico sobre o conteúdo do enunciado, e, nos documentos analisados, o locutor apresentava o seu posicionamento ou expectativas sobre variados aspectos que compõem o PPC, entre eles as avaliações sobre os objetivos do curso, o perfil profissional almejado pela graduação, incluindo atributos éticos e morais e ações próprias da área da graduação, as características do campo de atuação profissional, dentre outros.

A Modalização Avaliativa apareceu em todas as seções do PCC; sendo assim, não foi possível mapear uma seção em que a Modalização surgisse com maior frequência. A maioria dos modalizadores indicavam um juízo de valor, e em alguns casos expressavam uma expectativa por parte do locutor em relação às informações referentes ao curso de graduação. Podemos observar, por exemplo, o caso do Trecho 21 - PPC 04, no qual os modalizadores *ética, compromisso e responsabilidade social* imprimem uma avaliação e uma expectativa (simultaneamente) sobre a atuação profissional ideal, que deve tomar como base os princípios da ética, do compromisso e da responsabilidade social. Logo, os modalizadores expressam um juízo de valor sobre como o egresso deve exercer a sua profissão, como também acerca das competências que deve apresentar. Dentre os modalizadores mais frequentes da Modalização Avaliativa, destacamos: *consciente, criticamente, fundamental, autônomo, reflexiva, principais, diferentes, novas, contínuas*, dentre outros.

A Modalização Deontica de Obrigatoriedade obteve 153 ocorrências, ocupando o terceiro lugar da Modalização mais frequente em nosso *corpus*. Geralmente, essa Modalização expressa uma noção de obrigação ou de instrução no conteúdo do enunciado, em nosso *corpus*. Os modalizadores dessa categoria surgiram, de maneira concentrada, na seção *Competências e habilidades profissionais*, através do uso da forma verbal no infinitivo; esses modalizadores são utilizados pelo locutor para instruir os docentes e demais responsáveis pela formação pedagógica no âmbito do curso sobre as habilidades que devem ser desenvolvidas nos discentes. O uso do verbo no infinitivo apresenta o conteúdo da proposição como algo que precisa acontecer, constituindo assim uma orientação ao interlocutor, que são os docentes e agentes pedagógicos, orientando o que é necessário para ser ensinado, executado ou cumprido.

Correlacionando o elemento linguístico, o uso do verbo no infinito, com as características textuais do gênero PPC, em especial na seção *Competências e habilidades profissionais*, podemos afirmar que tal uso desempenha uma função instrutiva e obrigatória,

uma vez que a seção supracitada é utilizada com o intuito de orientar ou direcionar os docentes e os agentes pedagógicos no seu fazer educacional, no sentido de promover o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais que o corpo discente precisa adquirir no decorrer da graduação. Logo, as formas verbais no infinitivo, na seção supracitada, podem ser consideradas como modalizadores deônticos de obrigatoriedade, pois esses elementos exercem no enunciado a função de instrução ou de obrigação.

Em nossa pesquisa também apareceram modalizadores deônticos de obrigatoriedade prototípicos, como por exemplo os modalizadores *deveria* e *necessário*. Foram catalogadas poucas ocorrências desse tipo em nosso *corpus*, constituindo uma quantidade bem inferior diante do uso dos verbos no infinitivo. Dentre esses, podemos destacar os seguintes modalizadores mais utilizados nos enunciados: *compreender*, *identificar*, *avaliar*, *resolver*, *conhecer*, *atuar*, *exercer*, *desenvolver*, *utilizar*, *elaborar*, entre outros.

A Modalização Deôntica de Possibilidade teve 31 ocorrências. Essa Modalização expressa que algo é facultativo ou cede a permissão para algo aconteça. Esse fenômeno surgiu com bastante frequência na seção *Campo de atuação profissional*, a qual apresenta as áreas, campos ou setores em que o egresso pode atuar profissionalmente. No *corpus*, a Modalização Deôntica de Possibilidade atua cedendo uma permissão aos graduados para exercer a sua profissão, assegurada por Leis ou Resoluções Normativas que regulamentam o curso em questão. Em outros casos, a Modalização supracitada apresenta as áreas de atuação profissional como opções; em outras palavras, como algo facultativo, deixando a critério do egresso a escolha da área pretendida.

Em relação à concentração dos modalizadores deônticos de possibilidade na seção *Campo de atuação profissional*, isso ocorre devido ao fato de essa seção apresentar as áreas profissionais em que os graduados podem atuar; de forma geral, trata-se de uma permissão que o curso concede, em conjunto com as Resoluções Normativas ou Leis, para os egressos exercerem suas atividades profissionais. Por esse motivo é que os modalizadores surgem com maior frequência nessa seção, em razão da característica textual e discursiva em orientar (algumas vezes dar uma permissão) para o corpo discente atuar em determinadas áreas.

Convém salientar que a forma verbal no infinitivo também apareceu na seção *Campo de atuação profissional*, mas, dessa vez, ela exerce a função da Modalização Deôntica de Possibilidade, visto que apresenta as possíveis áreas de atuação do egresso. Os verbos no infinitivo *atuar*, *exercer*, *desenvolver*, *empreender* e *inovar* foram alguns dos modalizadores que surgiram em nosso *corpus*, trazendo a noção de permissão ou de algo facultativo. De

maneira geral, os modalizadores deônticos de possibilidade mais frequentes em nosso *corpus* foram: *pode*, *possibilitando* e *podem*.

Em nossa pesquisa, conseguimos observar que o infinitivo verbal, em um texto, pode funcionar como deôntico de obrigatoriedade ou também como deôntico de possibilidade, dependendo do contexto enunciativo ou ainda da funcionalidade do gênero ou do trecho em que seja utilizado. No *corpus*, o infinitivo verbal exprime uma obrigação, no contexto das habilidades e competências profissionais a serem adquiridas ou desenvolvidas. Já em relação ao deôntico de possibilidade, a forma verbal no infinitivo surgiu no contexto em que foram citadas ou mencionadas as possíveis áreas de atuação em que o profissional formado pode ou não exercer a sua função.

Catalogamos casos de coocorrência de modalizadores, que ocorre quando dois modalizadores de categorias distintas ou da mesma classificação atuam um sobre o outro, podendo produzir atenuação ou acentuação no efeito de sentido do modalizador. Como podemos observar no quadro 01, a coocorrência de modalizadores avaliativos sobressaiu no *corpus*, com 11 ocorrências. Também catalogamos casos de coocorrência de modalizadores deônticos de obrigatoriedade com epistêmicos asseverativos - 02 ocorrências, epistêmicos asseverativos com avaliativos - 02 ocorrências, e epistêmico quase-asseverativo com avaliativo - 01 ocorrência.

Os casos da coocorrência de modalizadores avaliativos apareceram nas seções *Objetivos do curso*, *Competências e habilidades profissionais* e *Campo de atuação profissional*. Como podemos observar, não houve uma seção específica que possa ser relacionada com o surgimento desse fenômeno. Na coocorrência de modalizadores avaliativos, geralmente um atua sobre o outro acentuando o efeito de sentido, elevando o grau máximo na escala argumentativa. Vimos esse caso na análise do trecho 16 - PPC 03, no qual o modalizador *mais* acentua o adjetivo *diversificadas*, expressando uma avaliação sobre a grande diversidade de áreas do conhecimento para o desenvolvimento de materiais e de produtos no setor da engenharia de materiais. São exemplos do fenômeno da coocorrência de modalizadores em nosso *corpus*: *mais diversificadas* (a mesma expressão surgiu duas vezes em trechos diferentes), *maior autonomia* e *máximo de zelo*.

Em relação aos modalizadores com dupla função modal, no total catalogamos 147 casos em nosso *corpus*. Dentre eles, catalogamos modalizadores com dupla função modal, sendo eles: deôntico de possibilidade e avaliativo com 01 ocorrência, modalizador avaliativo e delimitador com 114 ocorrências, modalizador epistêmico asseverativo e avaliativo com 14 ocorrências, modalizador avaliativo e epistêmico habilitativo com 15 ocorrências, modalizador delimitador

e epistêmico asseverativo com 01 ocorrência, modalizador avaliativo e deôntico volitivo com 01 ocorrência, modalizador deôntico de obrigatoriedade e delimitador com 01 ocorrência.

Como podemos observar, os modalizadores com dupla função modal da categoria avaliativa e delimitadora se destacaram em nossa catalogação, com 114 ocorrências. Esse fenômeno é utilizado pelo locutor para apresentar uma avaliação, e simultaneamente estabelece limites dentro do enunciado, que devem ser considerados para a compreensão global da proposição. Um exemplo nítido do funcionamento desse fenômeno ocorre no Trecho 15 - PPC 03, no qual o modalizador *novos* expressa um juízo de valor sobre os materiais que são novos; em outras palavras, são recém-descobertos e pouco conhecidos pela comunidade acadêmica. Mas, ao mesmo tempo, o locutor delimita o estado desses materiais, considerando-os como novos ou recém-descobertos, e descarta a possibilidade de outros tipos ou estados de materiais, como, por exemplo, obsoletos ou em desuso. Esse fenômeno surgiu, praticamente, em todas as seções do PPC; logo, não é possível associá-lo às características específicas do gênero.

Vale salientar que também encontramos um caso de polifonia em nosso *corpus*, do tipo SE-Locutor com caso de arrazoadado por autoridade. No trecho 12 - PPC 04, o modalizador deôntico de possibilidade *autoriza* expressa uma noção de permissão através de uma resolução, documento que tem forma de lei. Dessa maneira, ativa-se no enunciado uma polifonia por SE-Locutor, pois o locutor introduz em seu discurso uma voz coletiva e anônima: a voz da lei. Esse caso é considerado como um arrazoadado por autoridade, pelo motivo de o L1 mencionar a Resolução Normativa para consolidar os seus argumentos, através de uma autoridade. Logo, o seu discurso adquire consistência e fundamentos por citar uma Resolução, formalizando o seu argumento por meio de uma autoridade documentada. Como o trecho supracitado menciona, esse caso surgiu na seção *Áreas de atuação profissional*, a qual apresenta os campos e setores em que o egresso pode atuar, de acordo com as Leis que regulamentam o curso.

A partir dos dados catalogados e analisados até o momento, constatamos que a maioria dos tipos de modalizadores foram encontrados em nosso *corpus*, apenas com a exceção do modalizador deôntico de proibição, do qual não encontramos nenhum caso. Dos modalizadores catalogados, podemos observar que eles imprimiam diferentes efeitos de sentido no gênero PPC, dentre eles destacamos: as noções de obrigação, de instrução, de delimitação, de valor axiológico, de permissão, dentre outras. Temos o conhecimento de que o locutor age em função do seu interlocutor, e o uso dos modalizadores, com seus respectivos efeitos de sentido, orienta para as possíveis direções de continuidade do enunciado, direcionando o interlocutor a rechaçar certas continuações e aderir às demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, tecemos as nossas considerações finais em relação aos dados catalogados e analisados no decorrer da pesquisa, bem como apresentamos a nossa contribuição para os estudos da Argumentação na Língua, e, em especial, para os estudos da Modalização Discursiva.

Durante o processo da nossa investigação, intentamos responder as nossas perguntas de pesquisa, sendo elas: 1) Como a Modalização funciona enquanto fenômeno ou estratégia argumentativa no gênero Projeto Pedagógico de Curso? 2) Quais efeitos de sentidos são gerados pela Modalização no PPC? 3) Quais tipos de modalizadores se correlacionam com a função sociodiscursiva do gênero?

A partir das nossas perguntas, esboçamos a hipótese de que a Modalização se constitui enquanto fenômeno argumentativo no gênero Projeto Pedagógico de Curso principalmente através dos modalizadores deônticos, devido ao caráter normativo do gênero PPC, uma vez que o documento regula ou indica as ações pedagógicas do curso de graduação.

Para validar a nossa hipótese de pesquisa, traçamos como objetivo principal investigar o funcionamento semântico-discursivo e enunciativo do fenômeno da Modalização Discursiva, presente no gênero Projeto Pedagógico de Curso do Ensino Superior, em especial da graduação, de diferentes áreas do conhecimento. O primeiro objetivo específico que traçamos foi: 1) Investigar a ocorrência de modalizadores discursivos presentes no gênero Projeto Pedagógico de Curso. Atingimos esse objetivo quando realizamos a catalogação dos modalizadores em nosso *corpus*, constituído por 06 (seis) PPC de graduação. No momento da catalogação, identificamos todos os modalizadores presentes no PPC e os classificamos a partir das categorias de modalizadores propostas por Nascimento e Silva (2012). A partir desse processo, organizamos e quantificamos, em formato de tabelas, as ocorrências dos modalizadores de acordo com o tipo de modalizador. Através desse processo, foi possível investigar a ocorrência dos modalizadores no PPC.

O segundo objetivo específico destinou-se a: 2) Descrever e analisar o funcionamento semântico-argumentativo e pragmático dos modalizadores catalogados. Atingimos esse objetivo quando realizamos a análise descritiva e analítica, e identificamos os efeitos de sentido ativados pelos modalizadores dentro do enunciado, sendo eles: de certeza, de obrigação, de permissão, de valor axiológico, delimitadora, dentre outros. Logo, esses efeitos de sentidos orientam discursivamente o interlocutor/leitor na adesão de determinadas conclusões.

O terceiro objetivo específico refere-se a: 3) Identificar quais os tipos de modalizadores se correlacionam com a função sociodiscursiva do gênero. Atingimos esse objetivo quando identificamos e catalogamos os modalizadores em nosso *corpus*, especificamente 733 ocorrências dos mais variados tipos de modalizadores, e identificamos aqueles que mais se relacionavam, não somente pela quantidade, mas pela sua utilização, com a função sociodiscursiva. Dentre os modalizadores, destacamos os tipos mais frequentes, sendo eles: delimitador, com 310 ocorrências; avaliativo, com 200 ocorrências; deôntico de obrigatoriedade, com 153 ocorrências. Esses modalizadores atuam em todas as seções do PPC; porém, alguns tipos são mais frequentes em seções específicas, como por exemplo a ocorrência da Modalização Deôntica de Obrigatoriedade na seção *Competências e habilidades profissionais*.

Assim, atingindo esses objetivos, foi possível responder as questões que foram postuladas, da seguinte maneira: Questão 1) Como a Modalização funciona enquanto fenômeno ou estratégia argumentativa no gênero Projeto Pedagógico de Curso? A Modalização é utilizada como uma estratégia argumentativa pelo locutor, para imprimir nos enunciados as suas avaliações, posicionamentos ou juízo de valor sobre o conteúdo do enunciado, orientando discursivamente o seu interlocutor para determinadas conclusões.

Questão 2) Quais efeitos de sentidos são gerados pela Modalização no gênero PPC? Mapeamos diferentes efeitos de sentidos gerados pelos modalizadores, a saber: de certeza, de obrigação, de incerteza, de permissão, de valor axiológico, delimitadora, volitiva e habilitativa.

Questão 3) Quais tipos de modalizadores se correlacionam com a função sociodiscursiva do gênero? A Modalização atua em todas as seções constituintes do gênero PPC. Alguns tipos de modalizadores atuam com maior frequência em nosso *corpus*, como por exemplo: modalizador delimitador, avaliativo e deôntico de obrigatoriedade.

Conforme os resultados da nossa pesquisa, a Modalização Delimitadora se destacou em nosso *corpus*, com 310 ocorrências. A sua presença no enunciado indica limites que devem ser considerados, logo, no documento PPC, essa Modalização delimitava ou especificava setores ou áreas de atuação profissional, tipos de formação acadêmica do curso, tipos de habilidades profissionais, dentre outros. A Modalização Delimitadora estava presente em todas as seções constituintes do PPC, desde a seção inicial de *Objetivo do curso* até as *Áreas de atuação profissional*. Pensamos que isso ocorra devido ao fato de o PPC apresentar as informações de um determinado curso e, dessa forma, a utilização da Modalização Delimitadora auxilia na delimitação ou especificação das informações que delineiam o curso.

A Modalização Avaliativa obteve 200 ocorrências. Ela expressa um juízo de valor ou ponto de vista sobre o conteúdo do enunciado, que, em nosso *corpus*, está relacionado ao próprio curso de graduação, especificamente avaliações sobre os objetivos do curso, o perfil do profissional, as áreas de atuação, dentre outros. O locutor utiliza essa estratégia argumentativa para imprimir seu ponto de vista sobre as mais variadas informações do curso. Convém assinalar que essa ocorrência da Modalização Avaliativa se dá em todas as seções que compõem o documento; logo, não se concentra em uma seção específica.

A Modalização Deontica de Obligatoriedade obteve 153 ocorrências. Ao contrário dos demais tipos de modalizadores, a Modalização Deontica de Obligatoriedade surge com maior frequência na seção *Competências e habilidades profissionais*, através do uso da forma verbal no infinitivo. Esse modalizador instrui os docentes e os agentes pedagógicos incumbidos pela formação acadêmica sobre as habilidades e competências que precisam ser desenvolvidas no corpo discente da instituição. Assim, essa obrigação recai sobre os seus interlocutores, que necessariamente precisam favorecer o desenvolvimento das competências e habilidades determinadas no documento. A presença desse elemento linguístico (o verbo no infinitivo), em conjunto com as características textuais do gênero PPC, imprime no documento a noção instrutiva e obrigatória, caracterizando-se, assim, em uma Modalização Deontica de Obligatoriedade

Em relação à função sociodiscursiva do gênero PPC, constatamos que o documento orienta os seus interlocutores em razão das informações pedagógicas da instituição acadêmica, especificamente do curso de graduação. Na elaboração do documento, o locutor utiliza os modalizadores delimitadores, deontico de obrigatoriedade e avaliativos; devido à maior frequência desses tipos de modalizadores em nosso *corpus*, podemos afirmar que eles constituem a argumentatividade do PPC e se relacionam com a função sociodiscursiva do gênero.

Cada tipo dos modalizadores supracitados assume uma função específica no texto: o modalizador delimitador, como o próprio nome sugere, delimita o conteúdo do enunciado. Dentro do documento, o modalizador delimitador é utilizado para delimitar os tipos de área de atuação profissional, tipos de setores, a natureza de determinadas atividades que envolvem o curso específico, dentre outros. Por se tratar de um documento oficial, é esperado que a Modalização Deontica de Obligatoriedade ocorra com mais frequência no PPC, pois esse tipo de Modalização apresenta orientações de caráter obrigatório, que devem acontecer.

Apesar de tentarmos manter a neutralidade nos discursos em documentos oficiais, evidentemente trazemos nossos pontos de vista e valores axiológicos nos discursos. E isso

acontece no PPC, especificamente quando o locutor imprime avaliações e pontos de vistas através do uso da Modalização Avaliativa, que surge em todas as seções constituintes do gênero discursivo Projeto Pedagógico de Curso.

Um fato que nos chamou atenção refere-se à ausência da Modalização Deôntica de Proibição. Em todos os seis PPC analisados, não foram encontrados termos ou expressões de caráter proibitivo, o que nos leva a refletir sobre o porquê da ausência desse tipo de modalizador no gênero analisado.

No nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação (Silva, 2021), investigamos a ocorrência da Modalização Discursiva no gênero Projeto Político Pedagógico (PPP) de escolas da educação básica. No *corpus* pesquisado, foram encontrados 14 (quatorze) trechos ou expressões que se caracterizavam como modalizadores deônticos de proibição. Geralmente, esse modalizadores surgiam com maior frequência na seção intitulada *Fator Socioeconômico*, especificamente na seção que apresenta as restrições direcionadas ao corpo discente. Essas restrições estão relacionadas a condutas comportamentais, à entrada de determinados utensílios ou de drogas lícitas, vestimentas proibidas no ambiente escolar, dentre outros.

Vale ressaltar que a Modalização Deôntica de Proibição também ocorreu em outras seções do documento PPP de escolas da educação básica, estabelecendo restrições para o corpo docente e para os demais agentes pedagógicos, como por exemplo, no que tange aos docentes, quanto às ações e comportamentos não permitidos na sala de aula, como também no ambiente escolar. Em relação aos agentes pedagógicos, em nosso trabalho de TCC analisamos um trecho no qual o locutor emprega o adjetivo *proibidos* para especificar que há determinados alimentos que não podem ser utilizados na merenda escolar.

Ambos os documentos, PPP e PPC, pertencem ao universo da educação, como também são documentos orientadores das informações, das legislações e das práticas pedagógicas da instituição escolar ou acadêmica. No PPP, o locutor introduz a Modalização Deôntica de Proibição para impor restrições ou proibições ao corpo discente, ao corpo docente e aos agentes pedagógicos, orientando o que pode (ou não) ser praticado ou feito no ambiente escolar.

Já no PPC, pelo menos no *corpus* pesquisado, não encontramos nenhuma ocorrência da Modalização de caráter proibitivo. O documento apresenta-se, assim, sem nenhuma restrição explicitamente posta, pelo menos pela ótica da Modalização Discursiva. Isso nos leva a postular possíveis causas para esse acontecimento, qual seja a ausência da proibição modal: a comunidade acadêmica (seus agentes) possui mais liberdade e autonomia nas práticas pedagógicas, e conseqüentemente na formação profissional, diferentemente do que parece

ocorrer na educação básica. Talvez por esse motivo, o locutor não sinta a necessidade de estabelecer restrição no documento e daí decorra a ausência da Modalização Deôntica de Proibição, nos enunciados do PPC. Nesse sentido, esperamos que futuros estudos possam fazer uma análise comparativa entre esses dois documentos, e consigam comprovar ou contestar essa relação entre o PPP e o PPC.

Outra possível causa, que também só poderá ser investigada futuramente, é que o PPC não traga restrições no corpo do texto porque já existam no universo acadêmico outros documentos, a exemplo de resoluções e normativas, que tenham essa funcionalidade, o que não deve ocorrer nas escolas da educação básica.

A investigação que realizamos mapeia o funcionamento da Modalização Discursiva no gênero PPC, identificando os efeitos de sentido de obrigação, de permissão, avaliativa, delimitadora, habilitativa, dentre outras, que são expressos pelos modalizadores, e orientam discursivamente o seu interlocutor/leitor a ler e compreender o enunciado dessa maneira. Nesse sentido, a investigação se soma a outras pesquisas realizadas em nosso grupo de pesquisa *Texto: produção e recepção sob vários olhares*, que vem mapeando o fenômeno da Modalização em outros universos, como por exemplo o acadêmico, empresarial, jurídico, jornalístico, dentre outros.

Apesar de a nossa pesquisa catalogar diferentes tipos de modalizadores no gênero PPC, foram investigados poucos documentos, especificamente seis documentos de uma determinada instituição acadêmica. Dada a natureza da pesquisa, e também por ser uma investigação do nível de Mestrado, não foi possível ampliar para investigar em outros *corpora*. Logo, existe a possibilidade de esta pesquisa ser ampliada para averiguar outros Projetos Pedagógicos de Curso de outras instituições de Ensino Superior, seja para caráter comparativo ou caráter de ampliação. Contudo, a quantidade de fenômenos catalogados e analisados nesta pesquisa permitiu-nos estabelecer os resultados aqui apresentados.

Esta investigação permitiu compreender como a argumentação é construída no gênero PPC. Assim, constatamos que o uso da Modalização Discursiva presente no documento PPC imprime avaliações por parte do locutor, sendo elas (as avaliações) de certeza, de obrigação, de permissão, de delimitação, dentre outros, que orientam o interlocutor a ler e a compreender o enunciado de tal maneira, rechaçando outras possibilidades de conclusões. Devido à natureza normativa do gênero PPC, os modalizadores atuam no documento orientando os afazeres acadêmicos, como também instruindo o corpo docente e os demais agentes pedagógicos, dessa forma construindo a argumentatividade no gênero em questão.

Em relação a nossa hipótese, de certa forma ela se confirmou, pois a Modalização Deôntica de Obrigatoriedade foi bastante recorrente devido ao caráter normativo do gênero PPC. Porém, outros tipos de modalizadores surgiam com maior frequência, como por exemplo o modalizador delimitador e avaliativo, ocupando, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar do tipo de modalizador mais recorrente no *corpus*. O modalizador delimitador estabelece limites no enunciado, principalmente em relação às informações específicas do curso. Já a Modalização Avaliativa expressa um juízo de valor axiológico do locutor sobre o curso de graduação, geralmente avaliações apreciativas sobre a formação acadêmica oferecida pelo curso.

Para o universo acadêmico, o gênero PPC é um dos documentos essenciais que regulamentam o curso, em especial de graduação, pois orienta no planejamento dos afazeres pedagógicos e das questões administrativas do curso. E, por esse motivo, é necessária a realização de pesquisas científicas sobre o gênero e sua função sociodiscursiva, e sobre a atuação de fenômenos e estratégias argumentativas (como é o caso da Modalização Discursiva) nos enunciados que compõem o PPC, já que esse gênero é responsável por instruir e orientar a comunidade acadêmica, e a presença desses fenômenos argumentativos podem impactar nas tomadas de decisões e nas orientações a respeito do gênero PPC.

Por fim, esperamos que as investigações da ocorrência de fenômenos argumentativos prossigam, e que, a partir deste trabalho, outras pesquisas possam complementar os aspectos que não foram abordados. Acreditamos que o nosso trabalho pode contribuir significativamente para o estudo da argumentação no gênero discursivo PPC, como também esperamos que a nossa investigação tenha evidenciado a importância dos fenômenos e estratégias argumentativas nos enunciados ou discursos, e como eles podem ser utilizados dentro do gênero discursivo, com o intuito de orientar discursivamente o interlocutor em razão de determinadas conclusões.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, J-C, DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión Española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid:Editorial Gredos S.A, 1994.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. M.E.G. Gomes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1952-1953] 2003.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad., organização, posfácio e notas de Paulo Bezerra. 1 ed. São Paulo: Editora 34, [1952-1953] 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 3 jul. 2023.
- CABRAL NETO, A. **Notas para uma discussão contextualizada sobre o projeto político-pedagógico**. In.: ALMEIDA, M. D. de. Projeto Político-Pedagógico. 2.ed. Natal: UFRN, 2004. p.17-27. Disponível em: <http://www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=1412105&key=a7e2bfa2f68d0b4a820eeabb59cd1f6d>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- CALIRI, Izabel dos Santos. **Projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em Letras Português/Espanhol de Universidades Públicas do Estado de São Paulo**: reflexões sobre variação linguística. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2022.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale; BRITO, Marcílio de. Prolegômenos do projeto pedagógico de curso: estudo da literatura. **REBECIN**, v.2, n.2, p.37-65, jul./dez. 2015.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do Português Falado** v. II: Níveis de Análise Lingüística. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- CHAVES, Anna Líbia Araujo. O sufixo -inho no gênero textual entrevista – elemento modalizador discursivo. In: **Anais do I Simpósio Nacional Linguagem e Gêneros Textuais**. João Pessoa, Editora Universitária/EDUEPB, 2007.
- CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. **Introduction**: Evidentiality and related notions. Journal of Pragmatics. V.33, p.339-348. 2001.
- DE HANN, F. Encoding speaker perspective: evidentials. **Linguistic diversity and language theories**, v. 72, p. 379-417, 2005.
- DEUS, Kátia Regina Gonçalves de. **A argumentação no gênero discursivo contrato**: uma análise dos modalizadores discursivos. João Pessoa, 2016.

DIAS, Nathália da Mota Santos. **Um estudo sobre as concepções educativas presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de direito da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade de Uberaba**. Dissertação (Mestrado), 2019.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonía y Argumentación**: Conferencias del Seminario Teoría de La Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A entrevista**: um olhar argumentativo. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

ESPÍNDOLA, L. A Metáfora Conceptual Ontológica na Publicidade. **Revista Gelne**. João Pessoa, v. 7, n. 1/2, p. 19 – 28. 2005.

FERREIRA, Thaislane Balbino; ADELINO, Francisca Janete da Silva; DEUS, Kátia Regina Gonçalves de. Os modalizadores discursivos no gênero relatório de estágio curricular supervisionado. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 5, p. 157-173, 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Séc. XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Lena Lucia Espindola Rodrigues. **Representações do papel docente em Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Letras**: análise da arquitetura textual e de papéis semânticos do agir. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORGRAD. Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. **Diretrizes curriculares para os Cursos de Graduação**. 2003. 9 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2023.

GUEDES, André Roque Lemos Acioly. **Projeto pedagógico do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará**: consonância com documentos oficiais. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da Vida Cotidiana**. (coordenação da Tradução Mara Sophia Zanutto) Campinas, SP: Mercados de Letras; São Paulo: EDUC, 2002

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais no ensino de língua. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gênero textual: definição e funcionalidade. **Gêneros textuais e ensino**. In: Angela Paiva Dionísio, Anna Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra (org). São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: a polifonia – recurso modalizador – na Notícia Jornalística. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. O ensino da argumentação nos processos de leitura e de análise linguística na educação básica. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v.13, n.2, 2015, p. 397-434.

NASCIMENTO, E. P. do; SILVA, J. M. da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (Org.). **A Argumentação na Redação Comercial e Oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico pragmáticas. **Revista Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.7, n.1, jan-jun. p. 30-45, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo P. A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto. In: **ANAIS do VI Congresso Internacional da Abralin**. João Pessoa: Idéia, 2009. CD-ROM. p. 1369-137.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística**. 1ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; GONÇALVES, Yslânia Soares. A modalização discursiva no gênero resolução: estratégia semântico-argumentativa. **Encontros de Vista**, v. 17, n. 1, p. 48-62, 2021.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Janaína Melo da. Modalizadores discursivos e argumentatividade no gênero procuração. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2022.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; ALVES, Maria Eduarda de Oliveira; SILVA, Vanessa Santos da. Fenômenos de argumentação no gênero petição: a polifonia enunciativa e os modalizadores argumentativos. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 21, p. 286-294, 2022.

NASCIMENTO, Hugo Fernando da Silva. **A construção da argumentação em charges políticas: a (co) ocorrência da polifonia e da modalização discursiva**. Dissertação (Mestrado), 2021.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. 2. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2009. [2001].

PEREIRA, Rafael Deolindo; MACEDO, Paulo César de Albuquerque; NICOLINI, Alexandre Mendes. **O projeto pedagógico de curso sob a ótica da aprendizagem organizacional em IES públicas e privadas**. 2016, p. 11-25. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172838>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SACRAMENTO, Jonathas Alves. **Projeto pedagógico para cursos superiores de tecnologia: uma referência para a construção**. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Márcia de Freitas. **Modalidade epistêmica e evidencialidade: um exercício de análise funcionalista em textos acadêmicos e em entrevistas com pesquisadores**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. Ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa *et al.* Enunciação e Argumentação no discurso. *In: Cadernos de Pesquisa em Lingüística*. Porto Alegre, V. 2. N. 1 novembro de 2006. p.102-111.

SILVA, Vanessa Santos da. **Argumentação no gênero projeto político pedagógico**: o uso dos modalizadores discursivos. Mamanguape, 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cadernos CEDES**, Campinas (SP), v.23, n.61, p.267-281, dez. 2003.

VEIGA, I. P. A. **Educação superior**: projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2012. 139 p.

APÊNDICE A – Catalogação do PPC 01

Modalizador epistêmico asseverativo

Modalizador epistêmico quase-asseverativo

Trecho 01 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- identificar e gerenciar os riscos que **podem** estar envolvidos na operação de equipamentos de computação (incluindo os aspectos de dependabilidade e segurança) (CE-III);
-

Trecho 03 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- ser capaz de realizar trabalho cooperativo e entender os benefícios que este **pode** produzir (CG-XII);

Modalizador epistêmico habilitativo

Trecho 02 - PPC 01 COMP

Em particular, está **capacitado** para desenvolver aplicações e infraestruturas de sistemas de computação e comunicação distribuídos e inteligentes.

Trecho 03 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- ser **capaz** de realizar trabalho cooperativo e entender os benefícios que este pode produzir (CG-XII);

Modalizador deôntico de obrigatoriedade

Trecho 04 - PPC 01 COMP

Segundo as DCN, os egressos do curso **devem** ser providos de tais competências gerais e específicas.

Trecho 05 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG):

- **identificar** problemas que tenham solução algorítmica (CG-I);
- **conhecer** os limites da computação (CG-II);
- **resolver** problemas usando ambientes de programação (CG-III);
- **tomar** decisões e **inovar**, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de hardware e da infraestrutura de software dos sistemas de computação, consciente dos aspectos éticos, legais e dos impactos ambientais decorrentes (CG-IV);
- **compreender** e **explicar** as dimensões quantitativas de um problema (CG-V);
- **gerir** a sua própria aprendizagem e desenvolvimento, incluindo a gestão de tempo e competências organizacionais (CG-VI);
- **preparar** e **apresentar** seus trabalhos e problemas técnicos e suas soluções para audiências diversas, em formatos apropriados (oral e escrito) (CG-VII);
- **avaliar** criticamente projetos de sistemas de computação (CG-VIII);
- **adequar-se** rapidamente às mudanças tecnológicas e aos novos ambientes de trabalho (CG-IX);
- **ler** textos técnicos na língua inglesa (CG-X);
- **empreender** e **exercer** liderança, coordenação e supervisão na sua área de atuação profissional (CG-XI);
- ser capaz de **realizar** trabalho cooperativo e **entender** os benefícios que este pode produzir (CG-XII);

Trecho 06- PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- **compreender** os fatos essenciais, os conceitos, os princípios e as teorias relacionadas à Ciência da Computação para o desenvolvimento de software e hardware e suas aplicações (CE-I);
- **reconhecer** a importância do pensamento computacional no cotidiano e sua aplicação em circunstâncias apropriadas e em domínios diversos (CE-II);
- **identificar** e **gerenciar** os riscos que podem estar envolvidos na operação de equipamentos de computação (incluindo os aspectos de dependabilidade e segurança) (CE-III);
- **identificar** e **analisar** requisitos e especificações para problemas específicos e **planejar** estratégias para suas soluções (CE-IV);
- **especificar**, **projetar**, **implementar**, **manter** e **avaliar** sistemas de computação, empregando teorias, práticas e ferramentas adequadas (CE-V);
- **conceber** soluções computacionais a partir de decisões visando o equilíbrio de todos os fatores envolvidos (CE-VI);
- **empregar** metodologias que visem garantir critérios de qualidade ao longo de todas as etapas de desenvolvimento de uma solução computacional (CE-VII);
- **analisar** quanto um sistema baseado em computadores atende os critérios definidos para seu uso corrente e futuro (adequabilidade) (CE-VIII);
- **gerenciar** projetos de desenvolvimento de sistemas computacionais (CE-IX);

- **aplicar** temas e princípios recorrentes, como abstração, complexidade, princípio de localidade de referência (caching), compartilhamento de recursos, segurança, concorrência, evolução de sistemas, entre outros, e **reconhecer** que esses temas e princípios são fundamentais à área de Ciência da Computação (CE-X);
- **escolher** e **aplicar** boas práticas e técnicas que conduzam ao raciocínio rigoroso no planejamento, na execução e no acompanhamento, na medição e gerenciamento geral da qualidade de sistemas computacionais (CE-XI);
- **aplicar** os princípios de gerência, organização e recuperação da informação de vários tipos, incluindo texto imagem som e vídeo (CE-XII);
- **aplicar** os princípios de interação humano-computador para **avaliar** e **construir** uma grande variedade de produtos incluindo interface do usuário, páginas WEB, sistemas multimídia e sistemas móveis (CE-XIII).

Modalizador deontico de proibição

Modalizador deontico de possibilidade

Trecho 07 - PPC 01 COMP

Os profissionais formados no Curso de Bacharelado em Ciência da Computação do Campus I da UFPB – Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – estão **aptos** a exercer atividades profissionais majoritariamente nos seguintes campos de atuação:

Desenvolvimento de Aplicações e de Infraestruturas: [...]

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação: [...]

Ensino e Pesquisa: [...]

Empreendedorismo: [...]

aptos - Dupla função: D. de possibilidade + avaliativo

Trecho 08 - PPC 01 COMP

Os profissionais formados no Curso de Bacharelado em Ciência da Computação do Campus I da UFPB – Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – estão aptos a exercer atividades profissionais majoritariamente nos seguintes campos de atuação:

Desenvolvimento de Aplicações e de Infraestruturas: **atuar** como desenvolvedor de aplicações ou de infraestruturas de sistemas de computação e comunicação distribuídos e inteligentes em organizações públicas e privadas, de pequeno, médio e grande porte, em âmbito local, regional, nacional e no exterior, tanto em regime de trabalho presencial quanto teletrabalho;

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação: **exercer** funções de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação, seja como gerente de projetos de software ou de

infraestruturas, podendo alcançar ao longo da carreira as funções de diretor de tecnologia ou diretor de tecnologia da informação;

Ensino e Pesquisa: **desenvolver** estudos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) com vistas a atuar no magistério superior ou em institutos de pesquisa, inovação e desenvolvimento;

Empreendedorismo: **empreender** e **inovar** com a criação de empresas de prestação de serviços e desenvolvimento de produtos na área de Computação.

Trecho 09 - PPC 01 COMP

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação: exercer funções de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação, seja como gerente de projetos de software ou de infraestruturas, **podendo** alcançar ao longo da carreira as funções de diretor de tecnologia ou diretor de tecnologia da informação;

Modalizador deôntico volitivo

Modalizador avaliativo

Trecho 10 - PPC 01 COMP

O Curso de Ciência da Computação tem como objetivo formar profissionais **capazes** de contribuir com o avanço da ciência da computação e suas aplicações na compreensão e no atendimento às necessidades da sociedade, com atuação **de forma ética, proativa, empreendedora e inovadora** a partir do cultivo do pensamento **crítico** frente ao mundo **contemporâneo** globalizado e à própria profissão.

capazes - dupla função: avaliativo + E. habilitativo

de forma ética, proativa, empreendedora e inovadora - dupla função: avaliativo + delimitador

Trecho 11 - PPC 01 COMP

O Bacharel em Ciência da Computação procede ao reconhecimento de problemas **complexos** do mundo **real** para propor e desenvolver soluções algorítmicas por meio da aplicação das habilidades e competências proporcionadas pelos conhecimentos nos fundamentos teóricos, tecnológicos e metodológicos da Ciência da Computação e em Matemática

real dupla função: avaliativo + delimitador

Trecho 12 - PPC 01 COMP

Em particular, está capacitado para desenvolver aplicações e infraestruturas de sistemas de computação e comunicação distribuídos e inteligentes. Conhece e domina o processo de desenvolvimento e de gestão de tais aplicações e infraestruturas com base científica, com capacidade de inovar, empreender e cooperar, acompanhando a evolução do setor e da sociedade e compreendendo o seu impacto **nos aspectos sociais, profissionais, legais, éticos e humanísticos**.

nos aspectos sociais, profissionais, legais, éticos e humanísticos - dupla função: avaliativo + delimitador

Trecho 13 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- Tomar decisões e inovar, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de hardware e da infraestrutura de software dos sistemas de computação, **consciente** dos aspectos éticos, legais e dos impactos ambientais decorrentes (CG-IV);

Trecho 14 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- avaliar **criticamente** projetos de sistemas de computação (CG-VIII);

Trecho 15 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- adequar-se rapidamente às mudanças tecnológicas e aos **novos** ambientes de trabalho (CG-IX);

Trecho 16 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- ser capaz de realizar trabalho **cooperativo** e entender os benefícios que este pode produzir (CG-XII);

Trecho 17 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- compreender os fatos **essenciais**, os conceitos, os princípios e as teorias relacionadas à Ciência da Computação para o desenvolvimento de software e hardware e suas aplicações (CE-I);

Trecho 18 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- reconhecer a **importância** do pensamento computacional no cotidiano e sua aplicação em circunstâncias **apropriadas** e em domínios diversos (CE-II);

apropriadas - Dupla função: avaliativo + E. Asseverativo

Trecho 19 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- especificar, projetar, implementar, manter e avaliar sistemas de computação, empregando teorias, práticas e ferramentas **adequadas** (CE-V);

adequadas - Dupla função: avaliativo + E. Asseverativo

Trecho 20 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- conceber soluções computacionais a partir de decisões visando o **equilíbrio** de todos os fatores envolvidos (CE-VI);

Trecho 21 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- empregar metodologias que visem garantir critérios **de qualidade** ao longo de todas as etapas de desenvolvimento de uma solução computacional (CE-VII);

de qualidade - Dupla função: avaliativo + delimitador

Trecho 22 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- analisar quanto um sistema baseado em computadores atende os critérios definidos para seu uso **corrente e futuro** (adequabilidade) (CE-VIII);

corrente e futuro - Dupla função: avaliativo + delimitador

Trecho 23 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- aplicar temas e princípios recorrentes, como abstração, complexidade, princípio de localidade de referência (caching), compartilhamento de recursos, segurança, concorrência, evolução de sistemas, entre outros, e reconhecer que esses temas e princípios são **fundamentais** à área de Ciência da Computação (CE-X);
- escolher e aplicar **boas** práticas e técnicas que conduzam ao raciocínio **rigoroso** no planejamento, na execução e no acompanhamento, na medição e gerenciamento geral **da qualidade** de sistemas computacionais (CE-XI);

da qualidade - Dupla função: avaliativo + delimitador

Trecho 24 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- aplicar os princípios de interação humano-computador para avaliar e construir uma **grande** variedade de produtos incluindo interface do usuário, páginas WEB, sistemas multimídia e sistemas móveis (CE-XIII).

Modalizador delimitador

Trecho 25 - PPC 01 COMP

O Curso de Ciência da Computação tem como objetivo formar profissionais capazes de contribuir com o avanço da ciência da computação e suas aplicações na compreensão e no atendimento às necessidades da sociedade, com atuação de forma ética, proativa, empreendedora e inovadora a partir do cultivo do pensamento crítico frente ao mundo contemporâneo **globalizado** e à própria profissão.

Trecho 26 - PPC 01 COMP

O Bacharel em Ciência da Computação procede ao reconhecimento de problemas complexos do mundo real para propor e desenvolver soluções **algorítmicas** por meio da aplicação das habilidades e competências proporcionadas pelos conhecimentos nos fundamentos **teóricos, tecnológicos e metodológicos** da Ciência da Computação e em Matemática

Trecho 27 - PPC 01 COMP

Conhece e domina o processo de desenvolvimento e de gestão de tais aplicações e infraestruturas **com base científica**, com capacidade de inovar, empreender e cooperar, acompanhando a evolução do setor e da sociedade e compreendendo o seu impacto nos aspectos sociais, profissionais, legais, éticos e humanísticos.

Trecho 28 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- identificar problemas que tenham solução **algorítmica** (CG-I);
-

Trecho 29 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- Tomar decisões e inovar, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de hardware e da infraestrutura de software dos sistemas de computação, consciente dos **aspectos éticos, legais** e dos impactos ambientais decorrentes (CG-IV);

aspectos éticos, legais - dupla função: delimitador + avaliativo

Trecho 30 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- compreender e explicar as dimensões **quantitativas** de um problema (CG-V);
- preparar e apresentar seus trabalhos e problemas **técnicos** e suas soluções para audiências diversas, em formatos apropriados (**oral e escrito**) (CG-VII);

Trecho 31 - PPC 01 COMP

Competências Gerais (CG)

- adequar-se rapidamente às mudanças **tecnológicas** e aos novos ambientes de trabalho (CG-IX);

Competências Gerais (CG)

- ler textos **técnicos** na língua inglesa (CG-X);

Trecho 32 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- reconhecer a importância do pensamento **computacional** no cotidiano e sua aplicação em circunstâncias apropriadas e em domínios diversos (CE-II);

Trecho 33 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- identificar e analisar requisitos e especificações para problemas **específicos** e planejar estratégias para suas soluções (CE-IV);

Trecho 34 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- conceber soluções **computacionais** a partir de decisões visando o equilíbrio de todos os fatores envolvidos (CE-VI);

Trecho 35 - PPC 01 COMP

Competências Específicas (CE):

- empregar metodologias que visem garantir critérios de qualidade ao longo de todas as etapas de desenvolvimento de uma solução **computacional** (CE-VII);

Trecho 36 - PPC 01 COMP

Os profissionais formados no Curso de Bacharelado em Ciência da Computação do Campus I da UFPB – Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – estão aptos a exercer atividades profissionais **majoritariamente** nos seguintes campos de atuação:

majoritariamente - dupla função: delimitador + avaliativo
--

Trecho 37 - PPC 01 COMP

Desenvolvimento de Aplicações e de Infraestruturas: atuar como desenvolvedor de aplicações ou de infraestruturas de sistemas de computação e comunicação **distribuídos e inteligentes** em organizações **públicas e privadas, de pequeno, médio e grande porte, em âmbito local, regional, nacional e no exterior**, tanto em regime de trabalho **presencial** quanto **teletrabalho**;

APÊNDICE B – Catalogação do PPC 02 (Medicina)

Modalizador epistêmico asseverativo

Trecho 01 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

b) **Assegurar**, através de parcerias com os gestores do SUS, a integração ensino serviço, fortalecendo a formação médica e a adequando às necessidades sociais da saúde e ao Sistema Único de Saúde (SUS);

Trecho 02 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica: [...]

d) Utilizar linguagem compreensível no processo de cuidado, estimulando o relato espontâneo da pessoa sob cuidados, tendo em conta os aspectos psicológicos, culturais e contextuais, sua história de vida, o ambiente em que vive e suas relações sócio familiares, **assegurando-lhe** privacidade e conforto;

Modalizador epistêmico quase-asseverativo

Trecho 03 - PPC 02 MED

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas:

d) Estabelecer o diálogo, visando mediar conflitos e conciliar **possíveis** visões divergentes entre profissionais de saúde, pacientes, familiares e responsáveis; e
e) Compartilhar o processo terapêutico e negociação do tratamento, com a **possível** inclusão de práticas populares de saúde, se adequadas ao caso, que **possam** ter sido testadas e que não causem dano.

Modalizador epistêmico habilitativo

Trecho 04 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica: [...]

c) Orientar o atendimento às necessidades de saúde, sendo **capaz** de combinar o conhecimento clínico e as evidências científicas, com o entendimento sobre a doença na perspectiva da singularidade de cada indivíduo;

Trecho 04 - PPC 02 MED

Gestão em saúde [...]

n) Utilizar resultados de avaliações para promover ajustes e novas ações, sendo **capaz** de manter os planos permanentemente atualizados e o trabalho em saúde em constante aprimoramento.

Trecho 05- PPC 02 MED

Atualmente, existem 55 especialidades médicas, com 59 áreas de atividade, nas quais o médico **pode** atuar como especialista, constituindo-se um abrangente campo de atuação.

Modalizador deontico de obrigatoriedade

Trecho 06 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

- d) Promover o desenvolvimento das competências **necessárias** ao exercício da medicina, utilizando-se de metodologias ativas de ensino aprendizagem;
 - e) Desenvolver o cuidado centrado na pessoa, na família e na comunidade, com o desenvolvimento de relação horizontal, compartilhada, respeitando as **necessidades** e desejos da pessoa, família e comunidade, a compreensão destes sobre o adoecer, a identificação de objetivos e responsabilidades comuns entre profissionais de saúde e usuários no cuidado;
-

Trecho 07 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica:

- a) **Estabelecer** relação profissional ética no contato com pacientes, familiares ou responsáveis;
- b) **Identificar** situações de emergência, desde o início do contato, atuando de modo a preservar a saúde e a integridade física e mental das pessoas sob cuidado;
- c) **Orientar** o atendimento às necessidades de saúde, sendo capaz de combinar o conhecimento clínico e as evidências científicas, com o entendimento sobre a doença na perspectiva da singularidade de cada indivíduo;

- d) **Utilizar** linguagem compreensível no processo de cuidado, estimulando o relato espontâneo da pessoa sob cuidados, tendo em conta os aspectos psicológicos, culturais e contextuais, sua história de vida, o ambiente em que vive e suas relações sócio familiares, assegurando-lhe privacidade e conforto;
- e) **Favorecer** a construção de vínculo e desenvolvimento de uma adequada Relação Médico Paciente, valorizando as preocupações, expectativas, crenças e os valores relacionados aos problemas relatados pela pessoa sob seus cuidados e seus responsáveis, possibilitando que ela analise sua própria situação de saúde, gerando, assim, autonomia no cuidado;
- f) **Identificar** os motivos ou queixas, mantendo neutralidade na escuta, e considerando o contexto de vida, os elementos biológicos, psicológicos, socioeconômicos;
- g) **Realizar** a anamnese, utilizando o raciocínio clínico-epidemiológico, as técnicas semiológicas e de comunicação, com conhecimento das evidências científicas;
- h) **Investigar** sinais e sintomas, repercussões da situação, hábitos, fatores de risco, exposição às iniquidades econômicas e sociais e de saúde, condições correlatas e antecedentes pessoais e familiares;
- i) **Registrar** os dados relevantes da anamnese no prontuário de forma clara e legível.

Trecho 08- PPC 02 MED

II- Realização do Exame Físico:

- a) **Garantir** a segurança, privacidade e conforto ao paciente sob seus cuidados;
- b) **Esclarecer**, ao paciente, sobre os procedimentos, manobras ou técnicas do exame físico ou exames diagnósticos, obtendo consentimento paciente ou seu responsável;
- c) **Atuar** com postura ética, respeitosa e destreza técnica na inspeção, palpação, ausculta e percussão, com precisão na aplicação das manobras e procedimentos do exame físico geral e específico;
- d) **Considerar**, no exame, a história clínica, a diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, linguístico-cultural e de pessoas com deficiência; e
- e) **Esclarecer**, ao paciente ou ao responsável por ele, sobre os sinais verificados, registrando as informações no prontuário de modo legível.

Trecho 09 - PPC 02 MED

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas:

- a) **Estabelecer** hipóteses diagnósticas mais prováveis, relacionando os dados da história, exame físico e outros exames clínicos;
- b) **Realizar** análise do prognóstico dos problemas do paciente, considerando os contextos pessoal, familiar, laboral, epidemiológico, ambiental e outros pertinentes;
- c) **Informar** sobre as hipóteses estabelecidas, de forma ética e humanizada, utilizando técnicas adequadas de comunicação interpessoal, e considerando as dúvidas e questionamentos do paciente, familiares e/ou responsáveis;

- d) **Estabelecer** o diálogo, visando mediar conflitos e **conciliar** possíveis visões divergentes entre profissionais de saúde, pacientes, familiares e responsáveis; e
- e) **Compartilhar** o processo terapêutico e negociação do tratamento, com a possível inclusão de práticas populares de saúde, se adequadas ao caso, que possam ter sido testadas e que não causem dano.

Trecho 10 - PPC 02 MED

IV - Promoção de Investigação Diagnóstica:

- a) **Informar** ao paciente e/ou responsável, sobre a investigação diagnóstica para ampliar, confirmar ou afastar hipóteses diagnósticas, incluindo as indicações de realização de aconselhamento genético;
- b) **Solicitar** exames complementares, com base nas melhores evidências científicas, conforme as necessidades da pessoa sob cuidados, avaliando suas possibilidades de acesso aos testes **necessários**;
- c) **Avaliar**, de forma singular, as condições de segurança da pessoa sob seus cuidados, considerando a eficiência, eficácia e efetividade dos exames;
- d) **Interpretar** os resultados dos exames realizados, considerando as hipóteses diagnósticas, a condição clínica e o contexto da pessoa sob cuidados; e
- e) **Registrar**, no prontuário, as ações de investigação diagnóstica, de forma clara e objetiva.

Trecho 11 - PPC 02 MED

V - Elaboração e Implementação de Planos Terapêuticos:

- a) **Estabelecer**, a partir de raciocínio clínico-epidemiológico e em contextos específicos, a efetivação de planos terapêuticos, contemplando as dimensões de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação;
- b) **Compartilhar** as decisões terapêuticas, promovendo a autonomia da pessoa do paciente, informando sobre as implicações do plano terapêutico, e sobre o prognóstico, segundo evidências científicas; e, também, considerando práticas culturais de cuidado e cura, e necessidades individuais e coletivas;
- c) **Promover** o diálogo entre as necessidades referidas pelo paciente sob seus cuidados, ou responsável, e as necessidades percebidas pelos profissionais de saúde, estimulando a pessoa sob tratamento, a refletir sobre seus problemas e a promover autocuidados;
- d) **Estabelecer** um pacto sobre as ações de cuidado, promovendo a participação de outros profissionais, sempre que necessário;
- e) **Implementar** as ações pactuadas e disponibilizar as prescrições e orientações de forma legível, estabelecendo e negociando o acompanhamento ou, se **necessário**, o encaminhamento do paciente sob tratamento com justificativa;
- f) **Informar** sobre situações de notificação compulsória aos setores responsáveis;
- g) **Analisar** a relação custo-efetividade das intervenções realizadas, explicando-as aos pacientes sob cuidados e familiares, tendo em vista as escolhas possíveis;
- h) **Atuar**, de forma autônoma e competente, nas situações prevalentes de urgência e/ou emergência.

Trecho 12 - PPC 02 MED

VI - Acompanhamento e Avaliação de Planos Terapêuticos:

- a) **Acompanhar** e **avaliar** a efetividade das intervenções realizadas, considerando, também, as avaliações da pessoa sob cuidados, ou do seu responsável, com relação aos resultados obtidos, analisando dificuldades e valorizando conquistas;
- b) **Favorecer** o envolvimento da equipe de saúde na análise das estratégias de cuidado e resultados obtidos;
- c) **Realizar** revisão do diagnóstico e do plano terapêutico, sempre que necessário;
- d) **Explicar** e **orientar** sobre os encaminhamentos ou a alta, verificando a compreensão da pessoa sob seus cuidados ou responsável; e
- e) **Registrar** o acompanhamento do plano terapêutico no prontuário, buscando torná-lo um instrumento orientador do cuidado integral e longitudinal da pessoa sob seus cuidados.

Trecho 13 - PPC 02 MED

Atenção às necessidades coletivas

- I - **Acessar** e **utilizar** informações que incluam o contexto cultural, institucional, socioeconômico e ambiental em seu território, visando compreender a determinação social no processo saúde-doença, assim como seu enfrentamento;
- II - **Relacionar** os dados e as informações obtidas, articulando os aspectos biológicos, psicológicos, socioeconômicos e culturais relacionados ao adoecimento e à vulnerabilidade de grupos;
- III - **Estabelecer** diagnóstico de saúde e priorização de problemas, considerando sua magnitude, existência de recursos para o seu enfrentamento e importância técnica, cultural e política do contexto;
- IV - **Participar** na discussão e construção de projetos de intervenção em grupos sociais, orientando-os para a melhoria dos indicadores de saúde, considerando sempre sua autonomia e aspectos culturais;
- V - **Estimular** a inserção de ações de promoção e educação em saúde, em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica, voltadas às ações de cuidado com o corpo e a saúde;
- VI - **Estimular** a interprofissionalidade e a participação dos representantes de segmentos sociais na elaboração dos projetos em saúde;
- VII - **Elaborar** planos de ação factíveis, orientados para sanar/minorar os problemas priorizados pelo processo de diagnóstico das necessidades coletivas;
- VIII - **Participar** no planejamento e avaliação dos projetos e ações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), prestando contas e promovendo ajustes orientados à melhoria da saúde coletiva.

Trecho 14 - PPC 02 MED

Gestão em Saúde

- a) **Conhecer** a história das políticas públicas de saúde no Brasil, dos princípios do SUS, bem como, os desafios na organização do trabalho em saúde;
- b) **Identificar** oportunidades e desafios na organização do trabalho nas redes de serviços de saúde, reconhecendo o conceito ampliado de saúde, assumindo compromissos com a qualidade, integralidade e continuidade da atenção;
- c) **Utilizar** diversas fontes para identificar problemas no processo de trabalho, incluindo a perspectiva dos profissionais e dos usuários, e a análise de indicadores e do modelo de gestão;
- d) **Incluir** a perspectiva dos usuários, família e comunidade, favorecendo sua maior autonomia na decisão do plano terapêutico, respeitando seu processo de planejamento e de decisão considerando, ainda, os seus valores e crenças;
- e) **Atuar** em equipe e compartilhar saberes, respeitando normas institucionais dos ambientes de trabalho e agindo com compromisso ético-profissional;
- f) **Identificar** problemas prioritários, baseando-se na relevância, magnitude, transcendência estrutura e recursos disponíveis;
- g) **Considerar** opiniões diferentes, atuando com respeito à diversidade de valores, de papéis e de responsabilidades no cuidado à saúde;
- h) **Conhecer** elementos básicos do planejamento de ações de organização do processo de trabalho e da atenção à saúde;
- i) **Utilizar** a criatividade e buscar a inovação, na construção de planos de intervenção;
- j) **Compreender** o funcionamento dos colegiados de gestão e de controle social.
- k) **Utilizar** as melhores evidências, protocolos e diretrizes, cientificamente reconhecidos, para promover o máximo benefício à saúde das pessoas e da coletividade, segundo padrões de qualidade e de segurança;
- l) **Participar** em espaços formais de reflexão coletiva sobre o processo de trabalho em saúde e sobre os planos de intervenção;
- m) **Compreender e realizar** intervenções de avaliação e monitoramento de ações de saúde;
- n) **Utilizar** resultados de avaliações para promover ajustes e novas ações, sendo capaz de manter os planos permanentemente atualizados e o trabalho em saúde em constante aprimoramento.

Trecho 15 - PPC 02 MED

Educação em Saúde

- a) **Identificar** as necessidades de aprendizagem próprias de pessoas sob seus cuidados e responsáveis, dos cuidadores, dos familiares, da equipe multiprofissional, de grupos sociais ou da comunidade;
- b) **Estabelecer** um ambiente de compartilhamento de saberes nos seus nos locais de atuação profissional e fomentar o desenvolvimento de ações de aprendizagem colaborativa;
- c) **Atuar** com postura aberta à transformação do conhecimento e da própria prática;
- d) **Estimular** a construção coletiva de conhecimento em todas as oportunidades do processo de trabalho, propiciando espaços formais de educação continuada, participando da formação de futuros profissionais;
- e) **Utilizar** os desafios do trabalho para estimular e **aplicar** o raciocínio científico, formulando perguntas e hipóteses e buscando dados e informações;

f) **Analisar**, criticamente, a literatura científica no sentido de avaliar evidências e práticas no cuidado, na gestão do trabalho e na educação de profissionais de saúde, pacientes, famílias e responsáveis;

g) **Identificar** a necessidade de produção de novos conhecimentos em saúde, a partir das necessidades da sociedade, da reflexão sobre a própria prática, da produção científica e o do desenvolvimento tecnológico disponíveis.

Trecho 16 - PPC 02 MED

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual **deverá** agir com o máximo de zelo, com melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Modalizador deontico de proibição

Modalizador deontico de possibilidade

Trecho 17- PPC 02 MED

Objetivos Específicos

k) Desenvolver a capacidade de autoavaliação e reconhecimento dos seus limites profissionais, promovendo uma atuação que desenvolva mecanismos de resiliência e autocuidados, de forma que **possibilite** um exercício profissional salutar.

Trecho 18 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica: [...]

e) Favorecer a construção de vínculo e desenvolvimento de uma adequada Relação Médico Paciente, valorizando as preocupações, expectativas, crenças e os valores relacionados aos problemas relatados pela pessoa sob seus cuidados e seus responsáveis, **possibilitando** que ela analise sua própria situação de saúde, gerando, assim, autonomia no cuidado;

Trecho 19 - PPC 02 MED

II- Realização do Exame Físico:

- a) Garantir a segurança, privacidade e conforto ao paciente sob seus cuidados;
 - b) Esclarecer, ao paciente, sobre os procedimentos, manobras ou técnicas do exame físico ou exames diagnósticos, obtendo **consentimento** paciente ou seu responsável;
-

Trecho 20 - PPC 02 MED

No Brasil, o título de médico **permite** o exercício profissional, como generalista, em serviços públicos e privados de saúde.

Trecho 21 - PPC 02 MED

Essas possibilidades de atuação no campo da assistência **possibilitam** uma alta taxa de empregabilidade no estado e em outras regiões do país. O médico também **pode** atuar no exercício da docência, da perícia médica, pesquisa e gestão de instituições públicas e privadas, ampliando o mercado de trabalho.

Modalizador deontico volitivo

Trecho 22 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

- e) Desenvolver o cuidado centrado na pessoa, na família e na comunidade, com o desenvolvimento de relação horizontal, compartilhada, respeitando as necessidades e **desejos** da pessoa, família e comunidade, a compreensão destes sobre o adoecer, a identificação de objetivos e responsabilidades comuns entre profissionais de saúde e usuários no cuidado;
-

Trecho 23 - PPC 02 MED

O PPC de medicina da UFPB preconiza o desenvolvimento de competências na área da Atenção à Saúde, Gestão em Saúde e Educação em Saúde. Ao final do Curso, **espera-se** que os egressos apresentem as seguintes competências em cada uma das áreas:

Modalizador avaliativo

Trecho 24 - PPC 02 MED

O Curso de Medicina do CCM/UFPB tem por objetivo formar médicos **capazes** de atuar através de uma prática clínica **de excelência**, , de modo ético, com responsabilidade social, **comprometidos** com a atuação sobre os determinantes sociais que proporcionam o adoecimento, com a sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, a preservação da saúde, a prevenção de doenças, o **cuidado** aos **agravos** prevalentes na região, respondendo às necessidades em saúde da população.

Dupla função: avaliativo + E. habilitativo
--

Trecho 25 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

a) Implementar o projeto pedagógico do curso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, promovendo o compartilhamento de saberes e garantindo uma formação generalista, **com visão crítica e reflexiva**, baseada em princípios **éticos e humanísticos adequados** aos desafios da sociedade atual;

Dupla função - com visão crítica e reflexiva / éticos e humanísticos : Avaliativo + delimitador
Dupla função adequados - Avaliativo + E. asseverativo

Trecho 26 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

c) Estabelecer a inserção do estudante, desde o primeiro ano do curso, em atividades de campo **propícias** à formação das competências da área da atenção, gestão e educação, dispostas nas DCNs;

d) Promover o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício da medicina, utilizando-se de metodologias **ativas** de ensino aprendizagem;

e) Desenvolver o **cuidado** centrado na pessoa, na família e na comunidade, com o desenvolvimento de relação horizontal, compartilhada, respeitando as necessidades e desejos da pessoa, família e comunidade, a compreensão destes sobre o adoecer, a identificação de objetivos e responsabilidades **comuns** entre profissionais de saúde e usuários no cuidado;

Trecho 27 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

f) Desenvolver capacidade **crítica e reflexiva** na busca e utilização das informações, e no desenvolvimento de habilidades e motivações para uma formação **permanente e autônoma**;

Trecho 28 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

j) Desenvolver, no estudante, a capacidade para avaliar, sistematizar e tomar decisões visando: o uso **racional** dos recursos médico-científicos, a garantia da **segurança** do paciente, a **autonomia** das pessoas sob seus cuidados, e a sustentabilidade do Sistema de Saúde;

k) Desenvolver a capacidade de autoavaliação e reconhecimento dos seus limites profissionais, promovendo uma atuação que desenvolva mecanismos de **resiliência e autocuidados**, de forma que possibilite um exercício profissional **salutar**.

Trecho 29 - PPC 02 MED

O graduado em Medicina terá formação **geral, humanística, crítica, reflexiva e ética**, com capacidade para atuar nos **diferentes** níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e **compromisso** com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde **integral** do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, a determinação social do processo de saúde e doença.

Dupla função **geral, humanística, crítica, reflexiva e ética / integral** Avaliativo + delimitador

Trecho 30 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica: [...]

c) Orientar o atendimento às necessidades de saúde, sendo capaz de combinar o conhecimento clínico e as evidências científicas, com o entendimento sobre a doença na perspectiva da **singularidade** de cada indivíduo;

d) Utilizar linguagem **compreensível** no processo de cuidado, estimulando o relato **espontâneo** da pessoa sob cuidados, tendo em conta os aspectos psicológicos, culturais e

contextuais, sua história de vida, o ambiente em que vive e suas relações sócio familiares, assegurando-lhe **privacidade e conforto**;

Trecho 31 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica: [...]

- e) Favorecer a construção de vínculo e desenvolvimento de uma adequada Relação Médico Paciente, valorizando as preocupações, expectativas, crenças e os valores relacionados aos problemas relatados pela pessoa sob seus cuidados e seus responsáveis, possibilitando que ela analise sua própria situação de saúde, gerando, assim, **autonomia** no cuidado;
- f) Identificar os motivos ou queixas, mantendo **neutralidade** na escuta, e considerando o contexto de vida, os elementos biológicos, psicológicos, socioeconômicos; [...]
- i) Registrar os dados **relevantes** da anamnese no prontuário de forma clara e legível.

Trecho 32 - PPC 02 MED

II- Realização do Exame Físico:

- a) Garantir a **segurança, privacidade e conforto** ao paciente sob seus cuidados;
- b) Esclarecer, ao paciente, sobre os procedimentos, manobras ou técnicas do exame físico ou exames diagnósticos, obtendo consentimento paciente ou seu responsável;
- c) Atuar **com postura ética, respeitosa e destreza** técnica na inspeção, apalpação, ausculta e percussão, com **precisão** na aplicação das manobras e procedimentos do exame físico geral e específico;

Dupla função **com postura ética, respeitosa e destreza** - Avaliativo + delimitador
 Dupla função **Precisão** - avaliativo + E. asseverativo

Trecho 33 - PPC 02 MED

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas: [...]

- c) Informar sobre as hipóteses estabelecidas, de forma ética e humanizada, utilizando técnicas **adequadas** de comunicação interpessoal, e considerando as dúvidas e questionamentos do paciente, familiares e/ou responsáveis; [...]
- e) Compartilhar o processo terapêutico e negociação do tratamento, com a possível inclusão de práticas **populares** de saúde, se **adequadas** ao caso, que possam ter sido testadas e que não causem **dano**.

Dupla função **adequadas** - avaliativo + E. asseverativo

Trecho 34 - PPC 02 MED

IV - Promoção de Investigação Diagnóstica: [...]

b) Solicitar exames complementares, com base nas **melhores** evidências científicas, conforme as necessidades da pessoa sob cuidados, avaliando suas possibilidades de acesso aos testes necessários;

c) Avaliar, de forma singular, as condições de **segurança** da pessoa sob seus cuidados, considerando a **eficiência, eficácia e efetividade** dos exames;

Trecho 35 - PPC 02 MED

V - Elaboração e Implementação de Planos Terapêuticos: [...]

f) Informar sobre situações de notificação **compulsória** aos setores responsáveis;

g) Analisar a relação **custo-efetividade** das intervenções realizadas, explicando-as aos pacientes sob cuidados e familiares, tendo em vista as escolhas possíveis;

Trecho 36 - PPC 02 MED

VI - Acompanhamento e Avaliação de Planos Terapêuticos:

a) Acompanhar e avaliar a **efetividade** das intervenções realizadas, considerando, também, as avaliações da pessoa sob cuidados, ou do seu responsável, com relação aos resultados obtidos, analisando **dificuldades** e **valorizando** conquistas; [...]

e) Registrar o acompanhamento do plano terapêutico no prontuário, buscando torná-lo um instrumento **orientador** do cuidado **integral** e **longitudinal** da pessoa sob seus cuidados.

Dupla função efetividade Avaliativo + e. asseverativo
--

Trecho 37 - PPC 02 MED

Atenção às necessidades coletivas [...]

III – Estabelecer diagnóstico de saúde e **priorização** de problemas, considerando sua magnitude, existência de recursos para o seu enfrentamento e **importância** técnica, cultural e política do contexto;

IV - Participar na discussão e construção de projetos de intervenção em grupos sociais, orientando-os para a **melhoria** dos indicadores de saúde, considerando **sempre** sua **autonomia** e aspectos **culturais**; [...]

VII – Elaborar planos de ação **factíveis**, orientados para sanar/minorar os problemas **priorizados** pelo processo de diagnóstico das necessidades coletivas;

VIII - Participar no planejamento e avaliação dos projetos e ações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), prestando contas e promovendo ajustes orientados à **melhoria** da saúde coletiva.

Dupla função factíveis Avaliativo + e. asseverativo
--

Trecho 38 - PPC 02 MED

Gestão em Saúde [...]

- b) Identificar oportunidades e desafios na organização do trabalho nas redes de serviços de saúde, reconhecendo o conceito ampliado de saúde, assumindo compromissos com a **qualidade, integralidade e continuidade** da atenção; [...]
- d) Incluir a perspectiva dos usuários, família e comunidade, favorecendo sua maior autonomia na decisão do plano terapêutico, respeitando seu processo de planejamento e de decisão considerando, ainda, os seus **valores e crenças**; [...]
- g) Considerar opiniões **diferentes**, atuando **com respeito** à diversidade de valores, de papéis e de responsabilidades no cuidado à saúde;
- h) Conhecer elementos **básicos** do planejamento de ações de organização do processo de trabalho e da atenção à saúde;
- i) Utilizar a criatividade e buscar a **inovação**, na construção de planos de intervenção;
- j) Compreender o funcionamento dos colegiados de gestão e de controle social.
- k) Utilizar as **melhores** evidências, protocolos e diretrizes, cientificamente reconhecidos, para promover o **máximo** benefício à saúde das pessoas e da coletividade, segundo padrões de **qualidade** e de **segurança**;
- l) Participar em espaços formais de reflexão coletiva sobre o processo de trabalho em saúde e sobre os planos de intervenção;
- m) Compreender e realizar intervenções de avaliação e monitoramento de ações de saúde;
- n) Utilizar resultados de avaliações para promover ajustes e **novas** ações, sendo capaz de manter os planos permanentemente atualizados e o trabalho em saúde em constante aprimoramento.

Trecho 39 - PPC 02 MED

Educação em Saúde [...]

- c) Atuar com postura **aberta** à transformação do conhecimento e da própria prática;
- d) Estimular a construção coletiva de conhecimento em todas as oportunidades do processo de trabalho, propiciando espaços formais de educação **continuada**, participando da formação de **futuros** profissionais;
- e) Utilizar os desafios do trabalho para estimular e aplicar o raciocínio científico, formulando perguntas e hipóteses e buscando dados e informações;
- f) Analisar, **criticamente**, a literatura científica no sentido de avaliar evidências e práticas no cuidado, na gestão do trabalho e na educação de profissionais de saúde, pacientes, famílias e responsáveis;
- g) Identificar a necessidade de produção de **novos** conhecimentos em saúde, a partir das necessidades da sociedade, da reflexão sobre a própria prática, da produção científica e o do desenvolvimento tecnológico disponíveis.

Dupla função - criticamente - Avaliativo + delimitador

Trecho 40 - PPC 02 MED

Campo de atuação

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com **melhor** de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Trecho 41 - PPC 02 MED

Atualmente, existem 55 especialidades médicas, com 59 áreas de atividade, nas quais o médico pode atuar como especialista, constituindo-se um **abrangente** campo de atuação.

Trecho 42 - PPC 02 MED

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com melhor de sua capacidade profissional e **sem discriminação** de qualquer natureza.

Essas possibilidades de atuação no campo da assistência possibilitam uma **alta** taxa de empregabilidade no estado e em outras regiões do país.

Modalizador delimitador

Trecho 43 - PPC 02 MED

O Curso de Medicina do CCM/UFPB tem por objetivo formar médicos capazes de atuar através de uma prática clínica de excelência, , **de modo ético, com responsabilidade social**, comprometidos com a atuação sobre os determinantes sociais que proporcionam o adoecimento, com a sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, a preservação da saúde, a prevenção de doenças, o cuidado aos agravos prevalentes na região, respondendo às necessidades em saúde da população.

de modo ético, com responsabilidade social Dupla função: delimitador + avaliativo
--

Trecho 44 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

a) Implementar o projeto pedagógico do curso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, promovendo o compartilhamento de saberes e garantindo uma formação **generalista**, com visão crítica e reflexiva, baseada em princípios éticos e humanísticos adequados aos desafios da sociedade **atual**;

Trecho 45 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

e) Desenvolver o cuidado centrado na pessoa, na família e na comunidade, com o desenvolvimento **de relação horizontal, compartilhada**, respeitando as necessidades e desejos da pessoa, família e comunidade, a compreensão destes sobre o adoecer, a identificação de objetivos e responsabilidades comuns entre profissionais de saúde e usuários no cuidado;

Trecho 46 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

g) Atuar considerando as dimensões **da diversidades biológica, subjetiva, étnico racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural, ética** e demais aspectos que compõem o espectro da diversidade humana que singularizam cada pessoa ou cada grupo social;

Trecho 47 - PPC 02 MED

Objetivos Específicos

h) Promover a formação **interprofissional**, garantindo o desenvolvimento de competências para o trabalho em equipe; bem como, o relacionamento **interpessoal e ético** em todos os níveis da atuação profissional;
i) Promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência, fortalecendo uma formação **abrangente e interdisciplinar**;

Dupla função - **interpessoal e ético / abrangente** - Delimitador + avaliativo

Trecho 48 - PPC 02 MED

O graduado em Medicina terá formação geral, humanística, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, **nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social** e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como **transversalidade** em sua prática, a determinação social do processo de saúde e doença.

Trecho 49 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica:

- a) Estabelecer relação profissional **ética** no contato com pacientes, familiares ou responsáveis;
- b) Identificar situações **de emergência**, desde o início do contato, atuando de modo a preservar a saúde e a integridade **física e mental** das pessoas sob cuidado;

Dupla função - ética / de emergência Delimitador + avaliativo

Trecho 50 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica: [...]

- d) Utilizar linguagem compreensível no processo de cuidado, estimulando o relato espontâneo da pessoa sob cuidados, tendo em conta **os aspectos psicológicos, culturais e contextuais**, sua história de vida, o ambiente em que vive e suas relações **sócio familiares**, assegurando-lhe privacidade e conforto;

Trecho 51 - PPC 02 MED

Competências específicas

I - Realização da História Clínica: [...]

- f) Identificar os motivos ou queixas, mantendo neutralidade na escuta, e considerando o contexto de vida, **os elementos biológicos, psicológicos, socioeconômicos**;
- g) Realizar a anamnese, utilizando o raciocínio clínico-epidemiológico, as técnicas semiológicas e de comunicação, com conhecimento das evidências **científicas**;
- h) Investigar sinais e sintomas, repercussões da situação, hábitos, fatores de risco, exposição às iniquidades econômicas e sociais e de saúde, condições correlatas e antecedentes pessoais e familiares;
- i) Registrar os dados relevantes da anamnese no prontuário **de forma clara e legível**.

Dupla função - de forma clara e legível - Delimitador + avaliativo

Trecho 52 - PPC 02 MED

II- Realização do Exame Físico: [...]

- c) Atuar com postura ética, respeitosa e destreza técnica na inspeção, palpação, ausculta e percussão, com precisão na aplicação das manobras e procedimentos do exame físico **geral e específico**;
- d) Considerar, no exame, a história clínica, a **diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, linguístico-cultural e de pessoas com deficiência**; e
- e) Esclarecer, ao paciente ou ao responsável por ele, sobre os sinais verificados, registrando as informações no prontuário **de modo legível**.

Dupla função - de modo legível - Delimitador + avaliativo
--

Trecho 53 - PPC 02 MED

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas:

- a) Estabelecer hipóteses diagnósticas mais prováveis, relacionando os dados da história, exame físico e outros exames clínicos;
- b) Realizar análise do prognóstico dos problemas do paciente, considerando **os contextos pessoal, familiar, laboral, epidemiológico, ambiental** e outros pertinentes;
- c) Informar sobre as hipóteses estabelecidas, **de forma ética e humanizada**, utilizando técnicas adequadas de comunicação **interpessoal**, e considerando as dúvidas e questionamentos do paciente, familiares e/ou responsáveis;

Dupla função - de forma ética e humanizada - Delimitador + avaliativo
--

Trecho 54 - PPC 02 MED

IV - Promoção de Investigação Diagnóstica:

- a) Informar ao paciente e/ou responsável, sobre a investigação **diagnóstica** para ampliar, confirmar ou afastar hipóteses **diagnósticas**, incluindo as indicações de realização de aconselhamento genético;
- b) Solicitar exames complementares, com base nas melhores evidências **científicas**, conforme as necessidades da pessoa sob cuidados, avaliando suas possibilidades de acesso aos testes necessários;
- c) Avaliar, **de forma singular**, as condições de segurança da pessoa sob seus cuidados, considerando a eficiência, eficácia e efetividade dos exames;
- d) Interpretar os resultados dos exames realizados, considerando as hipóteses **diagnósticas**, a condição clínica e o contexto da pessoa sob cuidados; e
- e) Registrar, no prontuário, as ações de investigação diagnóstica, **de forma clara e objetiva**.

Dupla função - de forma clara e objetiva - Delimitador + avaliativo
--

Trecho 55 - PPC 02 MED

V - Elaboração e Implementação de Planos Terapêuticos:

- a) Estabelecer, a partir de raciocínio clínico-epidemiológico e em contextos **específicos**, a efetivação de planos **terapêuticos**, contemplando as dimensões de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação;
- b) Compartilhar as decisões terapêuticas, promovendo a **autonomia** da pessoa do paciente, informando sobre as implicações do plano **terapêutico**, e sobre o prognóstico, segundo evidências **científicas**; e, também, considerando práticas culturais de cuidado e cura, e necessidades **individuais e coletivas**; [...]
- e) Implementar as ações pactuadas e disponibilizar as prescrições e orientações **de forma legível**, estabelecendo e negociando o acompanhamento ou, se necessário, o encaminhamento do paciente sob tratamento com justificativa;
- f) Informar sobre situações de notificação compulsória aos setores responsáveis;
- g) Analisar a relação custo-efetividade das intervenções realizadas, explicando-as aos pacientes sob cuidados e familiares, tendo em vista as escolhas possíveis;
- h) Atuar, **de forma autônoma e competente**, nas situações prevalentes **de urgência e/ou emergência**.

Dupla função - autonomia /de forma legível /de forma autônoma e competente - Delimitador + avaliativo
--

Trecho 56 - PPC 02 MED

Atenção às necessidades coletivas

- I - Acessar e utilizar informações que incluam o contexto **cultural, institucional, socioeconômico e ambiental** em seu território, visando compreender a determinação social no processo saúde-doença, assim como seu enfrentamento;
- II - Relacionar os dados e as informações obtidas, articulando **os aspectos biológicos, psicológicos, socioeconômicos e culturais** relacionados ao adoecimento e à vulnerabilidade de grupos;
- III – Estabelecer diagnóstico de saúde e priorização de problemas, considerando sua magnitude, existência de recursos para o seu enfrentamento e importância **técnica, cultural e política** do contexto; [...]
- V - Estimular a inserção de ações de promoção e educação em saúde, em todos os níveis de atenção, com ênfase na **atenção básica**, voltadas às ações de cuidado com o corpo e a saúde;
- VI - Estimular a **interprofissionalidade** e a participação dos representantes de segmentos sociais na elaboração dos projetos em saúde;
- VII – Elaborar planos de ação factíveis, orientados para sanar/minorar os problemas priorizados pelo processo de diagnóstico das necessidades **coletivas**;
- VIII - Participar no planejamento e avaliação dos projetos e ações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), prestando contas e promovendo ajustes orientados à melhoria da saúde **coletiva**.

Dupla função - **os aspectos biológicos, psicológicos, socioeconômicos e culturais** - Delimitador + avaliativo

Trecho 57 - PPC 02 MED

Gestão em Saúde

- a) Conhecer a história das políticas **públicas** de saúde no Brasil, dos princípios do SUS, bem como, os desafios na organização do trabalho em saúde; [...]
- e) Atuar em equipe e compartilhar saberes, respeitando normas **institucionais** dos ambientes de trabalho e agindo com compromisso **ético-profissional**; [...]
- k) Utilizar as melhores evidências, protocolos e diretrizes, **cientificamente** reconhecidos, para promover o máximo benefício à saúde **das pessoas e da coletividade**, segundo padrões **de qualidade e de segurança**;
- l) Participar em espaços **formais** de reflexão **coletiva** sobre o processo de trabalho em saúde e sobre os planos de intervenção;

Dupla função - **Ético profissional**: delimitador + avaliativo

Trecho 58 - PPC 02 MED

Educação em Saúde

- a) Identificar as necessidades de aprendizagem próprias de pessoas sob seus cuidados e responsáveis, dos cuidadores, dos familiares, da equipe **multiprofissional**, de grupos sociais ou da comunidade;

- b) Estabelecer um ambiente de compartilhamento de saberes nos seus locais de atuação profissional e fomentar o desenvolvimento de ações de aprendizagem **colaborativa**;
- c) Atuar com postura aberta à transformação do conhecimento e da própria prática;
- d) Estimular a construção **coletiva** de conhecimento em todas as oportunidades do processo de trabalho, propiciando espaços **formais** de educação continuada, participando da formação de futuros profissionais;
- e) Utilizar os desafios do trabalho para estimular e aplicar o raciocínio **científico**, formulando perguntas e hipóteses e buscando dados e informações; [...]
- g) Identificar a necessidade de produção de novos conhecimentos em saúde, a partir das necessidades da sociedade, da reflexão sobre a própria prática, da produção científica e o do desenvolvimento **tecnológico disponíveis**.

Trecho 59 - PPC 02 MED

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde **do ser humano e das coletividades humanas**, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Trecho 60- PPC 02 MED

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação **de qualquer natureza**.

Dupla função - **de qualquer natureza** - Delimitador + asseverativo

Trecho 61 - PPC 02 MED

No Brasil, o título de médico permite o exercício profissional, como generalista, em serviços **públicos e privados** de saúde

Trecho 62 - PPC 02 MED

O médico também pode atuar no exercício da docência, da perícia médica, pesquisa e gestão de instituições **públicas e privadas**, ampliando o mercado de trabalho.

Coocorrência de avaliativos

Trecho 63 - PPC 02 MED

Gestão em saúde [...]

d) Incluir a perspectiva dos usuários, família e comunidade, favorecendo sua **maior autonomia** na decisão do plano terapêutico, respeitando seu processo de planejamento e de decisão considerando, ainda, os seus valores e crenças;

Trecho 64 - PPC 02 MED

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão que regulamenta a profissão de Médico, ao final do Curso de Medicina, o discente egresso (Médico) terá, como objetivo de atuação, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o **máximo de zelo**, com melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Coocorrência de D. de obrigatoriedade + avaliativo

Trecho 65 - PPC 02 MED

V - Elaboração e Implementação de Planos Terapêuticos: [...]

d) Estabelecer um pacto sobre as ações de cuidado, promovendo a participação de outros profissionais, **sempre que necessário**;

Que necessário: dupla função – D. de obrigatoriedade e delimitador

Trecho 66 - PPC 02 MED

VI - Acompanhamento e Avaliação de Planos Terapêuticos: [...]

c) Realizar revisão do diagnóstico e do plano terapêutico, **sempre que necessário**;

Coocorrência de E. asseverativo + avaliativo

Trecho 67 - PPC 02 MED

Gestão em saúde [...]

n) Utilizar resultados de avaliações para promover ajustes e novas ações, sendo capaz de manter os planos **permanentemente atualizados** e o trabalho em saúde em **constante aprimoramento**.

Coocorrência de E. quase asseverativo + avaliativo

Trecho 68 - PPC 02 MED

III- Formulação de Hipóteses e Priorização de Problemas:

a) Estabelecer hipóteses diagnósticas **mais prováveis**, relacionando os dados da história, exame físico e outros exames clínicos;

APÊNDICE C – Catalogação do PPC 03 (Engenharia de Materiais)

Modalizador epistêmico asseverativo

Modalizador epistêmico quase-asseverativo

Modalizador epistêmico habilitativo

Trecho 01 - PPC 03 ENG

1. Objetivo do Curso [...]

2) Formar engenheiros **capazes** de resolver problemas de engenharia aplicando conhecimentos básicos de física, química, meio ambiente, economia, administração gestão e análise de conjuntura econômica, política e social; [...]

10) Desenvolver habilidades de autoaprendizagem, formando profissionais **capazes** de construir o conhecimento, a partir de uma relação de ensino/aprendizagem eficaz desenvolvida com o professor.

Capazes – Dupla função: E. habilitativo + avaliativo

Modalizador deontico de obrigatoriedade

Trecho 02 - PPC 03 ENG

2. Perfil do Engenheiro de Materiais

O curso **deverá** dar condições a seus egressos para adquirir um perfil profissional compreendendo:

Modalizador deontico de proibição

Modalizador deontico de possibilidade

Trecho 03 - PPC 03 ENG

O curso deverá dar condições a seus egressos para adquirir um perfil profissional compreendendo: [...]

2) Formação profissional abrangente que contemple assuntos que **possibilitem** o sólido conhecimento dos fundamentos, materiais, sistemas e processos característicos da área de habilitação em Engenharia de Materiais, aliada à capacidade para enfrentar e solucionar problemas da área

Modalizador deôntico volitivo

Trecho 04 - PPC 03 ENG

O Curso **pretende** desenvolver competências técnicas de supervisão, estudo, projeto, especificação, assistência, consultoria, perícia e pareceres técnicos; ensino, pesquisa, ensaio, padronização, controle de qualidade; montagem, operação e reparo de equipamentos e outras atividades referentes aos procedimentos tecnológicos na fabricação de materiais para a indústria e suas transformações industriais; e equipamentos destinados a essa produção industrial especializada, seus serviços afins e correlatos.

Modalizador avaliativo

Trecho 05 - PPC 03 ENG

. Objetivo do Curso [...]

- 1) Formar Engenheiros de Materiais com perfil generalista, tendo uma visão **abrangente** com relação à concepção, desenvolvimento e processamento dos mais diversos tipos de materiais;
- 2) Formar engenheiros capazes de resolver problemas de engenharia aplicando conhecimentos básicos de física, química, meio ambiente, economia, administração gestão e análise de conjuntura econômica, política e social;
- 3) Conscientizar o **futuro** profissional de Engenharia de Materiais sobre o seu papel na proposição de alternativas que contemplem um desenvolvimento sustentável **preocupado** com a questão ambiental; [...]
- 5) Sensibilizar para a **importância** da educação continuada e da pesquisa, através do estímulo as atividades de iniciação científica;
- 6) Capacitar para o planejamento e gestão de serviços, políticas, assessoria e consultoria em projetos de diversas ordens nas áreas pertinentes;
- 7) Ampliar as oportunidades de formação humanística, crítica, ética e empreendedora para desenvolver no egresso **maior** habilidade com as questões de gerenciamento de equipes nas relações profissionais e pessoais;
- 8) Capacitar para o trabalho em equipes multidisciplinares ou para **facilidade** de comunicar-se **eficientemente**, através da realização e apresentação de seminários e/ou trabalhos em grupos;
- 9) Desenvolver habilidades de comunicação oral e escrita pela elaboração de resumos, relatórios e seminários individuais;
- 10) Desenvolver habilidades de autoaprendizagem, formando profissionais capazes de construir o conhecimento, a partir de uma relação de ensino/aprendizagem **eficaz** desenvolvida com o professor.

eficientemente avaliativo + delimitador
--

Trecho 06 - PPC 03 ENG

O curso deverá dar condições a seus egressos para adquirir um perfil profissional compreendendo:

- 1) **Sólida** formação básica, com metodologia da investigação científica e os fundamentos científicos e tecnológicos da engenharia;
- 2) Formação profissional **abrangente** que contemple assuntos que possibilitem o **sólido** conhecimento dos fundamentos, materiais, sistemas e processos característicos da área de habilitação em Engenharia de Materiais, aliada à capacidade para enfrentar e solucionar problemas da área;
- 3) Formação profissional que incentive a criatividade, a autoaprendizagem e a busca **contínua** por atualização e aperfeiçoamento;
- 4) Formação profissional generalista mediante o aprofundamento ou desdobramento de componentes curriculares **pertinentes** às **principais** áreas da Engenharia de Materiais (metais, polímeros, cerâmicas e compósitos);
- 5) Formação multidisciplinar que propicie:
 - Conhecimentos básicos de gerenciamento de seres humanos e da ética no exercício da profissão;
 - Capacidade de utilização da informática como ferramenta no exercício da atividade de engenheiro;
 - Capacidade de compreensão e expressão oral e escrita;
 - Sensibilidade para as questões humanísticas (ética, solidariedade e cidadania), sociais, (**melhoria** do bem estar do homem) e ambientais (danos causados ao meio ambiente durante a execução do projeto e pela sua utilização);

Trecho 07 - PPC 03 ENG

Somado aos aspectos técnicos da Engenharia de Materiais, o gerenciamento de equipe, orçamentos e projetos, assim como o controle de qualidade de produtos, processos e serviços também são habilidades **paralelas** do dia a dia dos engenheiros. A atitude **ética e crítica**, considerando os direitos humanos, as **diferenças étnica-raciais e sustentabilidade** também são habilidades a serem **aprimoradas** durante a formação do discente.

ética e crítica : avaliativo + delimitador

Trecho 08 - PPC 03 ENG

O Engenheiro de Materiais tem a função de atuar nas indústrias de extração de matérias primas, de produção e transformação dos **diferentes** tipos de materiais. Sua prática profissional vai desde a atividade de rotina nas **diferentes** indústrias da cadeia produtiva dos materiais até o desenvolvimento de inovações em materiais, processos e produtos nas mais diversificadas áreas do conhecimento.

Trecho 09 - PPC 03 ENG

Esse profissional pesquisa aperfeiçoa produtos e aplicações, tanto para novos materiais como para produtos já **existentes**. Entre as **principais** classes dos materiais destacam-se: materiais metálicos, cerâmicos, poliméricos e compósitos.

Modalizador delimitador

Trecho 10 - PPC 03 ENG

1. Objetivo do Curso [...]

- 1) Formar Engenheiros de Materiais com perfil **generalista**, tendo uma visão abrangente com relação à concepção, desenvolvimento e processamento dos mais diversos tipos de materiais;
- 2) Formar engenheiros capazes de resolver problemas de engenharia aplicando conhecimentos básicos **de física, química, meio ambiente, economia, administração gestão e análise de conjuntura econômica, política e social**;
- 3) Conscientizar o futuro profissional de Engenharia de Materiais sobre o seu papel na proposição de alternativas que contemplem um desenvolvimento **sustentável** preocupado com a questão ambiental;
- 4) Desenvolver a capacidade de formular e solucionar problemas da indústria/pesquisa **de forma crítica e criativa**, por meio de estudos de casos e discussões de problemas vivenciados pelos próprios alunos em suas atividades de pesquisa, extensão e trabalhos de campo;
- 5) Sensibilizar para a importância da educação continuada e da pesquisa, através do estímulo as atividades de iniciação científica;
- 6) Capacitar para o planejamento e gestão de serviços, políticas, assessoria e consultoria em projetos de diversas ordens nas áreas pertinentes;
- 7) Ampliar as oportunidades **de formação humanística, crítica, ética e empreendedora** para desenvolver no egresso maior habilidade com as questões de gerenciamento de equipes nas relações **profissionais e pessoais**;
- 8) Capacitar para o trabalho em equipes **multidisciplinares** ou para facilidade de comunicar-se eficientemente, através da realização e apresentação de seminários e/ou trabalhos em grupos;
- 9) Desenvolver habilidades de comunicação **oral e escrita** pela elaboração de resumos, relatórios e seminários **individuais**;

sustentável / de forma crítica e criativa / de formação humanística, crítica, ética e empreendedora: delimitador + avaliativo

Trecho 11 - PPC 03 ENG

O curso deverá dar condições a seus egressos para adquirir um perfil profissional compreendendo:

- 1) Sólida formação **básica**, com metodologia da investigação científica e os fundamentos científicos e tecnológicos da engenharia; [...]
- 3) Formação profissional que incentive a criatividade, a autoaprendizagem e a busca contínua por atualização e aperfeiçoamento;
- 4) Formação profissional **generalista** mediante o aprofundamento ou desdobramento de componentes curriculares pertinentes às principais áreas da Engenharia de Materiais (metais, polímeros, cerâmicas e compósitos);
- 5) Formação **multidisciplinar** que propicie:
 - Conhecimentos **básicos** de gerenciamento de seres humanos e **da ética** no exercício da profissão;
 - Capacidade de utilização da informática como ferramenta no exercício da atividade de engenheiro;
 - Capacidade de compreensão e expressão **oral e escrita**;
 - Sensibilidade para as **questões humanísticas** (ética, solidariedade e cidadania), sociais, (melhoria do bem estar do homem) e ambientais (danos causados ao meio ambiente durante a execução do projeto e pela sua utilização);
 - Capacidade para o trabalho em equipes **multidisciplinares**;
 - Capacidade prática **de abordagem experimental**;

básicos / básica / da ética Delimitador + avaliativo

Trecho 12 - PPC 03 ENG

O Curso pretende desenvolver **competências técnicas** de supervisão, estudo, projeto, especificação, assistência, consultoria, perícia e pareceres técnicos; ensino, pesquisa, ensaio, padronização, controle de qualidade; montagem, operação e reparo de equipamentos e outras atividades referentes aos procedimentos **tecnológicos** na fabricação de materiais para a indústria e suas transformações industriais; e equipamentos destinados a essa produção industrial **especializada**, seus serviços afins e correlatos.

Trecho 13 - PPC 03 ENG

Somado aos aspectos **técnicos** da Engenharia de Materiais, o gerenciamento de equipe, orçamentos e projetos, assim como o controle de qualidade de produtos, processos e serviços também são **habilidades** paralelas do dia a dia dos engenheiros. A atitude ética e crítica, considerando os direitos humanos, as diferenças étnica-raciais e sustentabilidade também são **habilidades** a serem aprimoradas durante a formação do discente.

Trecho 14 - PPC 03 ENG

A prestação de serviço **especializada** com foco na cadeia produtiva de cada tipo de material também faz parte da atuação do engenheiro de materiais. Testes de laboratório voltados para a caracterização dos materiais nas mais diversificadas escalas de observação é outro campo de atuação do Engenheiro de Materiais.

Trecho 15 - PPC 03 ENG

Esse profissional pesquisa aperfeiçoa produtos e aplicações, tanto para **novos** materiais como para produtos já existentes. Entre as principais classes dos materiais destacam-se: materiais metálicos, cerâmicos, poliméricos e compósitos.

novos - Delimitador + avaliativo

Coocorrência de avaliativos

Trecho 16 - PPC 03 ENG

O Engenheiro de Materiais tem a função de atuar nas indústrias de extração de matérias primas, de produção e transformação dos diferentes tipos de materiais. Sua prática profissional vai desde a atividade de rotina nas diferentes indústrias da cadeia produtiva dos materiais até o desenvolvimento de inovações em materiais, processos e produtos nas **mais diversificadas** áreas do conhecimento. A prestação de serviço especializada com foco na cadeia produtiva de cada tipo de material também faz parte da atuação do engenheiro de materiais. Testes de laboratório voltados para a caracterização dos materiais nas **mais diversificadas** escalas de observação é outro campo de atuação do Engenheiro de Materiais.

APÊNDICE D – Catalogação do PPC 04 (Gastronomia)

Modalizador epistêmico asseverativo

Modalizador epistêmico quase-asseverativo

Modalizador epistêmico habilitativo

Trecho 01 - PPC 04 GAST

O objetivo do curso é formar Bacharéis em Gastronomia **aptos** a gerenciar processos e pessoas em diferentes setores e segmentos públicos e privados, interligados com ações gastronômicas e alimentares.

aptos - E. habilitativo + avaliativo

Trecho 02 - PPC 04 GAST

O curso, até o momento, ainda não possui Diretrizes Curriculares Nacionais, porém o Bacharel em Gastronomia pela UFPB será **capacitado** na sua formação profissional contemplando os seguintes objetivos:

Trecho 03 - PPC 04 GAST

Gestão Empreendedora na Gastronomia – visa possibilitar aos alunos ter conhecimentos específicos nas áreas funcionais de gestão (produção, gestão de pessoas, marketing e finanças) para que sejam **capazes** de atuar 7 Universidade Federal da Paraíba - UFPB Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gastronomia como gestores de seus empreendimentos ou na assessoria de organizações públicas e privadas no setor gastronômico;

capazes - E. habilitativo + avaliativo

Trecho 04 - PPC 04 GAST

O curso de graduação em Gastronomia se propõe a formar bacharéis com sólida formação inter e multidisciplinar **capazes** de atuar na Gestão dos Empreendimentos Gastronômicos, Cultura, Ciência dos Alimentos e Técnicas de Preparo em Alimentos, com capacidade e aptidão para compreender as questões éticas, humanísticas e de preservação do meio ambiente, aplicando o conhecimento relacionado à gestão em restaurantes, bares, hotéis, hospitais, buffets, resorts, catering entre outros.

capazes - E. habilitativo + avaliativo

Trecho 05 - PPC 04 GAST

Além disso, o egresso estará **apto** a assimilação de contínuas e novas informações emergentes do setor gastronômico regional, nacional e internacional.

apto - E. habilitativo + avaliativo
--

Trecho 06 - PPC 04 GAST

Ademais, buscar-se-á ofertar condições de ensino e de aprendizagem que o Bacharel em Gastronomia **possa** desenvolver as seguintes competências específicas:

Modalizador deontico de obrigatoriedade

Trecho 07 - PPC 04 GAST

Ciência e Tecnologia de Alimentos – permitir que os alunos aprendam a empregar procedimentos técnicos e científicos **necessários** à manipulação, produção de alimentos e preparação de pratos. Ainda, aplicar as técnicas estudadas na criação e inovação de alimentos e bebidas, proporcionar prazer gustativo, além da segurança alimentar. E minimizar o desperdício e os resíduos, procurando atenuar os impactos gerados na sua atuação.

Trecho 08 - PPC 04 GAST

No Brasil, não existe ainda regulamentação para a profissão de gastrônomo, bem como inexistem Conselhos Federais e Regionais para legislar acerca das **atribuições** do exercício profissional desta classe.

Trecho 09 - PPC 04 GAST

O curso de Gastronomia **deverá** promover o desenvolvimento das competências gerais no Bacharel em Gastronomia, focando na formação de profissionais criativos e empreendedores, podendo atuar nos setores público e privado, no gerenciamento de custos, de pessoas, de preparo de alimentos e bebidas, nas diferentes modalidades de serviços em gastronomia, respeitando as características socioculturais a preservação ambiental, tendo como base a promoção dos princípios científicos de diversas áreas do conhecimento.

Trecho 10 - PPC 04 GAST

Ademais, buscar-se-á ofertar condições de ensino e de aprendizagem que o Bacharel em Gastronomia possa desenvolver as seguintes competências específicas:

- **Administrar** empreendimentos gastronômicos: aplicando o planejamento, a organização e o controle das atividades relacionadas ao preparo de alimentos e bebidas em unidades de produção, valorizando aspectos socioculturais e ambientais de acordo com os princípios da segurança alimentar;
- **Desenvolver, assessorar e prestar** consultoria em projetos na área de gestão e gastronomia, a órgãos, empresas e instituições;
- **Planejar e executar** estudos mercadológicos para analisar a viabilidade de implantação de um empreendimento no setor de gastronomia;
- **Gerenciar** as relações de venda com os clientes;
- **Controlar** a qualidade no processo de produção de alimentos e bebidas considerando os aspectos sensoriais, higiênico-sanitários, histórico-culturais, nutricionais, físico-químicos, de segurança do trabalho e socioambiental;
- **Compreender** as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas a área de gastronomia;
- **Contribuir** para a formação humanística, profissional e a sistematização dos saberes em gastronomia;
- **Gerenciar** a logística desde a recepção dos alimentos e seu acondicionamento dentro das normas de higiene;
- **Assimilar** contínuos e novos conhecimentos do setor gastronômico regional, nacional e internacional;
- **Gerenciar e operacionalizar** eventos gastronômicos;
- **Cuidar e controlar** a limpeza da despensa e cozinha antes, durante e após os serviços;
- **Conhecer** o funcionamento dos diversos utensílios e equipamentos presentes na cozinha;
- **Planejar** cardápios, montagem e finalização de pratos;
- **Atuar** com ética, compromisso e responsabilidade social, em consonância com normas e legislação vigentes.

Modalizador deôntico de proibição

Modalizador deontico de possibilidade

Trecho 11 - PPC 04 GAST

Gestão Empreendedora na Gastronomia – visa **possibilitar** aos alunos ter conhecimentos específicos nas áreas funcionais de gestão (produção, gestão de pessoas, marketing e finanças) para que sejam capazes de atuar 7 Universidade Federal da Paraíba - UFPB Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gastronomia como gestores de seus empreendimentos ou na assessoria de organizações públicas e privadas no setor gastronômico;

- Gastronomia e Cultura – **possibilitar** aos discentes o conhecimento e vivência em torno dos aspectos científicos e culturais os quais englobam a gastronomia num contexto geral, com o objetivo de desenvolver habilidades tanto técnicas quanto artísticas que **possam** ser aplicadas no cotidiano de sua profissão;

Ciência e Tecnologia de Alimentos – **permitir** que os alunos aprendam a empregar procedimentos técnicos e científicos necessários à manipulação, produção de alimentos e preparação de pratos. Ainda, aplicar as técnicas estudadas na criação e inovação de alimentos e bebidas, proporcionar prazer gustativo, além da segurança alimentar. E minimizar o desperdício e os resíduos, procurando atenuar os impactos gerados na sua atuação.

Trecho 12 - PPC 04 GAST

No Brasil, não existe ainda regulamentação para a profissão de gastrônomo, bem como inexistem Conselhos Federais e Regionais para legislar acerca das atribuições do exercício profissional desta classe. Porém, existe uma Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração (CFA), nº 506 de 11 de maio de 2017, que **autoriza** o registro profissional neste conselho de bacharéis da área de hospitalidade (Hotelaria e Turismo). Desta forma, espera-se que em breve o CFA regule também a profissão de Bacharel em Gastronomia, por se tratar de campo conexo à Administração.

Trecho 13 - PPC 04 GAST

O curso de Gastronomia deverá promover o desenvolvimento das competências gerais no Bacharel em Gastronomia, focando na formação de profissionais criativos e empreendedores, **podendo** atuar nos setores público e privado, no gerenciamento de custos, de pessoas, de preparo de alimentos e bebidas, nas diferentes modalidades de serviços em gastronomia, respeitando as características socioculturais a preservação ambiental, tendo como base a promoção dos princípios científicos de diversas áreas do conhecimento.

Trecho 14 - PPC 04 GAST

O Bacharel em Gastronomia **poderá** atuar como gestor em empreendimentos de prestação de serviços de alimentação como restaurantes diversos, catering de transportes em geral, complexos de lazer e recreação, fast-foods, buffets, spas e hospitais. **Podem** atuar também como: personal chef, consultor gastronômico e em ensino e pesquisa.

Modalizador deôntico volitivo

Trecho 15 - PPC 04 GAST

No Brasil, não existe ainda regulamentação para a profissão de gastrônomo, bem como inexistem Conselhos Federais e Regionais para legislar acerca das atribuições do exercício profissional desta classe. Porém, existe uma Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração (CFA), nº 506 de 11 de maio de 2017, que autoriza o registro profissional neste conselho de bacharéis da área de hospitalidade (Hotelaria e Turismo). Desta forma, **espera-se** que em breve o CFA regulamente também a profissão de Bacharel em Gastronomia, por se tratar de campo conexo à Administração.

Modalizador avaliativo

Trecho 16 - PPC 04 GAST

O objetivo do curso é formar Bacharéis em Gastronomia aptos a gerenciar processos e pessoas em **diferentes** setores e segmentos públicos e privados, interligados com ações gastronômicas e alimentares.

Trecho 17 - PPC 04 GAST

Gestão Empreendedora na Gastronomia – visa possibilitar aos alunos ter conhecimentos **específicos** nas áreas funcionais de gestão (produção, gestão de pessoas, marketing e finanças) para que sejam capazes de atuar 7 Universidade Federal da Paraíba - UFPB Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gastronomia como gestores de seus empreendimentos ou na assessoria de organizações públicas e privadas no setor gastronômico;

específicos - avaliativo + delimitador

Trecho 18 - PPC 04 GAST

• Gastronomia e Cultura – possibilitar aos discentes o conhecimento e vivência em torno dos aspectos científicos e culturais os quais englobam a gastronomia num contexto **geral**, com o objetivo de desenvolver habilidades tanto técnicas quanto artísticas que possam ser aplicadas no **cotidiano** de sua profissão;

Ciência e Tecnologia de Alimentos – permitir que os alunos aprendam a empregar procedimentos técnicos e científicos necessários à manipulação, produção de alimentos e preparação de pratos. Ainda, aplicar as técnicas estudadas na criação e **inovação** de alimentos e bebidas, proporcionar prazer gustativo, além da segurança alimentar. E **minimizar** o desperdício e os resíduos, procurando atenuar os impactos gerados na sua atuação.

Trecho 19 - PPC 04 GAST

O curso de graduação em Gastronomia se propõe a formar bacharéis com **sólida** formação inter e multidisciplinar capazes de atuar na Gestão dos Empreendimentos Gastronômicos, Cultura, Ciência dos Alimentos e Técnicas de Preparo em Alimentos, com capacidade e aptidão para compreender as **questões éticas, humanísticas** e de preservação do meio ambiente, aplicando o conhecimento relacionado à gestão em restaurantes, bares, hotéis, hospitais, buffets, resorts, catering entre outros. Além disso, o egresso estará apto a assimilação de **contínuas** e **novas** informações **emergentes** do setor gastronômico regional, nacional e internacional.

questões éticas, humanísticas - avaliativo + delimitador

Trecho 20 - PPC 04 GAST

O curso de Gastronomia deverá promover o desenvolvimento das competências gerais no Bacharel em Gastronomia, focando na formação de profissionais **criativos** e **empreendedores**, podendo atuar nos setores público e privado, no gerenciamento de custos, de pessoas, de preparo de alimentos e bebidas, nas **diferentes** modalidades de serviços em gastronomia, respeitando as características socioculturais a preservação ambiental, tendo como base a promoção dos princípios científicos de diversas áreas do conhecimento.

Trecho 21 - PPC 04 GAST

Ademais, buscar-se-á ofertar condições de ensino e de aprendizagem que o Bacharel em Gastronomia possa desenvolver as seguintes competências específicas:

• Administrar empreendimentos gastronômicos: aplicando o planejamento, a organização e o **controle** das atividades relacionadas ao preparo de alimentos e bebidas em unidades de

produção, **valorizando aspectos socioculturais e ambientais** de acordo com os princípios da segurança alimentar;

- Desenvolver, assessorar e prestar consultoria em projetos na área de gestão e gastronomia, a órgãos, empresas e instituições;
- Planejar e executar estudos mercadológicos para analisar a viabilidade de implantação de um empreendimento no setor de gastronomia;
- Gerenciar as relações de venda com os clientes;
- Controlar a **qualidade** no processo de produção de alimentos e bebidas considerando os aspectos sensoriais, higiênico-sanitários, histórico-culturais, nutricionais, físico-químicos, de segurança do trabalho e socioambiental;
- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas a área de gastronomia;
- Contribuir para a formação **humanística, profissional** e a sistematização dos saberes em gastronomia;
- Gerenciar a logística desde a recepção dos alimentos e seu acondicionamento dentro das normas de higiene;
- Assimilar **contínuos** e **novos** conhecimentos do setor gastronômico regional, nacional e internacional;
- Gerenciar e operacionalizar eventos gastronômicos;
- Cuidar e controlar a limpeza da despensa e cozinha antes, durante e após os serviços;
- Conhecer o funcionamento dos diversos utensílios e equipamentos presentes na cozinha;
- Planejar cardápios, montagem e finalização de pratos;
- Atuar com **ética, compromisso e responsabilidade social**, em consonância com normas e legislação vigentes.

humanística, profissional / aspectos socioculturais e ambientais - avaliativo + delimitador

Trecho 22 - PPC 04 GAST

O avanço tecnológico e a reorganização do mercado de alimentos e bebidas em processo no Brasil levaram a uma **grande** expansão e **valorização** do setor gastronômico.

Modalizador delimitador

Trecho 23 - PPC 04 GAST

O objetivo do curso é formar Bacharéis em Gastronomia aptos a gerenciar processos e pessoas em diferentes setores e segmentos **públicos e privados**, interligados com ações gastronômicas e alimentares.

Trecho 24 - PPC 04 GAST

O curso, até o momento, ainda não possui Diretrizes Curriculares Nacionais, porém o Bacharel em Gastronomia pela UFPB será capacitado na sua formação **profissional** contemplando os seguintes objetivos:

Trecho 25 - PPC 04 GAST

Gestão Empreendedora na Gastronomia – visa possibilitar aos alunos ter conhecimentos específicos nas áreas funcionais de gestão (produção, gestão de pessoas, marketing e finanças) para que sejam capazes de atuar 7 Universidade Federal da Paraíba - UFPB Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gastronomia como gestores de seus empreendimentos ou na assessoria de organizações **públicas e privadas** no setor gastronômico;

Trecho 26 - PPC 04 GAST

- Gastronomia e Cultura – possibilitar aos discentes o conhecimento e vivência em torno dos **aspectos científicos e culturais** os quais englobam a gastronomia num contexto geral, com o objetivo de desenvolver habilidades **tanto técnicas quanto artísticas** que possam ser aplicadas no cotidiano de sua profissão;

Trecho 27 - PPC 04 GAST

Ciência e Tecnologia de Alimentos – permitir que os alunos aprendam a empregar procedimentos **técnicos e científicos** necessários à manipulação, produção de alimentos e preparação de pratos. Ainda, aplicar as técnicas estudadas na criação e inovação de alimentos e bebidas, proporcionar prazer gustativo, além da segurança alimentar.

Trecho 28 - PPC 04 GAST

O curso de graduação em Gastronomia se propõe a formar bacharéis com sólida formação **inter e multidisciplinar** capazes de atuar na Gestão dos Empreendimentos Gastronômicos, Cultura, Ciência dos Alimentos e Técnicas de Preparo em Alimentos, com capacidade e aptidão para compreender as questões éticas, humanísticas e de preservação do meio ambiente, aplicando o conhecimento relacionado à gestão em restaurantes, bares, hotéis, hospitais, buffets, resorts, catering entre outros. Além disso, o egresso estará apto a assimilação de contínuas e novas informações emergentes do setor gastronômico **regional, nacional e internacional**.

inter e multidisciplinar delimitador + avaliativo
--

Trecho 29 - PPC 04 GAST

O curso de Gastronomia deverá promover o desenvolvimento das competências gerais no Bacharel em Gastronomia, focando na formação de profissionais criativos e empreendedores, podendo atuar nos setores **público e privado**, no gerenciamento de custos, de pessoas, de preparo de alimentos e bebidas, nas diferentes modalidades de serviços em gastronomia, respeitando as características **socioculturais** a preservação **ambiental**, tendo como base a promoção dos princípios **científicos** de diversas áreas do conhecimento.

socioculturais delimitador + avaliativo
--

Trecho 30 - PPC 04 GAST

Ademais, buscar-se-á ofertar condições de ensino e de aprendizagem que o Bacharel em Gastronomia possa desenvolver as seguintes competências específicas: [...]

- Controlar a qualidade no processo de produção de alimentos e bebidas considerando os **aspectos sensoriais, higiênico-sanitários, histórico-culturais, nutricionais, físico-químicos, de segurança do trabalho e socioambiental**;
- Compreender as questões **científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas a área de gastronomia**;
- Contribuir para a formação humanística, profissional e a sistematização dos saberes em gastronomia;
- Gerenciar a logística desde a recepção dos alimentos e seu acondicionamento dentro das normas de higiene;
- Assimilar contínuos e novos conhecimentos do setor gastronômico **regional, nacional e internacional**;

Trecho 31 - PPC 04 GAST

O avanço **tecnológico** e a reorganização do mercado **de alimentos e bebidas** em processo no Brasil levaram a uma grande expansão e valorização do setor gastronômico.

APÊNDICE E – Catalogação do PPC 05 (Ciências de Dados para Negócios)

Modalização epistêmica asseverativa

Modalização epistêmica quase-asseverativa

Modalização epistêmica habilitativa

Trecho 01 – PPC 05 CNEG

O Curso de Ciência de Dados para Negócios tem como objetivo formar profissionais alinhados às novas perspectivas do mercado, **capazes** de enfrentar os paradigmas surgidos através das novas interações sociais, das necessidades do moderno mercado de trabalho e das novas possibilidades de atuação profissional.

Capazes – Dupla função : E. habilitativa + avaliativa

Trecho 02 – PPC 05 CNEG

- **Ser capaz de** sugerir, a partir da análise dos dados, melhorias no setor de atividade ou na área de conhecimento onde esteja atuando;

Ser capaz de – Dupla função : E. habilitativa + avaliativa

Trecho 03 – PPC 05 CNEG

4. Modelagem Econométrica - O profissional com maior habilidade nesta área estará **apto** para identificar problemas econômicos em empresas e no setor público, criar algoritmos e modelos preditivos e de inferência causal para então buscar soluções adequadas através dos resultados encontrados.

Apto – Dupla função : E. habilitativa + avaliativa

Modalização deontica de obrigatoriedade

Trecho 04 – PPC 05 CNEG

Dentre os objetivos específicos do curso de Ciência de Dados para Negócios, destacam-se: [...]

II. Integrar o conhecimento **necessário** para o armazenamento, preparação, análise e comunicação dos dados, de modo a melhorar e dar suporte à tomada de decisão em empresas, governos e organizações sociais;

Trecho 05 – PPC 05 CNEG

5. Processamento Distribuído - A área de Processamento Distribuído consiste no desenho e implementação da infraestrutura e plataformas **necessárias** para o desenvolvimento computacional eficiente. Tais processos têm como objetivo tornar os sistemas integrados e, de forma segura, garantir a integração e usabilidade dos usuários.

Modalização deôntica de proibição

Modalização deôntica de possibilidade

Trecho 06 – PPC 05 CNEG

Os egressos do curso de Bacharelado em Ciência de Dados para Negócios terão passado por uma formação sólida e interdisciplinar, que agrega competências e habilidades que **permitem** atuar em áreas que requeiram conhecimentos na manipulação e extração de conhecimento a partir dos dados.

Trecho 07– PPC 05 CNEG

A partir do cenário do perfil do egresso, serão consolidadas as seguintes competências e habilidades para uma formação profissional bem definida e condizente com às características demandadas pela Indústria 4.0: [...]

- Formação voltada ao mercado de trabalho, **possibilitando** uma visão mercadológica da Ciência de Dados e dos novos paradigmas organizacionais em um mercado globalizado;

Trecho 08– PPC 05 CNEG

O curso contempla diferentes áreas de concentração que **permitem** direcionar a especialização e expertise do aluno em uma área de atuação particular, cuja escolha **pode** se basear nas suas preferências, experiências e perspectivas de inserção profissional.

Trecho 09 – PPC 05 CNEG

3. Análise de Dados Econômicos, Financeiros e de Mercado - O entendimento dos dados externos de mercado é de extrema relevância para o mundo dos negócios. Informações sobre preferências dos consumidores, vendas, marketing e do cenário econômico, aliados às

teorias micro e macroeconômicas **permitem** ao profissional um maior entendimento do posicionamento da companhia no mercado, com objetivo direto da busca por novas oportunidades.

Trecho 10 – PPC 05 CNEG

7. Aprendizagem de Máquinas - Esta é uma área cujo conhecimento vem sendo cada vez mais demandado por empresas e governos. Compreende uma etapa mais complexa e abrangente do que a exploração de dados e estatísticas mais simples. Os modelos de aprendizagem de máquina têm como foco obter insumos (dados) e modelar através de algoritmos e testes de validação a regra na qual **pode** se basear para inferir os resultados. Tais técnicas estão na fronteira de muitas organizações para o entendimento dos processos e na previsão para a consolidação das melhores práticas.

Modalização deôntica volitiva

Trecho 11 – PPC 05 CNEG

Ainda, **espera-se** que o profissional formado no curso esteja preparado para interagir com diferentes atores da tomada de decisão, seja no setor privado ou no setor público.

Modalização avaliativa

Trecho 12 – PPC 05 CNEG

O Curso de Ciência de Dados para Negócios tem como objetivo formar profissionais alinhados às **novas** perspectivas do mercado, capazes de enfrentar os paradigmas surgidos através das **novas** interações sociais, das necessidades do moderno mercado de trabalho e das **novas** possibilidades de atuação profissional.

Novas - Dupla função avaliativo + delimitador
--

Trecho 13 – PPC 05 CNEG

Para isto, proverá uma formação interdisciplinar baseada em métodos estatísticos e econométricos, matemática, programação, modelagem de dados, economia, gestão e finanças a fim de solucionar problemas por meio da extração de conhecimento a partir do uso cada vez **maior** e **diversificado** de dados, produzidos pelas empresas, governos e indivíduos.

Trecho 14 – PPC 05 CNEG

Dentre os objetivos específicos do curso de Ciência de Dados para Negócios, destacam-se: [...]

II. Integrar o conhecimento necessário para o armazenamento, preparação, análise e comunicação dos dados, de modo a **melhorar** e dar suporte à tomada de decisão em empresas, governos e organizações sociais;

III. Gerar resultados acadêmicos e técnicos que promovam soluções **eficientes, eficazes e efetivas** para o desenvolvimento local, regional e nacional, mediante a interação da Universidade com empresas, governos e sociedade civil.

Trecho 15 – PPC 05 CNEG

Os egressos do curso de Bacharelado em Ciência de Dados para Negócios terão passado por uma formação **sólida** e interdisciplinar, que agrega competências e habilidades que permitem atuar em áreas que requeiram conhecimentos na manipulação e extração de conhecimento a partir dos dados. Ainda, espera-se que o profissional formado no curso esteja preparado para interagir com **diferentes** atores da tomada de decisão, seja no setor privado ou no setor público.

Trecho 16 – PPC 05 CNEG

A partir do cenário do perfil do egresso, serão consolidadas as seguintes competências e habilidades para uma formação profissional bem definida e **condizente** com às características demandadas pela Indústria 4.0: [...]

- Capacidade de aplicar seus conhecimentos de forma a contribuir para a tomada de decisão mais eficiente e **precisa**, gerando resultados **positivos** para a sociedade;
- Capacidade **crítica** para analisar os conhecimentos adquiridos e assimilar novos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Formação voltada ao mercado de trabalho, possibilitando uma visão mercadológica da Ciência de Dados e dos **novos** paradigmas organizacionais em um mercado **globalizado**; [...]
- Habilidades de programação, assim como conhecimento de softwares **apropriados** para o desenvolvimento de análises dados, de relatórios **dinâmicos**, de automação de processos e aplicativos;
- Domínio de técnicas para a organização, armazenamento e manipulação dos dados;
- Produzir informações **relevantes** a partir dos dados, utilizando a análise exploratória de dados para fins de comunicação dos resultados obtidos;
- Ser capaz de sugerir, a partir da análise dos dados, **melhorias** no setor de atividade ou na área de conhecimento onde esteja atuando;
- Contribuir com o avanço de técnicas que agreguem conhecimentos científicos dentro das organizações;
- Capacidade de se comunicar com **diferentes** atores, tanto de forma técnica quanto de forma simples e acessível.

Apropriados dupla função – avaliativo + E. asseverativo
novos - Dupla função avaliativo + delimitador

Trecho 17 – PPC 05 CNEG

O curso contempla **diferentes** áreas de concentração que permitem direcionar a especialização e **expertise** do aluno em uma área de atuação particular, cuja escolha pode se basear nas suas preferências, experiências e perspectivas de inserção profissional.

Trecho 18 – PPC 05 CNEG

Abaixo estão listadas algumas das áreas de concentração desenvolvidas ao longo curso:

1. Preparação e Análise de Dados - Essa área consiste na transformação de dados brutos em um formato **adequado** para serem analisados. Envolve o gerenciamento da fonte, estruturação, **qualidade**, armazenamento e acessibilidade dos dados de tal forma que possa ser **flexível** e **extensível** a outros analistas.
2. Visualização de Dados - Apresentar os dados e resultados de maneira **concisa** e de **fácil** entendimento tem sido parte **importante** da análise do mundo dos negócios. A visualização de dados é orientada por gráficos, mapas, relatórios dinâmicos, etc., os quais constituem soluções **inteligentes** para equipes de desenvolvimento e usuários finais.
3. Análise de Dados Econômicos, Financeiros e de Mercado - O entendimento dos dados externos de mercado é de extrema relevância para o mundo dos negócios. Informações sobre preferências dos consumidores, vendas, marketing e do cenário econômico, aliados às teorias micro e macroeconômicas permitem ao profissional um **maior** entendimento do posicionamento da companhia no mercado, com objetivo **direto** da busca por **novas** oportunidades.
4. Modelagem Econométrica - O profissional com **maior** habilidade nesta área estará apto para identificar problemas econômicos em empresas e no setor público, criar algoritmos e modelos preditivos e de inferência causal para então buscar soluções **adequadas** através dos resultados encontrados.

Adequado / adequadas dupla função – avaliativo + E. asseverativo

Trecho 19 – PPC 05 CNEG

5. Processamento Distribuído - A área de Processamento Distribuído consiste no desenho e implementação da infraestrutura e plataformas necessárias para o desenvolvimento computacional **eficiente**. Tais processos têm como objetivo tornar os sistemas integrados e, de forma segura, garantir a integração e usabilidade dos usuários.
6. Sistemas de Informação e Decisão - Algumas das premissas da área é prover e aperfeiçoar a interface de comunicação dos dados, através da construção de soluções analíticas encadeadas, dashboards **interativos**, identificação de oportunidades e nas **melhores** práticas de visualização e integração da análise dos dados.

7. Aprendizagem de Máquinas - Esta é uma área cujo conhecimento vem sendo cada vez mais demandado por empresas e governos. Compreende uma etapa mais complexa e abrangente do que a exploração de dados e estatísticas mais simples. Os modelos de aprendizagem de máquina têm como foco obter insumos (dados) e modelar através de algoritmos e testes de validação a regra na qual pode se basear para inferir os resultados. Tais técnicas estão na fronteira de muitas organizações para o entendimento dos processos e na previsão para a consolidação das **melhores** práticas.

Modalização delimitadora

Trecho 20 – PPC 05 CNEG

O Curso de Ciência de Dados para Negócios tem como objetivo formar profissionais alinhados às novas perspectivas do mercado, capazes de enfrentar os paradigmas surgidos através das novas interações sociais, das necessidades do **moderno** mercado de trabalho e das novas possibilidades de atuação **profissional**.

Moderno - Dupla função delimitador + avaliativo

Trecho 21– PPC 05 CNEG

Para isto, proverá uma formação **interdisciplinar** baseada em métodos **estatísticos e econométricos, matemática, programação, modelagem de dados, economia, gestão e finanças** a fim de solucionar problemas por meio da extração de conhecimento a partir do uso cada vez maior e diversificado de dados, produzidos pelas empresas, governos e indivíduos.

Trecho 22 – PPC 05 CNEG

Dentre os objetivos específicos do curso de Ciência de Dados para Negócios, destacam-se:

- I. Contribuir para a formação **cidadã e profissional**, tendo em vista o desenvolvimento **econômico, social e sustentável**;
- II. Integrar o conhecimento necessário para o armazenamento, preparação, análise e comunicação dos dados, de modo a melhorar e dar suporte à tomada de decisão em empresas, governos e organizações sociais;
- III. Gerar resultados **acadêmicos e técnicos** que promovam soluções eficientes, eficazes e efetivas para o desenvolvimento **local, regional e nacional**, mediante a interação da Universidade com empresas, governos e sociedade civil.

Trecho 23 – PPC 05 CNEG

Os egressos do curso de Bacharelado em Ciência de Dados para Negócios terão passado por uma formação sólida e **interdisciplinar**, que agrega competências e habilidades que permitem atuar em áreas que requeiram conhecimentos na manipulação e extração de conhecimento a partir dos dados. Ainda, espera-se que o profissional formado no curso esteja preparado para interagir com diferentes atores da tomada de decisão, seja no **setor privado** ou no **setor público**.

Trecho 24 – PPC 05 CNEG

A partir do cenário do perfil do egresso, serão consolidadas as seguintes competências e habilidades para uma formação **profissional** bem definida e condizente com às características demandadas pela Indústria 4.0:

- Conhecimento e domínio **teórico** para a resolução de problemas **econômicos**, a partir das ferramentas mais atuais que a Ciência de Dados oferece;
- Capacidade de aplicar seus conhecimentos de forma a contribuir para a tomada de decisão mais eficiente e precisa, gerando resultados positivos para a sociedade;
- Capacidade crítica para analisar os conhecimentos adquiridos e assimilar novos conhecimentos **científicos e tecnológicos**;
- Formação voltada ao mercado de trabalho, possibilitando uma visão **mercadológica** da Ciência de Dados e dos novos paradigmas **organizacionais** em um mercado globalizado;
- Atuação em pesquisa, com o envolvimento em projetos de pesquisa, desenvolvidos por docentes do curso ou de iniciativa própria do discente, sobre o uso e análise de dados para lidar com problemas enfrentados pela sociedade;
- Relacionamento **ético e profissional**, associado à **responsabilidade social**, com a compreensão das causas e consequências das práticas **profissionais**. [...]
- Contribuir com o avanço de técnicas que agreguem conhecimentos **científicos** dentro das organizações;
- Capacidade de se comunicar com diferentes atores, tanto **de forma técnica** quanto **de forma simples e acessível**.

ético e profissional / responsabilidade social / de forma simples e acessível - Dupla função delimitador + avaliativo

Trecho 25 – PPC 05 CNEG

O curso contempla diferentes áreas de concentração que permitem direcionar a especialização e expertise do aluno em uma área de atuação **particular**, cuja escolha pode se basear nas suas preferências, experiências e perspectivas de inserção **profissional**.

Trecho 26 – PPC 05 CNEG

Abaixo estão listadas algumas das áreas de concentração desenvolvidas ao longo curso:

1. Preparação e Análise de Dados - Essa área consiste na transformação de dados **brutos** em um formato adequado para serem analisados. Envolve o gerenciamento da fonte, estruturação, qualidade, armazenamento e acessibilidade dos dados de tal forma que possa ser flexível e extensível a outros analistas.
3. Análise de Dados Econômicos, Financeiros e de Mercado - O entendimento dos dados externos de mercado é de extrema relevância para o mundo dos negócios. Informações sobre preferências dos consumidores, vendas, marketing e do cenário econômico, aliados às teorias **micro e macroeconômicas** permitem ao profissional um maior entendimento do posicionamento da companhia no mercado, com objetivo direto da busca por novas oportunidades.
4. Modelagem Econométrica - O profissional com maior habilidade nesta área estará apto para identificar problemas **econômicos** em empresas e no setor **público**, criar algoritmos e modelos preditivos e de inferência causal para então buscar soluções adequadas através dos resultados encontrados.
5. Processamento Distribuído - A área de Processamento Distribuído consiste no desenho e implementação da infraestrutura e plataformas necessárias para o desenvolvimento **computacional** eficiente. Tais processos têm como objetivo tornar os sistemas integrados e, **de forma segura**, garantir a integração e usabilidade dos usuários.
6. Sistemas de Informação e Decisão - Algumas das premissas da área é prover e aperfeiçoar a interface de comunicação dos dados, através da construção de soluções **analíticas** encadeadas, dashboards interativos, identificação de oportunidades e nas melhores práticas de visualização e integração da análise dos dados.

de forma segura - Dupla função delimitador + avaliativo

Coocorrência de modalizadores avaliativos

Trecho 27 – PPC 05 CNEG

A partir do cenário do perfil do egresso, serão consolidadas as seguintes competências e habilidades para uma formação profissional **bem definida** e condizente com às características demandadas pela Indústria 4.0:

- Conhecimento e domínio teórico para a resolução de problemas econômicos, a partir das ferramentas **mais atuais** que a Ciência de Dados oferece;
- Capacidade de aplicar seus conhecimentos de forma a contribuir para a tomada de decisão **mais eficiente** e precisa, gerando resultados positivos para a sociedade;

Trecho 28 – PPC 05 CNEG

3. Análise de Dados Econômicos, Financeiros e de Mercado - O entendimento dos dados externos de mercado é de **extrema relevância** para o mundo dos negócios. Informações sobre preferências dos consumidores, vendas, marketing e do cenário econômico, aliados às

teorias micro e macroeconômicas permitem ao profissional um maior entendimento do posicionamento da companhia no mercado, com objetivo direto da busca por novas oportunidades.

Trecho 29 – PPC 05 CNEG

7. Aprendizagem de Máquinas - Esta é uma área cujo conhecimento vem sendo cada vez **mais demandado** por empresas e governos. Compreende uma etapa **mais complexa e abrangente** do que a exploração de dados e estatísticas **mais simples**. Os modelos de aprendizagem de máquina têm como foco obter insumos (dados) e modelar através de algoritmos e testes de validação a regra na qual pode se basear para inferir os resultados. Tais técnicas estão na fronteira de muitas organizações para o entendimento dos processos e na previsão para a consolidação das melhores práticas.

demandado – dupla função avaliativa + D. volitiva
--

APÊNDICE F – Catalogação do PPC 06 (História)

Modalização epistêmica asseverativa

Modalização epistêmica quase-asseverativa

Modalização epistêmica habilitativa

Modalização deôntica de obrigatoriedade

Trecho 01 – PPC 06 HIST

Conforme a Resolução 02/2015 do CNE/MEC, em que rege Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, os cursos de Licenciatura **devem** ainda observar a Base Nacional Curricular Comum, referente aos Ensinos Fundamental e Médio. Além deste, as Diretrizes Nacionais para formação do historiador (2001), define que o(a) graduado(a) **deverá** estar capacitado(a) ao exercício do trabalho de historiador(a), em todas as suas dimensões, com pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Trecho 02 – PPC 06 HIST

Conforme o parecer CNE/CES 492/2001, o(a) graduado(a) **deverá** estar capacitado(a) ao exercício do trabalho de profissionais de História, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Trecho 03 – PPC 06 HIST

No primeiro caso, espera-se que, ao final do curso, o(a) graduado(a): [...] d) sejam dotados das ferramentas **necessárias** para promover o diálogo da História com outras disciplinas do conhecimento, de maneira transversal;

Trecho 04 – PPC 06 HIST

Especificamente, no âmbito da Licenciatura, espera-se que os(as) egressos(as) tenham o domínio “dos conteúdos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio”, bem como dos “métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino”. Em outras palavras, os licenciados em

História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) **devem** estar munidos do instrumental **necessário** para desenvolver nos alunos e alunas da educação básica: [...] f) a capacidade de contextualização, análise e interpretação, **necessários** a um pensamento crítico, autônomo e responsável.

Trecho 05 – PPC 06 HIST

O Curso de Licenciatura em História da UFPB **deverá** oferecer aos seus discentes uma formação humanística ampla, cujos preceitos **devem** tramitar no âmbito da educação plena.

Modalização deôntica de proibição

Modalização deôntica de possibilidade

Trecho 06 – PPC 06 HIST

Capacitar graduandos(as) nas práticas da pesquisa histórica, no que compreende suas teorias e metodologias próprias do conhecimento histórico, **possibilitando** assim ao(à) graduado(a) uma extensão de suas habilidades e competências na prática profissional.

Trecho 07 – PPC 06 HIST

Portanto, o Curso de Licenciatura em História da UFPB pretende formar profissionais com um perfil que lhes **permita**:

Trecho 08 – PPC 06 HIST

Especificamente, no âmbito da Licenciatura, espera-se que os(as) egressos(as) tenham o domínio “dos conteúdos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio”, bem como dos “métodos e técnicas pedagógicos que **permitem** a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino”.

Trecho 09 – PPC 06 HIST

O Curso de Licenciatura em História da UFPB deverá oferecer aos seus discentes uma formação humanística ampla, cujos preceitos devem tramitar no âmbito da educação plena. Neste aspecto, concordamos com António Nóvoa (1995, p.27), em que “As práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a

emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores”. Nesta perspectiva, a atuação do(a) profissional em História formado(a) pela UFPB se iniciará no campo da educação, mas **permitirá** uma abrangência para além do espaço escolar.

Modalização deôntica volitiva

Trecho 10 – PPC 06 HIST

Portanto, o Curso de Licenciatura em História da UFPB **pretende** formar profissionais com um perfil que lhes permita:

Trecho 11 – PPC 06 HIST

Espera-se que os egressos e as egressas estejam aptos(as) a atuar na consolidação de uma sociedade democrática, justa e inclusiva, exercendo plenamente sua cidadania. Tal processo far-se-á por meio de uma formação docente inicial e continuada que articule competências, atitudes e habilidades gerais, próprias ao ofício dos historiadores, e específicas, em consonância com as necessidades político-pedagógicas das licenciaturas.

Trecho 12 – PPC 06 HIST

No primeiro caso, **espera-se que**, ao final do curso, o(a) graduado(a): a) tenham o domínio das diferentes concepções metodológicas que servem de substrato para a construção de categorias de investigação e para a análise das relações sócio-históricas.

Trecho 13 – PPC 06 HIST

Especificamente, no âmbito da Licenciatura, **espera-se que** os(as) egressos(as) tenham o domínio “dos conteúdos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio”, bem como dos “métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino”.

Modalização avaliativa

Trecho 14 – PPC 06 HIST

Conforme a Resolução 02/2015 do CNE/MEC, em que rege Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, os cursos de Licenciatura devem ainda observar a Base Nacional

Curricular Comum, referente aos Ensinos Fundamental e Médio. Além deste, as Diretrizes Nacionais para formação do historiador (2001), define que o(a) graduado(a) deverá estar **capacitado(a)** ao exercício do trabalho de historiador(a), em todas as suas dimensões, com **pleno** domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas **essenciais** de sua produção e difusão.

Capacitado – avaliativo + E. habilitativo
--

Trecho 15 – PPC 06 HIST

Em encontro com as ações de projetos educacionais na formação dos graduandos e graduandas no âmbito da UFPB, cujo **principal** objetivo institucional é atender a sociedade no seu processo de formação profissional, o curso de História tem como objetivos para a sua licenciatura:

- Capacitar discentes para o exercício profissional, garantindo uma formação global e crítica;
- Propiciar condições para que o(a) licenciado(a) desenvolva suas atividades acadêmicas e profissionais pautadas pela competência e habilidade, pela democracia, pela cooperação, tendo a perspectiva de uma educação/formação em **contínuo** processo;
- Permitir ao(à) licenciado(a) **ampla** compreensão e **importância** da necessidade para as ações sociais e culturais frente as diversidades socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade;
- Habilitar o(a) licenciado(a) nas capacidades pedagógicas, considerando as práticas didáticas que versam sobre as **diferentes** formas do ensino-aprendizagem, e que perpassam desde as práticas tradicionais às inserções do uso de novas tecnologias;

Trecho 16 – PPC 06 HIST

Conforme o parecer CNE/CES 492/2001, o(a) graduado(a) deverá estar **capacitado(a)** ao exercício do trabalho de profissionais de História, em todas as suas dimensões, o que supõe **pleno** domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas **essenciais** de sua produção e difusão.

Capacitado(a) – dupla função avaliativa + E. habilitativa
--

Trecho 17 – PPC 06 HIST

Portanto, o Curso de Licenciatura em História da UFPB pretende formar profissionais com um perfil que lhes permita:

- Dominar as **diferentes** concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas;

- Problematicar nas **múltiplas** dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de **diferentes** relações de tempo e espaço;
- Conhecer as interpretações propostas pelas **principais** escolas historiográficas, de modo a distinguir **diferentes** narrativas, metodologias e teorias;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de demarcar seus campos específicos e, sobretudo, de qualificar o que é próprio do conhecimento histórico;
- Compreender de forma ampla e consistente o fenômeno e a prática educativa que se processam em **diferentes** âmbitos e especialidades;
- Compreender a pluralidade cultural existente na sociedade contemporânea, de modo a apreender a sua dinâmica e atuar **adequadamente** em relação ao conjunto de significados que a constituem;
- Desenvolver a capacidade de identificar problemas socioculturais educacionais propondo respostas **criativas** às questões da qualidade do ensino e de medidas que visem superar a exclusão social;
- Estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento compreendendo as questões pedagógicas como parte de um universo **complexo**, o universo escolar; [...]
- Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos **adequados** à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas da sala de aula

adequadamente / adequados - dupla função avaliativa + E. asseverativa

Trecho 18 – PPC 06 HIST

Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores no Brasil (CNE/CP nº 2/2015), às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História (CNE/CES nº 492/2001), e, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba está **comprometido** com a preparação e aperfeiçoamento das dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas inerentes à ação de profissionais do magistério da educação básica, incluindo-se a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola. Espera-se que os egressos e as egressas estejam **aptos(as)** a atuar na consolidação de uma sociedade **democrática, justa e inclusiva**, exercendo **plenamente** sua cidadania. Tal processo far-se-á por meio de uma formação docente inicial e continuada que articule competências, atitudes e habilidades gerais, próprias ao ofício dos historiadores, e específicas, em consonância com as necessidades político-pedagógicas das licenciaturas.

Aptos – dupla função avaliativa + E. habilitativa

Comprometido - dupla função avaliativa + E. asseverativa

democrática, justa e inclusiva – dupla função avaliativa e delimitadora

Trecho 19 – PPC 06 HIST

No primeiro caso, espera-se que, ao final do curso, o(a) graduado(a): a) tenham o domínio das **diferentes** concepções metodológicas que servem de substrato para a construção de categorias de investigação e para a análise das relações sócio-históricas; b) estejam **aptos** a problematizar a constituição de **diferentes** relações espaço-temporais, com base nas **múltiplas** experiências de classe, raça e gênero dos sujeitos históricos; c) possuam o conhecimento **basilar** das **diferentes** épocas históricas e suas tradições civilizatórias, assim como sua interrelação e interseccionalidade; d) sejam dotados das ferramentas necessárias para promover o diálogo da História com outras disciplinas do conhecimento, de maneira transversal; e) atuem como promotores(as) e difusores(as) do conhecimento nos espaços formais e não-formais de educação, como instituições museológicas e de gestão do patrimônio histórico; f) saibam utilizar a informática e tenham consciência do manuseio dessa ferramenta como um meio **fundamental** não só de produção, mas de manipulação do conhecimento e fontes históricas; g) dominem as concepções entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas **centrais** da sociedade contemporânea.

Aptos – dupla função avaliativa + E. habilitativa
--

Trecho 20 – PPC 06 HIST

Especificamente, no âmbito da Licenciatura, espera-se que os(as) egressos(as) tenham o domínio “dos conteúdos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio”, bem como dos “métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os **diferentes** níveis de ensino”. Em outras palavras, os licenciados em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) devem estar munidos do instrumental necessário para desenvolver nos alunos e alunas da educação básica: a) a capacidade de identificação, comparação e percepção da alteridade, problematizando e valorizando **positivamente** as diferenças socioculturais, a fim de torná-los agentes de combate às diversas formas de injustiça, preconceito e violência; b) a percepção da historicidade em sua dimensão espaço-temporal, identificando as estruturas de poder e dominação, as relações de produção, capital e trabalho, e os processos de ruptura e continuidade em relação ao tempo presente; c) a compreensão das dinâmicas das populações, mercadorias e capitais, problematizando conceitos como território, fronteira e vazio (espacial, temporal e cultural), e as relações que as **diferentes** sociedades estabeleceram com a natureza; d) a identificação das **múltiplas** narrativas, seus agentes emissores e receptores, e as circunstâncias históricas, a partir de **diferentes** linguagens e recursos didático-pedagógicos no trabalho com fontes, a fim de estimular a formulação de questionamentos, hipóteses e argumentos; e) a compreensão e problematização dos conceitos e procedimentos que norteiam a produção historiográfica; f) a capacidade de contextualização, análise e interpretação, necessários a um pensamento **crítico, autônomo e responsável**.

crítico, autônomo e responsável - dupla função avaliativo e delimitador
--

Trecho 21 – PPC 06 HIST

O Curso de Licenciatura em História da UFPB deverá oferecer aos seus discentes uma formação **humanística ampla**, cujos preceitos devem tramitar no âmbito da educação **plena**. Neste aspecto, concordamos com António Nóvoa (1995, p.27), em que “As práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores”.

humanística ampla - dupla função avaliativo e delimitador

Trecho 22 – PPC 06 HIST

Diante disso, atendidas estas exigências **básicas**, o curso proporcionará aos seus discentes uma formação que atenda as demandas sociais específicas relativas ao seu campo do magistério em todos os graus, bem como em ações concernentes a preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.

Básicas – dupla função avaliativo e delimitador

Modalização delimitadora

Trecho 23 – PPC 06 HIST

Conforme a Resolução 02/2015 do CNE/MEC, em que rege Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, os cursos de Licenciatura devem ainda observar a Base Nacional Curricular Comum, referente aos Ensinos Fundamental e Médio. Além deste, as Diretrizes Nacionais para formação do historiador (2001), define que o(a) graduado(a) deverá estar capacitado(a) ao exercício do trabalho de historiador(a), em **todas** as suas dimensões, com pleno domínio da natureza do conhecimento **histórico** e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Trecho 24 – PPC 06 HIST

Em encontro com as ações de projetos **educacionais** na formação dos graduandos e graduandas no âmbito da UFPB, cujo principal objetivo **institucional** é atender a sociedade no seu processo de formação **profissional**, o curso de História tem como objetivos para a sua licenciatura:

- Capacitar discentes para o exercício **profissional**, garantindo uma formação **global e crítica**; · Propiciar condições para que o(a) licenciado(a) desenvolva suas atividades **acadêmicas e profissionais** pautadas pela competência e habilidade, pela democracia, pela cooperação, tendo a perspectiva de uma educação/formação em contínuo processo;
- Permitir ao(à) licenciado(a) ampla compreensão e importância da necessidade para as ações **sociais e culturais** frente **às diversidades socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural** como princípios de equidade;
- Habilitar o(a) licenciado(a) nas capacidades **pedagógicas**, considerando as práticas **didáticas** que versam sobre as diferentes formas do ensino-aprendizagem, e que perpassam desde as práticas **tradicionais** às inserções do uso de **novas** tecnologias;
- Capacitar para o exercício do trabalho como Profissional de História, em todas as suas dimensões relativas ao campo de conhecimento da História: magistério, preservação do patrimônio, assessorias a **entidades públicas e privadas** nos setores **culturais, artísticos, turísticos**, etc.;

Capacitar graduandos(as) nas práticas da pesquisa histórica, no que compreende suas teorias e metodologias próprias do conhecimento **histórico**, possibilitando assim ao(à) graduado(a) uma extensão de suas habilidades e competências **na prática profissional**.

Novas / global e crítica - dupla função delimitador e avaliativa

Trecho 25 – PPC 06 HIST

Conforme o parecer CNE/CES 492/2001, o(a) graduado(a) deverá estar capacitado(a) ao exercício do trabalho de profissionais de História, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento **histórico** e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Trecho 26 – PPC 06 HIST

Portanto, o Curso de Licenciatura em História da UFPB pretende formar profissionais com um perfil que lhes permita:

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações **sócio históricas**; [...]
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de demarcar seus campos **específicos** e, sobretudo, de qualificar o que é próprio do conhecimento histórico;
- Compreender **de forma ampla e consistente** o fenômeno e a prática **educativa** que se processam em diferentes âmbitos e especialidades;

- Compreender a pluralidade cultural existente na sociedade contemporânea, de modo a apreender a sua dinâmica e atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que a constituem;
- Desenvolver a capacidade de identificar problemas **socioculturais educacionais** propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e de medidas que visem superar a exclusão social;
- Estabelecer diálogo entre a área **educacional** e as demais áreas do conhecimento compreendendo as questões **pedagógicas** como parte de um universo complexo, o universo escolar;
- Compreender o processo de construção do conhecimento dos indivíduos inseridos em seu contexto **sociocultural**;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só **no âmbito acadêmico**, mas também em instituições de ensino, em órgãos de preservação da memória e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão patrimonial e cultural, nos meios de comunicação e em todo e qualquer espaço em que se justifique a presença de um historiador;
- Compreender as experiências com diversas linguagens **historiográficas**, bem como o entendimento de sua relação com a produção do conhecimento e com os processos **educativos**;
- Desenvolver metodologias e materiais **pedagógicos** adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas **educativas** da sala de aula

de forma ampla e consistente - Dupla função delimitadora e avaliativa
--

Trecho 27 – PPC 06 HIST

Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores no Brasil (CNE/CP nº 2/2015), às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História (CNE/CES nº 492/2001), e, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba está comprometido com a preparação e aperfeiçoamento **das dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas** inerentes à ação de profissionais do magistério da educação básica, incluindo-se a educação escolar **indígena**, a educação escolar **do campo** e a educação escolar **quilombola**. Espera-se que os egressos e as egressas estejam aptos(as) a atuar na consolidação de uma sociedade democrática, justa e inclusiva, exercendo plenamente sua cidadania. Tal processo far-se-á por meio de uma formação docente **inicial e continuada** que articule competências, atitudes e habilidades **gerais**, próprias ao ofício dos historiadores, e específicas, em consonância com as necessidades **político-pedagógicas** das licenciaturas.

das dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas - Dupla função delimitadora e avaliativa

Trecho 28 – PPC 06 HIST

No primeiro caso, espera-se que, ao final do curso, o(a) graduado(a): a) tenham o domínio das diferentes concepções metodológicas que servem de substrato para a construção de categorias de investigação e para a análise das relações **sócio-históricas**; b) estejam aptos a problematizar a constituição de diferentes relações **espaço-temporais**, com base nas múltiplas experiências **de classe, raça e gênero dos sujeitos históricos**; c) possuam o conhecimento basilar das diferentes épocas históricas e suas tradições civilizatórias, assim como sua interrelação e interseccionalidade; d) sejam dotados das ferramentas necessárias para promover o diálogo da História com outras disciplinas do conhecimento, **de maneira transversal**; e) atuem como promotores(as) e difusores(as) do conhecimento nos espaços **formais e não-formais** de educação, como instituições museológicas e de gestão do patrimônio **histórico**; f) saibam utilizar a informática e tenham consciência do manuseio dessa ferramenta como um meio fundamental não só de produção, mas de manipulação do conhecimento e fontes **históricas**; g) dominem as concepções entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade **contemporânea**.

das dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas / de classe, raça e gênero dos sujeitos históricos
/contemporânea - Dupla função delimitadora e avaliativa

Trecho 29 – PPC 06 HIST

Especificamente, **no âmbito da Licenciatura**, espera-se que os(as) egressos(as) tenham o domínio “dos conteúdos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio”, bem como dos “métodos e técnicas **pedagógicos** que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino”. Em outras palavras, os licenciados em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) devem estar munidos do instrumental necessário para desenvolver nos alunos e alunas da educação **básica**: a) a capacidade de identificação, comparação e percepção da alteridade, problematizando e valorizando positivamente as diferenças **socioculturais**, a fim de torná-los agentes de combate às diversas formas de injustiça, preconceito e violência; b) a percepção da historicidade em sua dimensão **espaço-temporal**, identificando as estruturas de poder e dominação, as relações de produção, capital e trabalho, e os processos de ruptura e continuidade em relação ao tempo **presente**; c) a compreensão das dinâmicas das populações, mercadorias e capitais, problematizando conceitos como território, fronteira e vazio (espacial, temporal e cultural), e as relações que as diferentes sociedades estabeleceram com a natureza; d) a identificação das múltiplas narrativas, seus agentes emissores e receptores, e as circunstâncias **históricas**, a partir de diferentes linguagens e recursos **didático-pedagógicos** no trabalho com fontes, a fim de estimular a formulação de questionamentos, hipóteses e argumentos; e) a compreensão e problematização dos conceitos e procedimentos que norteiam a produção historiográfica;

Trecho 30 – PPC 06 HIST

O Curso de Licenciatura em História da UFPB deverá oferecer aos seus discentes uma formação humanística ampla, cujos preceitos devem tramitar no âmbito da educação plena. Neste aspecto, concordamos com António Nóvoa (1995, p.27), em que “As práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores”. Nesta perspectiva, a atuação do(a) profissional em História formado(a) pela UFPB se iniciará **no campo da educação**, mas permitirá uma abrangência para além do espaço **escolar**.

Trecho 31 – PPC 06 HIST

Considerando a estrutura do curso, esta pautará a formação de seus discentes em três núcleos: I) estudos de formação **geral, das áreas específicas e interdisciplinares**; II) pesquisa, estudo e aplicação do conhecimento, e, III) aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação **profissional**. Tais núcleos terão como suporte as atividades **acadêmicas** institucionais nos eixos: 1) da administração de conteúdos de formação **básica**, ou seja, aquelas que determinam o conhecimento **teórico e metodológico** próprio da formação dos historiadores; de formação **complementar**, referente aos conteúdos de abrangência das áreas **humanísticas**, e de componentes **práticos e laboratoriais**, e, 2) das ações institucionais que versam os pilares da formação superior: ensino/pesquisa/extensão, em acordo com a atuação dos(as) docentes do Departamento de História, bem como os de outros departamentos da Instituição.

Trecho 32 – PPC 06 HIST

Diante disso, atendidas estas exigências básicas, o curso proporcionará aos seus discentes uma formação que atenda as demandas **sociais** específicas relativas ao seu campo do magistério em todos os graus, bem como em ações concernentes a preservação do patrimônio, assessorias a entidades **públicas e privadas** nos **setores culturais, artísticos, turísticos** etc.

setores culturais, artísticos, turísticos - Dupla função delimitadora e avaliativa
